

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA E CONURBAÇÃO
EM UMA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-
METROPOLITANA NO INTERIOR PAULISTA

LEANDRO MARCOS TESSARI

Orientador: Prof. Dr. Roberto Braga

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração em Organização do
Espaço para obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Rio Claro (SP)

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

910h.3 Tessari, Leandro Marcos
T338p Processo de expansão urbana e conurbação em uma aglomeração urbana não metropolitana no interior paulista / Leandro Marcos Tessari. - Rio Claro : [s.n.], 2009
163 f. : il., figs., gráfs., tabs., mapas + mapa

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Roberto Braga

1. Geografia urbana. 2. Conurbação. 3. Expansão urbana. 4. Planejamento urbano. 5. Gestão urbana. 6. Araraquara (SP) 7. Américo Brasiliense (SP) I. Título.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Roberto Braga (Orientador)

Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho

Prof. Dr. José Francisco

Leandro Marcos Tessari

Rio Claro, 23 de Outubro de 2009

Resultado: **APROVADO**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,
Claudenir e Edna, pelo esforço, dedicação,
incentivo, compreensão e amor, em todos
os momentos desta e de outras
caminhadas.

AGRADECIMENTOS

Este espaço é dedicado àqueles que deram a sua contribuição para que esta dissertação fosse realizada. A todos eles deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Em primeiro lugar agradeço ao Prof. Dr. Roberto Braga a forma como orientou o meu trabalho. As notas dominantes da sua orientação foram a utilidade das suas recomendações e a cordialidade com que sempre me recebeu. Estou grato por ambas e também pela liberdade de ação que me permitiu, que foi decisiva para que este trabalho contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal.

À minha esposa Eliane Werner, pelo companheirismo, incentivo e carinho.

Ao meu irmão Leonardo, pelos auxílios e paciência nos momentos de dificuldades com os programas gráficos.

Aos funcionários do DAAE de Araraquara, em especial aos superintendentes: Prof Dr. Welington Cyro de Almeida Leite e Guilherme Ferreira Soares.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense, em especial aos funcionários do setor de planejamento e engenharia pela atenção dispensada em todas as vezes que solicitei informações sobre a cidade.

Aos funcionários da Unesp, especialmente a Bete e o Arnaldo, do DEPLAN, e as bibliotecárias pela atenção.

Aos meus tios Elza, Tadeu, Cleri e Edson (in memorian) pelos momentos de apoio e força no decorrer da caminhada.

À Profa. Rosângela de Fátima B. Pereira, amiga querida, sempre prestativa a rever meus textos, deixa aqui meu afetivo muito obrigado.

Ao Prof. Luiz A. O. Salles (in memorian) pela força e encorajamento nos momentos difíceis.

Aos amigos de trabalho da EE Pirassununga, pelos momentos de descontração, incentivo durante o desenvolvimento da primeira etapa da pesquisa, em especialmente a Ana Lúcia, Juliana, Toninho e tantos outros.

Aos amigos geógrafos Guilherme C. Rodrigues, Rafael F. Andrade e Aline de Aquino pela amizade construída durante a graduação e se estendendo por toda a vida.

À CENP (Coordenadoria de Normas Pedagógicas) da Secretaria de Estado de Educação do Estado de São Paulo pela concessão da Bolsa que me possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

A todas as pessoas que colaboraram direta e indiretamente à realização desse trabalho meu muito obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa analisa e compreende a formação do processo de conurbação em uma aglomeração não-metropolitana no interior paulista, tendo como estudo de caso, as cidades de Araraquara e Américo Brasiliense. O processo de concentração populacional e ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano propiciaram a expansão dos tecidos urbanos, favorecendo o processo de conurbação. Para a execução dessa pesquisa foi necessário: levantamento bibliográfico a respeito dos temas propostos, em especial o da conurbação, em periódicos, livros, anais de congressos e outros; levantamento de campo (entrevistas e levantamento cartográfico); coleta de dados estatísticos em fontes oficiais de dados como o IBGE, a Fundação SEADE e as prefeituras das cidades acima citadas. O processo de conurbação teve início a partir da década de 1990, resultado de uma somatória de fenômenos produzidos em décadas anteriores, em especial excessivos números de lotes em Araraquara, produzindo vazios urbanos e canalizando parte da população para Américo Brasiliense em busca de lotes mais acessíveis devido à valorização dessas áreas.

Palavras-Chave: 1 – Conurbação; 2 – Expansão Urbana; 3 – Planejamento e Gestão Urbana; 4 – Araraquara; 5 – Américo Brasiliense.

ABSTRACT

This research intends to analyze and understand the conurbation process Araraquara and Américo Brasiliense towns, a non-metropolitan in the interior of Sao Paulo state. The process of population concentration and action of various urban space developers favored the expansion of urban fabrics, promoting the conurbation process. For the realization of this research it was necessary the following: bibliographic survey on preferable themes, especially that of conurbation; field survey including interviews and cartographic survey; static data collection institutional agencies such as IBGE, SEADE and the above quoted local governments. The process of the conurbation had begun in the 1990 decade, as a result of a set of phenomena in former decades, especially the excessive numbers of allotments in Araraquara, producing idle urban spaces and canalizing part of population to Américo Brasiliense, in search of affordable plots of land due to the valorization of those areas.

Word-keys: 1 – Conurbation; 2 – Urban segregation increase; 3 – Urban planning and Urban management; 4 – Araraquara; 5 – Américo Brasiliense.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - POPULAÇÃO E ESTRADAS DE FERRO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1886.....	52
FIGURA 2 - POPULAÇÃO E ESTRADAS DE FERRO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1920.....	53
FIGURA 3 - POPULAÇÃO E ESTRADAS DE FERRO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1940.....	53
FIGURA 4 - MALHA FERROVIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	59
FIGURA 5 – FORMAÇÃO DA ÁREA URBANA DE ARARAQUARA EM 1860	66
FIGURA 6 - FORMAÇÃO DA ÁREA URBANA DE ARARAQUARA EM 1893 .	68
FIGURA 7 - ÁREA URBANA DE AMÉRICO BRASILIENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	70
FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ARARAQUARA E AMÉRICO BRASILIENSE NO ESTADO DE SÃO PAULO	71
FIGURA 9 - IMAGEM DE SATÉLITE DAS ÁREAS URBANAS DOS MUNICÍPIOS.....	72
FIGURA 10 - DESENHO URBANO DE ARARAQUARA E A EXPANSÃO À PORÇÃO LESTE	76
FIGURA 11 - ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE ARARAQUARA EM 1960	77
FIGURA 12 - EXPANSÃO DA MALHA VIÁRIA E O PROCESSO DE ESPRAIAMENTO URBANO EM ARARAQUARA	79
FIGURA 13 - EXPANSÃO URBANA DE ARARAQUARA	88
FIGURA 14 - DENSIDADE POPULACIONAL DE ARARAQUARA.....	89
FIGURA 15 - EXPANSÃO URBANA DE AMÉRICO BRASILIENSE	96
FIGURA 16 - DENSIDADE POPULACIONAL DE AMÉRICO BRASILIENSE ..	97
FIGURA 17 - ESTRUTURAS ESPACIAIS DE ALGUMAS METRÓPOLES BRASILEIRAS, A PARTIR DO MODELO DE HOYT	107
FIGURA 18 - ESTRUTURAS ESPACIAIS DE ARARAQUARA E AMÉRICO BRASILIENSE SEGUNDO O MODELO DE HOYT	109

FIGURA 19 - RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL, PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM ARARAQUARA (EM REAIS)	135
FIGURA 20 - RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL, PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM AMÉRICO BRASILIENSE (EM REAIS)	136
FIGURA 21 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PRÓPRIOS EM AQUISIÇÃO PARA ARARAQUARA	137
FIGURA 22 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PRÓPRIOS EM AQUISIÇÃO PARA AMÉRICO BRASILIENSE	138
FIGURA 23 - PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1ANO DE ESTUDO EM ARARAQUARA	139
FIGURA 24 - PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1ANO DE ESTUDO EM AMÉRICO BRASILIENSE	140
FIGURA 25 – COLETA DE LIXO EM ARARAQUARA	142
FIGURA 26 – COLETA DE LIXO AMÉRICO BRASILIENSE	143
FIGURA 27 - ANÁLISE PRODUZIDA PELO IPEA (1999), SEGUIDA POR SPÓSITO (2004) A RESPEITO DA AGLOMERAÇÃO NÃO-METROPOLITANA DE SÃO CARLOS-ARARAQUARA.	147

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - CULTURAS AGRÍCOLAS E ÁREA CULTIVADA EM SÃO PAULO ENTRE 1920 - 1938 (EM 1.000 HA)	56
TABELA 2 - DADOS POPULACIONAIS (EM HABITANTES) E ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO (EM %), NO BRASIL, ENTRE 1940 – 2000	62
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL E DO ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA - SP	74
TABELA 4 - TOTAL DE POPULAÇÃO URBANA (EM HABITANTES) E TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (EM % A.A).....	84
TABELA 5 - LOTEAMENTOS APROVADOS POR DÉCADAS EM ARARAQUARA	85
TABELA 6 - LOTEAMENTOS APROVADOS POR DÉCADAS EM AMÉRICO BRASILIENSE.....	99
TABELA 7 - FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - RENDA MUNICIPAL POR TRANSFERÊNCIAS DE COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	102
TABELA 8 - VALOR DO METRO QUADRADO DE LOTES URBANOS EM AMÉRICO BRASILIENSE	103
TABELA 9 - PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS POR SETORES ECONÔMICOS PARA OS ANOS DE 2000 E 2007 (EM %)	104
TABELA 10 - QUANTIDADE DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS ENTRE AMÉRICO BRASILIENSE - ARARAQUARA, MÊS A MÊS, NO PERÍODO DE 2007 E 2008.....	131
TABELA 11 - FACULDADES QUE OFERECEM CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARARAQUARA -2009	132
TABELA 12 - RENDA PER CAPITA MUNICIPAL PARA OS ANOS DE 2002, 2004 E 2006 (EM REAIS).	132
TABELA 13 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - RANKING DOS MUNICÍPIOS PARA OS ANOS DE 2002, 2004 E 2006.	133

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE LOTEAMENTOS E LOTES EM ARARAQUARA NO PERÍODO DE 1949 A 2000	85
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE LOTEAMENTOS E LOTES EM AMÉRICO BRASILIENSE NO PERÍODO DE 1960 - 2000	99

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
RÉSUMÉ.....	9
ÍNDICE DE FIGURAS.....	10
ÍNDICE DE TABELAS.....	12
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	13
ÍNDICE	15
1. INTRODUÇÃO.....	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	20
3. ESTUDO DE CASO: ARARAQUARA E AMÉRICO BRASILIENSE.....	45
4. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA.....	111
5. CONCLUSÕES.....	159
6. BIBLIOGRAFIA.....	152
7. ANEXO.....	163

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	16
2 .	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCENTUAL.....	20
2.1.	Passos à Discussão Temática.....	21
2.2.	A Dinâmica da Expansão Urbana.....	29
2.3.	O processo de Conurbação.....	37
3.	ESTUDO DE CASO: ARARAQUARA E AMÉRICO BRASILIENSE.....	45
3.1.	Processo de Urbanização e Conurbação.....	46
3.1.1	Bases Históricas da Urbanização e Ocupação do Espaço Paulista: da cana ao café.....	46
3.1.2.	Rumo ao Oeste: Os Sertões de Araraquara e as Transformações do Espaço Interiorano.....	50
3.1.2.1.	A Criação e Estruturação da Malha Urbana Assentada na Agricultura e nos Trilhos da Ferrovia	55
3.1.2.1.1.	<i>Da Agricultura ao Processo Industrial.....</i>	55
3.1.2.1.2	<i>Ferrovia e o Processo de Integração Urbana.....</i>	57
3.1.2.2.	A Consolidação da Indústria e as Marcas na Urbanização.....	60
3.1.3.	Urbanização de Araraquara e Américo Brasiliense.....	65
3.1.3.1.	Estruturação Urbana e o Processo de Ocupação na Cidade de Araraquara.....	65
3.1.31.1.	<i>Caracterização e Localização</i>	65
3.1.3.1.1.1.	<i>Bases Históricas da Formação de Araraquara.....</i>	65
3.1.3.1.1.2.	<i>Bases Históricas da Formação de Américo Brasiliense.....</i>	68
3.1.3.1.1.3.	<i>Localização da Área de Estudo.....</i>	70
3.1.3.1.1.4.	Características Físicas.....	72
3.1.3.2.	Processo de Expansão Urbana Recente de Araraquara.....	73
3.1.3.3.	Urbanização e Expansão em Américo Brasiliense.....	92
3.1.4.	A estrutura urbana de Araraquara e Américo brasiliense, no contexto da conurbação.....	105
4.	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA.....	111
4.1.1.	O Estatuto da Cidade e Ações de Planejamento Frente a Conurbação	112
4.1.2.	Ações dos Planos Diretores de Araraquara e Américo Brasiliense.	119
4.1.3.	Desafios à Gestão da Conurbação em Araraquara e Américo Brasiliense.....	128
5.	CONCLUSÕES	149
6.	BIBLIOGRAFIA.....	152
7.	ANEXO.....	163

1. INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado da população urbana, principalmente durante as últimas décadas em cidades médias, tem sido acompanhado por um aumento na demanda de áreas urbanas, voltadas ao uso residencial, comercial e/ou industrial. Essa procura proporcionou um desenvolvimento e uma expansão dos espaços urbanos, principalmente nas áreas periféricas ou franja urbano-rural dessas cidades. Tais processos têm contribuído para a fragmentação do tecido urbano e influenciado, diretamente, nas condições de vida da população.

Nesse sentido, alguns elementos complementam essa discussão indicando os seguintes pontos: o próprio sistema produtivo, no qual não permite uma igualitária distribuição de renda; a falta de uma política de desenvolvimento e expansão urbana, voltada para uma melhor ocupação e uso do solo; a atuação dos agentes de produção do espaço urbano (setor público e privado), que através da implantação de loteamentos e obras públicas acabam por contribuir para uma promoção de uma segregação socioespacial nos centros urbanos e, a atuação da especulação imobiliária que permite o acesso à mercadoria *terra* de maneira diferenciada, ou seja, para somente aqueles que têm condições reais de pagamento.

Alguns destes elementos contribuem para promover uma inadequada ocupação e uso do solo, influenciando também no bem-estar social da população. Assim, o papel do planejamento se apresenta como uma ferramenta que auxilia em uma estruturação urbana adequada para os diversos segmentos da sociedade.

A presente pesquisa analisa e compreende a formação do processo de conurbação em uma aglomeração não-metropolitana no interior paulista, tendo como estudo de caso, as cidades de Araraquara e Américo Brasiliense. Mais especificamente, busca-se identificar a atuação dos diversos agentes produtores dos espaços urbanos em estudo, frente ao processo de formação da conurbação, caracterizando e mapeando os diferentes tipos de uso e ocupação do espaço geográfico presentes na área de conurbação, avaliando o

perfil socioeconômico da população residente na porção limite das cidades de Araraquara e Américo Brasiliense.

O capítulo 2 procura estabelecer os embasamentos teóricos proporcionando esclarecimentos a respeito da temática do urbano, bem como as formas de produção, de apropriação, de uso e ocupação desse espaço pelas classes sociais, principalmente sob a perspectiva da urbanização brasileira. Utilizam-se como referência conceitual as análises produzidas por: Milton Santos, Mark Gottdiener, David Harvey, Maria E. B. Spósito e outros. As formas de entender o processo de produção do espaço urbano, por cada um desses autores, possuem diferenças particulares e que são marcas conceituais de cada um deles. No entanto, procura-se associar, ou melhor, aproximar as análises a fim de entender e compreender na sua essência a problemática do objeto de estudo adotado nesta pesquisa acadêmica. Não há perspectiva de produzir um enquadramento conceitual sobre o objeto, faz-se necessário a construção de todo um arcabouço teórico que responda plenamente as afetações e indagações sobre a temática do urbano e, conseqüentemente, o processo de conurbação.

No aspecto da espacialidade do espaço urbano, as relações que se processam são de natureza social, cuja base é a própria sociedade de classe e seus processos. Demonstra-se, dessa maneira, um viés da sociedade capitalista que se caracteriza por uma constante e necessária mobilidade social e, conseqüentemente, espacial. Por envolver um processo dinâmico pautado nos fluxos e nos movimentos que são processados e potencializados entre as localidades no espaço urbano, pode-se estabelecer um paralelo entre duas fundamentações teóricas utilizadas por Flávio Villaça (2001) e Roberto Lobato Corrêa (2005). Mesmo possuindo um diferencial nas matrizes de análise e entendimento do processo de consolidação do espaço urbano, ambos os autores partem da ideia de que é necessário e muito salutar pensar a cidade pelos deslocamentos que são produzidos no interior desse espaço. Entre a localização e o movimento, ou seja, os fluxos, pressupõem uma prévia articulação entre ambos, que sai do campo teórico e se materializa empiricamente através dos deslocamentos de pessoas, veículos, etc. Nesse contexto, a riqueza das abordagens geográficas, a respeito do espaço urbano e

os processos resultantes de sua produção/apropriação se dão pelas diferentes formas com que esse objeto é analisado e estruturado teoricamente.

O capítulo 3 dedicado ao estudo de caso inicia-se destacando o processo de urbanização associado aos sistemas econômicos que se estabeleceram no espaço interiorano do estado de São Paulo, bem como as implicações e as discussões desse processo no contexto da produção da dinamização urbana frente ao processo de expansão urbana das cidades em análise. Na sequência, tem-se buscado contextualizar o processo de ocupação e estruturação urbanas das cidades de Araraquara e Américo Brasiliense, levando em consideração o processo de expansão urbana e a formação e consolidação da conurbação.

No capítulo 4, procura-se discutir aspectos do planejamento urbano e da gestão urbana voltadas às cidades-região, ou melhor, às aglomerações urbanas, especialmente não-metropolitanas, no sentido de compreender as dinâmicas existentes entre as cidades conurbadas.

As considerações finais apresentam um balanço dos resultados obtidos e perfaz uma reflexão acerca das principais causas dos problemas que afetam a área conurbada de Araraquara e Américo Brasiliense.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1. Passos à Discussão Temática

O espaço geográfico se apresenta como uma significância social. Entende-se, dessa forma, que este se torna um produto social e se materializa de diversas maneiras, em especial através do urbano. Assim, o urbano se cristaliza no espaço geográfico a fim de articular toda a produção social, fruto da relação entre a abstração e a materialidade, resultante da consciência humana, bem como das diversas estratificações que compõem a sociedade.

Nesse sentido, a cidade aparece como uma segunda natureza, pedra e metal, nascida a partir do trabalho sobre uma natureza inicial, fundamental, *Natural*, a dos elementos: terra e ar, água e fogo. E, posteriormente, essa *nova* natureza cria paradigmas próprios, bem como sistema antagônico e peculiar: O urbano se afirma sobre a Natureza Natural, representando “um símbolo de libertação do homem, de sua superioridade sobre a natureza”. (RODRIGUES, 1998, p.24).

A natureza se distancia da cidade, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam. Suplanta-se assim, a *Natureza Natural*, através de uma consonância de símbolos consumidos em massa, e ainda, construindo ambientes totalmente impregnados por essa simbologia gerando os chamados simulacros. A exemplo dessa análise verificam-se os atuais empreendimentos imobiliários de alto padrão que procuram conciliar o verde e o natural a um padrão urbano moderno de morar.

A cidade possui inúmeros viéses de análise. Assim, defini-la torna-se algo nebuloso, pois uma conceituação teórica implica diretamente em um embasamento científico ideológico, peculiar de cada um dos ramos das diferentes correntes científicas produzidas no decorrer dos tempos. Por outro lado, de maneira consensual, a cidade se apresenta como resultado mais expressivo do processo de produção da humanidade, atuando diretamente sobre o espaço geográfico. A partir desta pontuação não se deve permitir negá-la, haja vista que se estaria negando a própria história. A cidade é obra da humanidade.

A humanidade, fruto de todo um processo de relações sociais contínua, inserida em um período, a própria história, produz nas cidades todo um *terreno* visível e legível de seus fatos, lutas e fenômenos que vão sendo materializados no permeio dos tempos. Acrescenta-se ainda que na cidade há um estímulo, uma dinamização, uma sensibilização das relações sociais, sejam elas as mais abstratas e concretas.

Sendo a cidade uma representação concreta da história, há nesse espaço as impressões dos diferentes modos de produção. Convém destacar, que no caso brasileiro deve-se levar em consideração os aspectos em que resultou sua origem, ou seja, fruto das relações sociais e do processo expansionista colonial pautado, essencialmente, no início do sistema capitalista, o mercantilismo. Nesse sentido, as cidades passam a crescer e se desenvolver, como o *locus* da articulação das forças produtivas.

O urbano, tendo a cidade o produto desse processo, materializa-se na existência de objetos produzidos segundo interesses peculiares de cada período histórico. Assim, concebe-se e apropria-se desse espaço a partir de uma contradição concreta de interesses diversos que passam a ser acumulados e concentrados, resultando na materialidade de *tudo* que existe no mundo e se fazendo convergir em um lugar privilegiado. O termo *tudo* encerra a ideia dos objetos (materiais e imateriais), abarcando entre outros, os frutos da terra, as obras humanas, os instrumentos, os atos e situações, os signos etc. Assim, o espaço urbano se afirma como uma real contradição, resultado de movimentos paradoxais e, ao mesmo tempo e pela mesma dinâmica, complementares que procuram difundir, irradiar, condensar e concentrar os objetos.

As relações sociais, responsáveis pela dinamização das cidades, bem como pelas desigualdades oriundas dessa mesma relação, representa, de maneira mais contundente, todo um fenômeno resultante do processo de reprodução da lógica capitalista de produzir. A urbanização da sociedade não compreende, portanto, apenas a dinâmica demográfica de concentração do homem ou a dinâmica econômica de concentração de riqueza, nem as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, mas seu conteúdo social e cultural (SPÓSITO, 2001).

Dessa forma, a análise da dinâmica do espaço urbano se dá através de movimentos paradoxais e complementares (material e imaterial) que são produzidos e articulados por indivíduos e instituições, representando um campo simbólico do ideário humano e não, simplesmente, como um espaço qualquer constituído de objetos.

O uso do termo movimento se faz muito presente na contemporaneidade a fim de tentar explicar ou, pelo menos, esclarecer as dinâmicas que são produzidas e implementadas via sistema econômico global, através dos usos que são dados pelas técnicas. Inúmeras análises, inclusive no nível geográfico, dão conta de um processo de homogeneização que ocorre sobre os espaços urbanos, levando em consideração apenas o viés da produção e (re)produção econômica dos agentes que operam esse sistema. Entretanto, apesar de algumas análises buscarem ou simplesmente identificarem padronizações existentes em diferentes cidades, esta não é possível. Nenhum espaço urbano é idêntico a outro. Isso resulta da elevada diversidade das classes sociais em cada espaço urbano, bem como das diferenças socioespaciais, das dinâmicas e estruturas internas que se fazem presentes em cada lugar, não propiciando a materialização de uma homogeneização plena da/na cidade¹. Isso deve ser levado em consideração quando se utiliza na Geografia, principalmente na geografia urbana, a obra de Sassen (1998) que trata da rede de cidades globais. Segundo a autora, a hierarquização das cidades, no contexto do processo de globalização, se dá a partir da síntese das variáveis econômicas produzidas, particularmente, em cada cidade. Dessa forma, não há uma análise espacial e locacional de como esses dados econômicos são apropriados pelas diferentes classes sociais em cada cidade. Assim, falar de uma (re)produção espacial dessa *homogeneização* em diferentes espaços urbanos, esgalhados pelo globo, se mostra uma discussão elementar ou pouco enriquecedora, no que trata a geografia urbana.

Contudo, o fenômeno urbano é efetivamente global implicando um conjunto de práticas sociais, mas a sua estruturação como espaço urbano é

¹ A esse respeito Lefèbvre (1999), comenta a respeito da dualidade das funções **da** cidade e **na** cidade: a primeira, “funções urbanas relacionadas ao território circundante” e a segunda, “funções internas”. (Lefèbvre, 1999, p.80).

peculiar de cada lugar, imprimindo no espaço geográfico características próprias, únicas da sociedade que o produziu, produz e o produzirá.

O entendimento do espaço urbano como um espaço privilegiado da produção, mesmo sendo uma identificação dupla do “ato de produzir”, pode-se perceber que há um elo claro entre os dois aspectos, ou seja, a localização, a espacialização. Seja na forma como esse espaço urbano se materializa, através da configuração espacial das cidades, como também o porquê ele se materializa e processa relações socioeconômicas nesse ou naquele lugar.

Conforme Gottdiener (1993),

o espaço [urbano-grifo nosso] é produzido como nenhuma outra mercadoria. Tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal que o capacita a encerrar a realidade material de outras mercadorias em suas relações sociais. Exatamente, como outras mercadorias, ele representa ao mesmo tempo um objeto material e um processo que envolve relações sociais. Ao contrário de outras mercadorias, ele recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las; além disso, elas podem ser as mesmas relações que ajudaram a produzi-lo. Assim, o espaço [urbano-grifo nosso] tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo. É, portanto, ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio de relações sociais, e o reproduzidor de objetos materiais e relações sociais. (GOTTDIENER, 1993, p.33).

A materialização do espaço urbano ocorre cotidianamente na vida das pessoas e se expressa pela forma de ocupação ou utilização de determinado lugar em um momento específico. A produção das relações capitalistas encontra-se pautada no modo de ocupação de determinada ação, seja a de produzir propriamente dita, consumir, habitar ou viver. O ser humano, e também os demais objetos existentes no espaço, ocupam pontos desse espaço. No entanto, não são fixos e envolvem localizações e mobilidades, bem como interesses e sentidos diversos, necessidades e satisfações sobre o espaço, resultando na produção de um lugar.

Nessa linha de entendimento do espaço urbano como um atributo único e que possui valores ímpares de cada lugar, resulta, também, em um tipo específico de localização², a localização urbana. Conforme Villaça (2001),

² O aspecto da localização envolve pontos onde os produtos são produzidos e consumidos, configurando-se na relação entre os objetos ou conjuntos de objetos. (VILLAÇA, 2001, p.23).

as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos dos produtos e consumidores e dos consumidores entre os locais de moradias e os de produção e consumo. (VILLAÇA, 2001, p.23).

Localização e movimento podem ser um dos inúmeros pontos de partida para compreender as relações que se processam na cidade capitalista atual. Assim, o espaço urbano produzido pelo homem através do trabalho, apropriando-se das técnicas, ocorre de modo contínuo. No entanto, as formas de ocupação, usos e localizações se materializam de diversas maneiras conforme o lugar e o período histórico.

O entendimento do espaço urbano como um produto da produção social ou como prefere outros: *lócus da produção e do consumo*, nos sentidos clássicos dos termos, apresenta claramente esse espaço como sendo reflexo de uma materialidade contraditória e desigual da sociedade capitalista urbano-industrial. Esse tipo de análise fundamenta-se à compreensão das relações socioespaciais e das articulações que ocorrem entre os agentes produtores desse espaço, segundo interesses ora divergentes ora convergentes.

Mas se faz necessário avançar o conhecimento sobre a temática do espaço urbano somando-se a isso as buscas por explicações analíticas e não simplesmente indicações e descrições da estruturação desse espaço.

Villaça (2001), em trabalhos produzidos na década de 1980, já procurava explicitar essa discussão através da chamada localização pura. Assim,

a análise específica do espaço intra-urbano³ não pode limitar-se, por exemplo, aos estudos da produção de escritórios na Avenida Paulista [...] nem registrar que São Paulo cresce mais para leste [...]. É preciso explicar por que produziram as localizações representadas pela Avenida Paulista [...].(VILLAÇA, 2001, p.24).

No aspecto da espacialidade do espaço urbano, as relações que se processam são de natureza social, cuja base é a própria sociedade de classe e

³Segundo Villaça (2001), a expressão espaço urbano, bem como “estrutura urbana”, “estruturação urbana”, “reestruturação urbana” e outras congêneres, só pode se referir ao intra-urbano. Tal expressão deveria ser, pois, desnecessária, em face de sua redundância. Porém, o espaço urbano, - e todas aquelas afins – está hoje de tal forma comprometida com o componente urbano do espaço regional que houve necessidade de criar outra expressão para designar o espaço urbano; daí o surgimento e uso de intra-urbano. (VILLAÇA, 2001, p.18).

seus processos. Demonstra-se dessa maneira um viés da sociedade capitalista que se caracteriza, por uma constante e necessária mobilidade social e, conseqüentemente, espacial. Por envolver um processo dinâmico pautado nos fluxos e nos movimentos que são processados e potencializados entre as localidades no espaço urbano, pode-se estabelecer um paralelo entre duas fundamentações teóricas apresentadas por Villaça (2001) e Corrêa (2005). Mesmo possuindo um diferencial nas matrizes de análise e entendimento do processo de consolidação do espaço urbano, ambos os autores partem da ideia de que é necessário e muito salutar, pensar a cidade pelos deslocamentos que são produzidos no interior desse espaço. Entre a localização e o movimento, ou seja, os fluxos, pressupõe prévia articulação entre ambos que sai do campo teórico e se materializa empiricamente através dos deslocamentos de pessoas, veículos, etc. Estando

associado às operações de carga e descarga de mercadorias diversas, aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos para compra no centro da cidades ou nas lojas de bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parque, entre outros. (CORRÊA, 2005, p. 147).

Acompanhando essa dinâmica o espaço urbano é o lugar da vivência dos grupos sociais e das suas produções envolvendo o cotidiano, o passado e o futuro. Ganha-se um campo fértil de símbolos que se cristalizam em diferentes dimensões e significados variáveis, segundo as diferentes classes sociais e grupos etários, étnicos. Envolvendo crenças, valores, mitos, conflitos criados pela sociedade de classes e projetados em monumentos, favelas, lugares sagrados etc. Assim, o homem cria laços de afeição ou de desgosto, proporcionando felicidade ou status, dor ou pobreza⁴.

⁴ O termo pobreza possui uma gama variada de subjetividades e explicações, ligadas à questões materiais voltadas única e exclusivamente à escassez. Mas segundo SANTOS (1979) não se deve avaliar esse processo considerando essa situação estática e nem válida para todos os lugares [...] pobreza é presença marcante em todas as partes e sua distinção irá variar de uma sociedade para outra. Assim, adota-se nesse trabalho a visão de pobreza segundo Buchanan (1972), o termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – é um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação de insegurança. (Buchanan, 1972, p.225).

Nesse momento, vale salientar que os avanços a respeito da produção dos espaços urbanos e a ampliação da urbanização, nos dias atuais, se mostram como algo complexo, gerando até mesmo, no nível acadêmico, a falta de um rigor na utilização de alguns conceitos como urbano e urbanização. Pensar a esse respeito Santos (2005),

considera que não há uma articulação entre o conhecimento teórico e a análise empírica a respeito do urbano, evitando-se especificar as forças ou sujeitos sociais, que poderiam possuir potencial para agilizar a mudança social. Alguns conceitos como urbanização, crescimento urbano, processo urbano, são utilizados como sinônimos, o que prejudica as análises e as propostas advindas da utilização das mesmas para o planejamento e a intervenção territorial. (SANTOS, 2005, p. 205).

A riqueza das abordagens geográficas a respeito do espaço urbano se dá pelas diferentes formas com que esse objeto é analisado. Nesse sentido, Corrêa (2005), destaca em clássica e repetida citação, que o espaço urbano se apresenta de maneira “fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas” (CORRÊA, 2005, p.144). Percebe-se assim, o jogo dialético entre as características atribuídas ao espaço urbano com características contraditórias e complementares entre si. Tais características se manifestam na estrutura urbana, produzindo especificidades em cada ponto da cidade. Tendo assim, a produção de espaços diferenciados no interior da grande diversidade do espaço urbano.

A utilização do termo estrutura urbana, neste trabalho, não compreende como sinônimo do espaço urbano. Aproxima-se do entendimento que Villaça (2001) se refere a estrutura urbana no que

diz respeito à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações, ou seja, dos centros de negócios (não só o principal, mas também os demais) das áreas segregadas residenciais e, finalmente, das áreas industriais (VILLAÇA, 2001, p. 33).

A renovação do espaço urbano se processa quase como um fluxo contínuo sem ocorrer necessariamente na estrutura. A partir desse aspecto, Villaça (2001) exemplifica destacando que

quando, em Salvador, em Vitória, Campo Grande ou Graça, as mansões são demolidas e substituídas por apartamentos de luxo, há alteração do espaço construído, mas não há alteração da estrutura urbana, uma vez que tais bairros mantêm sua

natureza, classe social e localização enquanto elementos da estrutura espacial urbana. (VILLAÇA, 2001, p. 33).

O dinamismo que se faz presente no espaço urbano, não deve ser encarado como algo pronto e acabado, mas como um elemento que volta a ser pensado e produzido, segundo os mesmos processos que o produziram inicialmente, associado a ideia de continuidade dos diversos interesses envolvidos na sua constituição inicial. Esse processo essencial referente à produção do espaço urbano capitalista está pautado no princípio econômico da busca máxima do benefício, segundo o solo bem escasso e de uso necessário de todos, é convertido em valor de troca, ao injetar capital e trabalho mediante a ampliação do espaço urbano e a construção. Nesse sentido, os elementos que compõem a cidade (solo, edifícios, habitações, comércio, em especial, os símbolos) tornam-se mercadorias, que são comercializadas como qualquer outra, com preços estabelecidos pela lei da oferta e da procura (PEREIRA, 2001).

Para Mota e Mendes (2006),

a cidade capitalista é produzida de acordo com os recursos econômicos e técnicos disponíveis, por políticas públicas ou pelo capital imobiliário. Este último, ao investir ou administrar alguma negociação ou construção objetiva, lucro, incluindo objetos indispensáveis [...] a moradia. (MOTA; MENDES, 2006, p.128).

Os grupos sociais apropriam-se de maneira diferenciada do espaço urbano, sempre respaldados por mecanismos desiguais que compõem a própria sociedade capitalista e tendo como controladores desse processo sempre as classes mais hegemônicas da sociedade.

Segundo Corrêa (2005),

a ação dos diversos agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano: proprietários dos meios de produção, sobretudo os agentes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. A ação desses agentes, que obedece a uma lógica que é simultaneamente própria e geral, produz os diferentes fragmentos que compõem o mosaico urbano. (CORRÊA, 2005, p.144).

A procura por espaços na cidade é formada por indivíduos ou por entidades que atendem a necessidade de consumo coletivo. As empresas necessitam de áreas para implementar suas unidades produtivas, sejam elas

de caráter secundárias ou terciárias, ou meras atividades de circulação comercial, financeira etc. Nesse contexto, do ponto de vista das empresas, cada ponto do espaço urbano é único, no sentido de propiciar determinado elenco de vantagens que influem sobre seus custos (Singer 1982).

Na produção do espaço urbano, a cidade passa a incorporar glebas que antes tinham o uso rural, favorecendo o surgimento de uma expansão, na maioria das vezes, pulverizada em algumas parcelas do tecido urbano. Parcelas essas oferecidas às classes sócias menos favorecidas, devido aos seus baixos rendimentos. Segundo Santos (2005),

a organização interna das nossas cidades, grandes, médias e pequenas, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática. (SANTOS, 2005, p.107).

A essa expansão tem como resultado a materialização de outros fenômenos, de difícil solução, dentre eles: o processo de periferização, segregação urbana, rururbanização e a conurbação.

2.2. A Dinâmica da Expansão Urbana

O crescimento da mancha urbana tem alcançado níveis elevados, favorecendo a expansão dos limites físicos da cidade sobre o espaço rural, que possui característica própria e organização socioeconômica peculiares. Esse fenômeno de integração de novos espaços na cidade, que antes possuía uso rural, pode ser compreendido através de suas etapas: 1 – crescimento compacto, em forma de anéis concêntricos, que passa a incorporar a hinterlândia da cidade e somando-os à economia urbana, e 2 – urbanização de áreas mais distantes (alguns quilômetros), produzindo vazios no tecido urbano, também destacado na literatura como urbanização difusa ou dispersa (España, 1991).

A dinâmica da expansão urbana pode ser compreendida a partir de dois prismas: à escala da cidade e à escala regional. O primeiro, relativo à escala

da cidade, é utilizado para assinalar a criação de novos territórios urbanizados, aos quais correspondem processos de infraestruturação e de reparcelamento de propriedades originalmente não urbanas, e que se traduzem no progressivo crescimento da dimensão das cidades. Já o segundo prisma, diz respeito à escala regional, a expressão expansão urbana diz respeito ao fenômeno de crescimento urbano dos aglomerados, ou seja, do alargamento dos perímetros urbanos e ocupação do espaço com o povoamento que, sendo aglomerado em torno das cidades e vilas, pode também ser traduzido pelo fenômeno da urbanização do território.

A respeito da utilização da categoria território para o entendimento da produção do tecido urbano, concorda-se com as ideias apresentadas por Spósito (2004) que

a utilização dos termos território ou territorial aporta-se à dimensão material da cidade, à base física sobre a qual se assenta a cidade, ou seja, ao espaço topográfico ocupado por ela, o que poderia ser, numa primeira vista designado pelo conceito de sítio urbano. Entretanto, o território urbano é mais que o sítio urbano, porque outras três dimensões⁵ estão [...] contidas na aceção do conceito para se entender a expansão urbana. (SPÓSITO, 2004, p.73-74).

O contexto de escala do processo de urbanização, descrito anteriormente, produz na cidade uma característica peculiar de seu tecido urbano, pautado na descontinuidade e fragmentação do mesmo. A este propósito, é frequente encontrar nas propostas de zoneamento (nos planos municipais de ordenamento do território) a distinção entre áreas de expansão urbana (habitualmente designadas por “zonas urbanizáveis”) e áreas urbanas consolidadas. Nas primeiras, por terem vocação urbana, mas por estarem pouco preenchidas ou ocupadas com construções, espera-se que o processo de transformação para uso urbano ocorra fundamentalmente à custa de projetos de loteamento. Nas áreas consolidadas, onde a disponibilidade de solo não ocupado é reduzida, espera-se que a colmatação urbana seja feita fundamentalmente à custa de projetos de construção. Nas áreas urbanas já

⁵ As três dimensões que trata SPÓSITO (2004) correspondem: a dimensão jurídica – aspecto e bases legais para transformação de uma gleba de uso rural em uso urbano –; a dimensão das condições infraestruturais – segundo as quais são efetuados os loteamentos –; e, a dimensão das formas, ou seja, como se dá a incorporação da área loteada à representação que o moradores ou freqüentadores da cidade elaboram acerca dela. (SPÓSITO, 2004, p. 76-77).

completamente preenchidas e definidas podem assim vir a ocorrer projetos de reabilitação/conservação do edificado, de reconversão (quando se trata de adaptar os edifícios a outras utilizações) ou de renovação quando seja aceitável demolir edifícios (no seu limite de vida útil) e substituí-los por outros.

Conforme Spósito (2004) aponta,

à medida que uma nova gleba é loteada como urbana, amplia-se o conjunto paisagístico do que se toma como 'a cidade', mesmo que essa nova área não seja imediatamente ocupada. Se a ocupação é imediata e intensa, essa nova parcela do tecido urbano passa a compor os territórios comprados, usados e apreendidos pelas práticas socioespaciais, compondo, assim, um mosaico que se elabora mentalmente como sendo a cidade. Quando a ocupação não ocorre imediatamente, ou ela é pouco densa, ou a área loteada é muito pouco integrada à morfologia urbana anteriormente constituída, a apreensão desse fragmento [...] como parte da cidade, é muito difusa, já que seu preenchimento ao conjunto urbano não se institui de forma plena, nem funcional, nem socialmente. (SPÓSITO, 2004, p.76).

Com espraiamento do tecido urbano, as cidades ganham um tamanho desmesurado, resultado, dentre outros aspectos, do processo de especulação imobiliária, seja na produção de novas áreas urbanas (loteamentos) seja na requalificação de outras já existentes (SANTOS, 2005).

Os agentes ligados diretamente ao capital imobiliário são os promotores imobiliários, também apresentado por alguns autores como "incorporadores imobiliários" (SMOLKA, 1987, 1989; RIBEIRO, 1997; MENDES, 2000). Para Ribeiro (1997),

o incorporador é o agente que, comprando o terreno e detendo o financiamento para construção e comercialização, decide o preço da produção, no que diz respeito as características arquitetônicas, econômico-financeiro e locacionais. (RIBEIRO, 1997, p. 94).

Complementa Mota e Mendes (2006)

o incorporador não é agente-suporte do capital produtivo, assim, o capital deste vai ser valorizado quando circular a mercadoria e não no momento de produção. (MOTA; MENDES, 2006, p. 125).

Nessa dinâmica da produção e, conseqüentemente, da expansão urbana, os promotores imobiliários disponibilizam a venda de lotes, "a terra

urbana⁶”, com pouca ou nenhuma infraestrutura. Resultando assim, na necessidade dos compradores se organizarem e lutarem para obter os serviços coletivos, tais como: asfalto, luz, sistema de distribuição de água, escolas, etc. A cobrança e a implantação do sistema de infraestrutura recaem sobre o poder público que, depois de um longo período, passa a executar gradativamente e incorpora essas novas áreas ao conjunto do espaço urbano. No contexto final, o benefício, sem dúvida, recai sobre os compradores, os proprietários dos lotes, aqueles que estão realmente produzindo seu espaço. Mas o benefício se estende sobre aqueles que preferiram deixar as terras vazias aguardando a sua valorização (GOMES et al., 2003). Dessa forma, a incorporação e venda de lotes urbanos, encontra-se inserida na lógica emblemática da *industria* de vazios urbanos.

Essa valorização, o valor que a terra urbana passa a ter não está ligado aos objetos que vão sendo construídos, edifícios, infraestruturas e outros, mas na própria relação que o espaço urbano desempenha, estabelecendo relações entre os diferentes elementos da cidade (LOJKINE, 1981). Nesse contexto, Villaça (2001), vai ao encontro dessa forma de entender e compreender a valorização que os espaços da cidade adquirem a partir do que ele intitula de “localização” ou ponto. Considerando que:

a terra urbana só interessa enquanto ‘terra localização’, ou seja, enquanto meio de acesso a todo o sistema urbano, toda a cidade. A acessibilidade é valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha em maior ou menor grau. Os diferentes pontos do espaço urbano têm diferentes acessibilidades a todo o conjunto da cidade. A acessibilidade de um terreno ao conjunto urbano revela a quantidade de trabalho socialmente necessário despendido em sua produção. Quanto mais central o terreno, mais trabalho existe despendido na produção dessa centralidade, desse valor de uso. Os terrenos da periferia têm menos trabalho social incorporado em sua produção do que os centrais. Daí nossa expressão ‘terra localização’. [...] a localização ou ponto é o valor de uso produzido pelo trabalho coletivo despendido da construção de cidade. (VILLAÇA, 2001, p. 74).

⁶ Para Villaça (2001) a terra urbana é matéria natural trabalhada – alta e sofisticadamente [...] o espaço urbano é produto produzido, não é dom gratuito da natureza; é fruto do trabalho social. (VILLAÇA, 2001, p. 73).

A grande relevância da localização e da acessibilidade aos estudos urbanos é destacada por Santos (2005) segundo as características próprias e pela unicidade de cada lugar, assim

cada homem vale pelo lugar em que está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independente de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtudes, a mesma formação, até como o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde está. [...] antes de tudo, que o espaço não é uma estrutura de aceitação, de enquadramento, ou coisa que o valha, mas uma estrutura social como as outras. [...] o valor do homem, assim como o do capital em todas as suas formas, depende de sua localização no espaço. (SANTOS, 2005, p.81-82).

Villaça (2001) contrapõe o entendimento da expansão urbana como algo que reflete simplesmente em diferentes configurações e formas que o espaço urbano ganha a partir desse processo. Entretanto, compreende que a expansão urbana pode ser influenciada por dois aspectos, específicos de cada espaço urbano, sendo que um aspecto está ligado a potencialização da expansão a partir do movimento, da mobilidade e dos efeitos dos transportes e das vias de transporte como elementos norteadores da estruturação da expansão urbana, “as vias de transportes se constituem o mais poderoso elemento da atração da expansão urbana” (VILLAÇA, 2001, p. 85). Já o segundo aspecto, no sentido de dificultá-la e promover o adensamento da mancha urbana, os obstáculos naturais, “cidades em vales tendem a crescer mais no sentido do vale do que transversalmente a ele”. (VILLAÇA, 2001, p. 85).

O sistema de transporte, diretamente ligado ao deslocamento de pessoas e mercadorias, atrai a ocupação urbana nos pontos de grande acessibilidade⁷ ou de possíveis acessibilidades, alterando o valor de uso da

⁷ O elemento acessibilidade é o que mais valoriza o local. Segundo Reani (2003), “os locais com maior acessibilidade são mais atrativos e também mais valorizados.[...] através da acessibilidade é possível o acesso dos indivíduos aos locais de emprego, lazer, equipamentos públicos, etc., sendo essa a função tanto do uso do solo quanto das características do sistema de transporte. A acessibilidade é a oportunidade de se alcançar um destino”. (REANI, 2003, p.10-11).

terra e passando a gerar uma nova oferta de demandas locais que são ocupadas por uma parcela de população e atividades econômicas que foram produzidas a partir do centro da cidade em expansão. Além do sistema local de transporte e das ações resultantes desse, o enfoque no deslocamento regional também se apresenta como um motor que facilita a circulação e, conseqüentemente, o fenômeno da expansão urbana e, que pode favorecer a posteriori o processo de conurbação - abordagem a ser realizada nos próximos itens.

Nesse contexto, o deslocamento regional surge como um subproduto do sistema

interurbano, representado por uma parte desse sistema que a cidade recebe não só antes da demanda, mas também gratuitamente. [...] À medida que a cidade cresce, ela se apropria e absorve os trechos urbanos das vias regionais, como nos casos das rodovias antigas que, com o tempo, se transformaram em vias urbanas. É a mudança de função da via (que passa a ser tráfego intraurbano) e, não sua localização (dentro ou fora da cidade), que transforma uma via regional em urbana. (VILLAÇA, 2001, p.82).

Contrariamente, grande parte dos trabalhos acadêmicos de que tratam do tema da expansão urbana, constatam que o processo é tido como algo natural e espontâneo e que decorre da ampliação de dados quantitativos da população de uma ou de outra cidade, além de resultar em uma configuração espacial fragmentada. Pensar a expansão urbana no sentido literal do termo, não corresponde somente à análise desses dados quantitativos de pessoas. Mas entender, em termos espaciais da cidade, como a expansão se concretiza, segundo diferentes lógicas que são superpostas em um mesmo espaço, ampliando distâncias entre a área central e as novas áreas urbanizadas.

A respeito dessa temática Vale (2005), destaca que

a situação atual não deve ser compreendida como um resultado da simples expansão dos limites urbanos, mas da dissolução dos conceitos tradicionais de cidade e campo. Hoje temos construções urbanas nas áreas rurais próximas da cidade, e a população residente, que trabalha em atividades urbanas, tem maior facilidade de deslocamento pendular. (VALE, 2005, p. 66).

Spósito (2001), destaca que a situação dessa urbanização

é um processo que se reconstrói, também, com espacialidades que se redesenha a partir da fragmentação do

tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, ideias e símbolos. Já que hoje, não temos mais, apenas, um processo de urbanização pelo aumento do número e tamanho das cidades e dos papéis que desempenham na divisão social do trabalho. [...] Pois, o meio técnico-científico coloca cada vez mais a cidade além da cidade, redefinindo a dialética cidade-urbano. Essa redefinição encerra uma outra: a relação cidade urbanidade. (SPÓSITO, 2001, p. 85).

Assim, a cidade representa uma imensa concentração de agentes que exercem diferentes atividades nesse espaço, sendo assim, a expansão urbana, tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em grande parte das cidades, a rápida expansão do seu número de habitantes resulta em uma escassez de solo urbano, bem como de equipamentos urbanos, resultando assim, na valorização das poucas áreas bem servidas. A atuação do mercado imobiliário atribui a essas áreas, bem servidas de infraestrutura urbana, um privilégio das camadas de alta renda, que possuem reais condições de *consumir* esse espaço, no entanto, a população de baixa renda fica destinada às zonas mal servidas e que, por isso, são mais baratas (SINGER, 1982). Tal questão ressalta um ponto relevante, no que toca ao processo de expansão urbano, ou seja, conclui-se que o arranjo espacial dos bairros, bem como da população no espaço urbano, resulta de um

processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros, sendo um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço. (VILLAÇA, 2001:148).

As cidades brasileiras possuem, geralmente, um centro principal, onde se localizam quase que todos os serviços principais, desde órgãos administrativos (principalmente de caráter público), a igreja matriz, os tribunais, o distrito financeiro, o comércio atacadista e varejista, cinemas, teatros, etc. Com o crescimento da cidade, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que originam novos pontos de valorização do espaço urbano. Sendo assim, esse crescimento urbano implica necessariamente em uma nova configuração do uso das áreas já ocupadas, que esbarra na maioria das vezes em zonas residenciais de padrão elevado, porém, devido ao dinamismo do próprio espaço urbano, bem como dos agentes que moldam e articulam esse

espaço, percebe-se um deslocamento populacional para novas áreas residenciais, providencialmente criadas pelos promotores imobiliários (SINGER, 1982).

Nesse ponto, o crescimento do espaço urbano, para as áreas periféricas, resulta de uma necessidade “imposta” pelo próprio crescimento da cidade, em especial de sua zona comercial. Entretanto, o que se tem notado em grande parte das cidades brasileiras, referente ao seu crescimento espacial, é fruto de interesses articulados pela acumulação de capital. Contudo, vale ressaltar, que a partir desses fenômenos apresentados anteriormente, pode-se entender que o espaço urbano, resultado dessa desagregação habitacional, comercial e infraestrutural, porta-se de maneira fragmentada e segregada sócio economicamente.

Nesse contexto, pensar as cidades, nos dias de hoje, se faz necessário entender dois processos que envolvem a produção do espaço urbano, a partir de análises sociais e espaciais. Os processos sociais representam a forma, o movimento e o conteúdo sobre o espaço, viabilizando um conjunto de forças que atuam ao longo do tempo e que permitem localizações, realizações e permanência das atividades e populações sobre o espaço urbano. Já os processos espaciais representam a organização espacial desse espaço, como sendo um conjunto contraditório e complementar, ou seja, fragmentado e articulado.

Assim CORRÊA (2005) sintetiza,

...tais processos são postos em ação pelos atores que modelam a organização do espaço, proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias e de construção, associadas ou não a grande capital, e o Estado. Cada um desses atores tem sua própria estratégia e entre os três primeiros há conflitos que são, em maior ou menor grau, resolvidos pelo Estado, simultaneamente ator e árbitro desses conflitos. (CORRÊA, 2005, p. 122).

Assim, Pereira (2001) retrata

que não tratamos de um espaço abstrato, mas da cidade que é fruto do processo de desenvolvimento capitalista que, em essência, é desigual e demonstra essa desigualdade na contraposição entre ‘ilhas’ de riqueza, e áreas urbanas miseráveis, desprovidas de qualquer benefício. [...] Ao produzir o espaço urbano a sociedade se apropria da natureza e a transforma, criando mercadorias desejáveis e indesejáveis,

onde a primeira faz parte do ideário de desenvolvimento: objetos, serviços, equipamentos, que vão desde automóveis até serviços telefônicos e de infraestrutura; e o segundo, os indesejáveis, são as coisas que não foram planejadas como mercadorias e que são consideradas como desvios do modelo de desenvolvimento: sub-habitação, poluição, lixões, etc. (PEREIRA, 2001, p. 35).

A produção da expansão do tecido urbano, nos tempos atuais está pautada segundo a égide do modo de produção capitalista, cuja lógica segue a acumulação e lucros de capitais. Essas interações provenientes de ações econômicas e sociais expressam a dinâmica do sistema de acumulação determinando a forma de produção e a modificação do espaço construído.

2.3. O PROCESSO DE CONURBAÇÃO

O processo da urbanização brasileira verificado nas últimas décadas tem resultado na imensa transformação dos centros urbanos, bem como no aparecimento de formas diferenciais de concentração e produção espacial das cidades. Essa transformação não se encerra somente no nível da cidade local em si, mas também nas diferentes formas de organização e produção que são dadas entre a cidade e seu entorno regional, estabelecendo relações de proximidades ou de distanciamento entre tecidos urbanos, segundo os vetores de crescimento urbano, determinadas, potencialmente, pelas vias de deslocamentos regionais.

O principal motor dessa transformação sedimenta-se nas extensas e profundas transformações que o espaço nacional brasileiro sofreu e vem sofrendo. Vale salientar que a modernização e a facilidade dos deslocamentos de pessoas, mercadorias e informações, estabilidade econômica, com o controle da inflação e a facilidade no acesso ao crédito tem se mostrado como o principal motor dessas mudanças, resultando em distorções e reorganizações socioespaciais de indivíduos e lugares.

No que toca a análise da estrutura interna das cidades brasileiras, em diferentes dimensões espaciais: grande, pequena e média, tem-se verificado

processos de concentração de formas espaciais que continuam a ganhar maior acentuação no urbano, dentre eles: a espoliação urbana, segregação socioespacial e outros mais. Esses processos se materializam refletindo problemas históricos da sociedade de classe, dificultando o acesso pleno do espaço urbano como um direito de todos. Assim, o fenômeno da dispersão urbana tem alterado a configuração morfológica tradicional, favorecendo o aparecimento de novas centralidades e novas periferias em diferentes escalas.

Conforme Spósito (2004),

o estudo dos espaços internos da cidade requer o reconhecimento do movimento que dá conteúdo econômico, social, político e cultural a cada parcela da cidade, mas sempre avaliando como as parcelas se articulam entre si. Por essa razão, o reconhecimento e o mapeamento das localizações e condições para a compreensão da estrutura urbana, mas não são, em si, suficientes, pois as articulações entre as partes da cidade, ou seja, as interações espaciais que se estabelecem entre elas é que orientam o conjunto de relações que dão conformação ao processo de estruturação e reestruturação da cidade. (SPÓSITO, 2004, p. 311).

As mudanças na escala regional, ou interurbana, são resultantes de fenômenos associados os processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território. Soares (2006, p.347), considera a “difusão do processo de metropolização” como um exemplo claro de toda essa dinâmica que se consolida nas cidades.

A análise regional, interurbana, pode ser compreendida e definidas a partir de duas formas: as regiões metropolitanas *oficiais*, institucionalizadas, e as aglomerações urbanas não-metropolitanas. Nesse contexto, a Constituição do estado de São Paulo, em seu artigo 153, estabelece as normas para o que se considera chamar de região metropolitana e aglomeração urbana:

Artigo 153 - O território estadual poderá ser dividido, total ou parcialmente, em unidades regionais constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, mediante lei complementar, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, atendidas as respectivas peculiaridades.

§ 1º - Considera-se região metropolitana o agrupamento de Municípios limítrofes que assumam destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com

alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes.

§ 2º - Considera-se aglomeração urbana o agrupamento de Municípios limítrofes que apresente relação de integração funcional de natureza econômico-social e urbanização contínua entre dois ou mais Municípios ou manifesta tendência nesse sentido, que exija planejamento integrado e recomende ação coordenada dos entes públicos nela atuantes. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

A segunda forma de análise regional, ou seja, a aglomeração urbana receberá todo um destaque especial nesta pesquisa, pois é através desta que se procura construir todo um arcabouço teórico e prático no que diz respeito ao processo de conurbação.

O termo conurbação foi pensado por Patrick Geddes no início do século XX, procurando explicar o processo em que diferentes núcleos urbanos se fundem até formarem uma aglomeração maior, porém, cada um desses núcleos possui seu próprio centro, sua própria estruturação. Essa ideia foi desenvolvida no contexto da dinâmica de crescimento urbano britânico, particularmente em Londres e em Edimburgo. Nos dias de hoje, sabe-se que mesmo em áreas não conurbadas, as cidades possuem diferentes centralidades, resultado da produção de uma série de poli-nucleamentos no desenho urbano.

Posteriormente, na década de 1960, Peter Hall, passa a considerar o processo de conurbação entre grandes cidades, como o: Randstad e o Rhin-Rhur alemão. Já no Brasil, o termo passou a ser considerado secundariamente ao processo de metropolização e ao transbordamento de imensas áreas urbanas, ganhando a conotação de região-metropolitana.

Ao resgatar e discutir essa temática Villaça (2001) atribui a importância de se pensar as áreas urbanas, segundo o termo da conurbação, não somente como um adensamento físico-territorial de cidades que devido ao seu imenso e intenso espraiamento passaram a resultar em um espaço urbano contínuo ou praticamente, mas deve-se levar em consideração também à importância social, econômica e cultural de um núcleo urbano que se soma a outro. Nesse sentido complementa-se que,

a expansão espacial dos núcleos urbanos e as contradições ocorridas entre essa expansão e os limites político-

administrativos municipais. [...] sem considerar a importância dos núcleos e, muito menos, o fato de serem eles ou não áreas metropolitanas 'oficiais'. (VILLAÇA, 2001, p. 49).

No transcorrer do levantamento bibliográfico pode-se notar, praticamente, um abandono ou uma “inexistência” da conurbação nos trabalhos da geografia urbana brasileira. Arrisca-se uma hipótese para isso, pois ao entender a evolução do pensamento geográfico e a aproximação com a dialética marxista, resultando na chamada Geografia Crítica, de caráter ortodoxo, promovendo um abandono dos temas de cunho regional e interurbanos. A busca por uma análise *estritu senso* espacial da estruturação do conjunto urbano, esteve prevalecida pela materialização das lutas de classe manifestadas na cidade, deixando de analisar, em uma perspectiva mais ampla e contextual, dos processos estruturantes em que a expansão urbana consolidava pós década de 1980.

No contexto da geografia nacional, a única pesquisa identificada a respeito do processo de conurbação foi desenvolvida na forma de artigo científico, por Coltrinari (1974) tratando do “sítio da conurbação Guaratinguetá - Aparecida”. No entanto, o produto dessa pesquisa deu-se a partir da tese de doutoramento⁸ da autora, fundamentada no estudo geomorfológico das cidades acima citadas. O estudo contribui para análise das feições geomorfológicas como barreira ou não à conurbação. Aliás, é válido salientar que mesmo tendo uma atenção voltada para a dinâmica do relevo de Guaratinguetá – Aparecida, a autora apresenta alguns entraves que podem influenciar no desenvolvimento urbano, que são destacadas:

providências deverão ser tomadas com urgência, uma vez que a ocupação do solo urbano tende a tornar-se cada vez mais caótica, como resposta ao impacto causado pelo elevado número de romeiros. [...] congestionamentos das ruas, provocado pela aglomeração das atividades do setor terciário, problemas de equipamentos urbanos e de infraestrutura, e sanitário. [...] urbanistas têm sugerido a urgente atualização da rede viária, e a elaboração de estudos sobre transporte e trânsito. (COLTRINARI, 1974, p. 04).

Oropeza (1988) promove um estudo destacando o processo de conurbação entre as cidades de Valera – Trujillo, na Venezuela, a análise se

⁸ COLTRINARI, Lylian. Contribuição à geomorfologia da região de Guaratinguetá-Aparecida. 1975. 156f. Tese (Doutorado) Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

consolida na mesma direção realizada por Coltrinari (1974), ou seja, a partir da análise geomorfológica do terreno, procura-se se estabelecer as diretrizes, ou melhor, as possíveis direções para a expansão urbana de ambas as cidades, resultando na formação de um tecido urbano contínuo.

Pensar o processo de conurbação se faz necessário resgatar a análise para além das fronteiras da ciência geográfica. Inúmeras pesquisas foram produzidas no nível da morfologia urbana, principalmente no campo da arquitetura e urbanismo. Objetivando a construção de ações integradas de planejamento urbano-regional, inúmeras monografias foram produzidas pelo West Midland Group (1948) no contexto da Inglaterra, na primeira metade do século XX, tendo a mancha urbana de Birmingham como o centro irradiador e estruturador na articulação regional. No caso brasileiro, em especial, o interior do estado de São Paulo, Panossiani (1974), desenvolve uma análise dos vetores de expansão urbana e a possibilidade na consolidação das manchas urbanas de Salto e Itu, sendo classificado pelo autor como “Salto de Itu”.

Após essa breve análise histórica do aparecimento do termo conurbação nos trabalhos acadêmicos. Verifica-se um desuso do termo dado por boa parte da literatura especializada de períodos anteriores que se dedicam a explicar os fenômenos e as conseqüências da conurbação e até mesmo de áreas poli-nucleadas. Dessa forma, não se verifica propostas de soluções à nova problemática urbana que decorre do processo resultante da conurbação (SERRA,1993).

Concordando com Villaça (2001) o processo de conurbação não pode ser simplesmente encarado pelo ponto vista da proximidade e junção de dois ou mais tecidos urbanos. A esse respeito, Patrick Geddes cunhou o termo em um passado distante, já analisado anteriormente. O entendimento conceitual da conurbação deve-se pautar nos intercâmbios que são produzidos tanto quanto a cidade que absorve, quanto a cidade que é absorvida, ou seja,

o processo conurbação ocorre quando uma cidade passa a absorver os núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outro municípios. Uma cidade absorve a outra quando passa a desenvolver com ela uma ‘intensa vinculação socioeconômica’. (VILLAÇA, 2001, p.51).

A vinculação socioeconômica que trata o autor se mostra bastante superficial, no que diz respeito aos aspectos que a compõem. Para elucidar

melhor essa terminologia, essa vinculação deve-se limitar apenas aos laços de natureza intraurbana, sendo que a análise se dá empiricamente, a exemplo o fluxo de pessoas entre casa-trabalho, casa-escola, telecomunicações etc. No entanto,

o processo de conurbação não se tem dado entre nós apenas pela absorção de núcleos urbanos contemporâneos ou gerados pela cidade central [...]. Por enquanto, cabe apenas destacar o conflito entre os processos socioeconômicos e físicos da urbanização e o processo político-administrativo de delimitação dos municípios. A natureza totalmente distinta desses dois processos torna difícil manter a compatibilidade entre eles, especialmente a longo prazo. (VILLAÇA, 2001, p.52).

Quando se procura compreender a dinâmica do crescimento espacial do urbano, bem como sua elevada complexidade é de salutar relevância, considerar que, atualmente, as cidades brasileiras, passaram a estar integradas por um sistema denso de engenharias que favorecem o crescimento e o deslocamento norteando direta e indiretamente os vetores da expansão urbana.

Nesse sentido Serra (1993):

até muito recentemente, o sistema rodoviário parecia dos urbanistas algo externo à cidade e, aos geógrafos, um sistema de linhas estruturando a rede urbana (Haggett). A solução para a interface rodovia/cidade era o anel viário (ou rodoviário). Contudo, os anéis sempre foram devorados pelas áreas urbanas que pretendiam circunscrever. [...] No fazem porque a terra do lado externo da circunvalação é mais barata do que do lado interno, criando um incentivo à ocupação das áreas externas, mesmo quando deixam do lado de dentro, vazios urbanos. [...] Esse processo de ocupação acelerada dos espaços externos às circunvalações, pôde ser observado recentemente nas cidades brasileiras, tanto na localização industrial como nas dos conjuntos habitacionais. (SERRA, 1993, p. 05).

A esse respeito aproximam-se das idéias de Villaça (2001) que associa as vias de deslocamento intraurbana e regional como elementos das diretrizes da expansão urbana. Qualificam-se os espaços próximos a essas vias com vantagens locacionais que facilitam a acumulação e a circulação de bens e serviços.

Seja pelo aspecto histórico ou pelo próprio contexto da complexidade da urbanização brasileira no dias de hoje, o processo de conurbação tem-se

manifestado através de quatro formas principais, conforme apresenta o estudo de Flávio Villaça (2001). Essas formas não objetivam criar uma simples linha classificatória ou descritiva da conurbação brasileira. Aliás, pode se partir delas para compreender as dinâmicas específicas que se cristalizam em diferentes cidades e regiões brasileiras ou ainda verificar a conjugação de mais de uma forma em um mesmo espaço urbano, que são elas: 1 – núcleos urbanos absorvidos antes de se constituírem cidades, 2 – processo de conurbação pela formação posterior do polo central, 3 – acelerado desenvolvimento de aglomerações urbanas e 4 – processo de absorção metropolitana.

A primeira forma de conurbação, ocorre antes mesmo da consolidação do núcleo urbano ser elevado a categoria de cidade, já surgindo como um apêndice de externalidades urbanas que são produzidas através da expansão das vias de deslocamento de outras cidades. Verifica-se “que são núcleos que cresceram rapidamente a partir de uma estação ferroviária, junto à qual se formou o polo”. (VILLAÇA, 2001, p. 59).

A segunda forma assemelha-se à primeira, tendo, por exemplo, a estação ferroviária como elemento estruturante. No entanto, devido a distância com o centro principal, a ferrovia, promove a consolidação e o fortalecimento desse pequeno centro, que outrora pouco participava do cenário urbano, resultando em casos de “aglomeração urbana não-polarizada”. Assim,

a expansão urbana se manifesta aqui através da formação de uma imensa periferia, em geral de baixa renda, com um núcleo local fraco que pouco apresenta além de quitandas, farmácias ou padarias. Esse caso ocorre quando a periferia central, ou de algumas de suas grandes cidades-subúrbios, ‘transborda’ sobre os municípios vizinhos em pontos afastados de sua sede. [...] o que ocorreu com Diadema, em São Paulo, que resultou no transbordamento de São Paulo sobre o município de São Bernardo do Campo, longe de sua sede. (VILLAÇA, 2001, p. 60).

Dessa forma a acelerada expansão urbana se dá como resultado de um processo de periferização e espraiamento de bairros populares não-polarizados, favorecendo o surgimento de uma segunda área urbana em um mesmo município. Atualmente, esse transbordamento ocorre pela periferização, não somente através segregação da pobreza, mas pelos imensos condomínios urbanísticos e bairros de alto padrão implantados nas bordas do centro principal. A esse exemplo, tem-se a Granja Viana, no

município de Cotia, como resultado da expansão de bairros de alto padrão da cidade de São Paulo (VILLAÇA, 2001, p, 64).

A terceira forma de conurbação se dá pela formação aglomerações que se constituíram em um desenvolvimento urbano expressivo, mesmo estando longe da grande cidade e com autonomia socioeconômica. Como resultado disso foi possível preservar as especificidades e particularidades das cidades tipicamente interioranas. Essas cidades surgem como importantes nós da rede urbana no interior, consolidando nos dias de hoje cidades médias típicas, que se expandiram e diversificaram seus serviços a partir do núcleo central. A composição social, econômica e física, no dias de hoje, sem mantêm mais ou menos presente, possui um setor primário desenvolvido tecnologicamente, acelerado processo de industrialização, mas não como bairros ou áreas industriais da metrópole e grande diversidade de serviços. Segundo Villaça (2001),

nelas aparecem, ou apareciam até recentemente, uma burguesia local integrada por altos burocratas, grandes comerciantes, e mesmo industriais locais e proprietários rurais. A estrutura física [...] com um centro tradicional forte, praças centrais e uma variedade de tipos de bairros residenciais, correspondendo a uma variedade de classes sociais. (VILLAÇA, 2001, p. 64).

Por fim, o quarto tipo de conurbação diz respeito ao processo de absorção urbana, como resultado da expansão metropolitana sobre cidades pequenas, que mesmo tendo importância em outros períodos históricos tiveram o desenvolvimento estagnado, devido a sua proximidade com o grande centro.

No contexto dessa pesquisa, o fenômeno de conurbação tem destaque fundamental ao estudar e compreender as formas decorrentes desse processo em aglomerações urbanas, não metropolitanas, em especial tendo como estudo de caso, a cidade média paulista de Araraquara e sua área de expansão urbana sobre o município de Américo Brasiliense. O direcionamento teórico buscando compreender a conurbação entre ambas resulta da terceira forma destacada por Villaça (2001), já apresentada anteriormente, ou seja, o crescimento das cidades de nível médio, a partir de um núcleo central se expandiu e se diversifica, mas guardando as particularidades de uma cidade tipicamente média.

Assim, a estruturação interna das cidades escolhidas como estudo de caso e as implicações da expansão urbana no cenário urbano regional são temas a serem tratados nos capítulos seguintes, possuindo como elemento norteador as variáveis históricas, econômicas e sociais dos espaços em discussão.

**3. ESTUDO DE CASO: ARARAQUARA E AMÉRICO
BRASILIENSE**

3.1. Processo de Urbanização e Conurbação

3.1.1. Bases Históricas da Urbanização e Ocupação do Espaço Paulista: da cana ao café

A formação e consolidação do espaço territorial paulista deram-se de maneira lenta e gradativa até os anos de 1820. Anterior a esse período, as áreas de ocupação apenas se resumiam a porção litorânea e parte do oeste que se seguia em direção ao Planalto Atlântico Paulista. A transposição das escarpas do Planalto em direção ao interior do estado, representava um avanço no processo de colonização e ocupação, pois as terras litorâneas não apresentavam as condições necessárias para o desenvolvimento da lavoura em grande escala.

Os núcleos que se formavam nas áreas do planalto simbolizavam uma ocupação difusa e a dificuldade do *Caminho do Mar*, que, ao invés de ligar, isolava a região de Piratininga, negava-lhe o acesso ao oceano e, portanto, a necessidade do estabelecimento de vias de transporte.

Mesmo tendo São Vicente prosperado e, passando a aglutinar, as vilas paulistas que se formavam na área litorânea, o interior era marcado pelas povoações isoladas, sesmeiros⁹ e posseiros esparsos em uma ou outra ponta paras as suas terras. Conforme BRUNO (1967),

...por volta de 1820, o espaço paulista efetivamente ocupado resumia-se à áreas existentes entre o litoral e a oeste, uma linha que passasse, a partir do norte, pelas povoações de Ituverava, Franca, Batatais, Araraquara, Botucatu, Tatuí, Itapetininga, Faxina, Apiaí... (BRUNO, 1967 p.12).

⁹ Sesmeiro: o termo está associado ao proprietário da sesmaria (presente na legislação portuguesa de 1375, que normatiza a distribuição de terra destinada à produção). A partir do momento em que chegam ao Brasil os capitães-donatários, titulares das capitâneas hereditárias, a distribuição de terras a sesmeiros (em Portugal era o nome dado ao funcionário real responsável pela distribuição de sesmarias, no Brasil, o sesmeiro era o titular da sesmaria) passa a ser uma prioridade, pois é a sesmaria que vai garantir a instalação da *plantation* açucareira na colônia.

Em consequência, a capitânia ficou relegada a um plano econômico inferior, impedida de cultivar com êxito o principal produto agrícola do Brasil colonial, a cana-de-açúcar, e de concorrer com a principal zona açucareira da época, representada por Pernambuco e Bahia.

Porém, mesmo com essa dificuldade na integração de áreas de ocupação em São Paulo, o ciclo da cana-de-açúcar¹⁰ se fez presente e produziu condições para a consolidação futura da economia cafeeira e das relações de produção e trabalho trazidas por esse ciclo econômico.

A urbanização paulista, através da consolidação de núcleos urbanos, vilas, freguesias e, posteriormente, cidades como sede dos municípios, expandiu-se a partir das primeiras décadas do século XIX, em virtude da expansão do sistema de produção agrícola pautado na lavoura canavieira no Planalto Paulista, bem como na área da Depressão Periférica. Com a decadência do ciclo da mineração, na vizinha província de Minas Gerais, o fluxo migratório direcionou-se para São Paulo, na busca por melhores condições de sobrevivência.

A atração populacional para a província de São Paulo, ganhou dimensões maiores a partir de 1850, associando-se a esse processo a criação de municípios em quantidade superior a primeira metade do século XIX. Tal fato se deve ao início do ciclo do café¹¹, em paralelo com a produção da cana-de-açúcar já existente, que gradativamente foi sendo substituída.

O avanço do ciclo do café resultou no chamado complexo cafeeiro¹², que se articulou com a expansão da fronteira agrícola e a fundação de áreas de controle administrativas do território do paulista. Isso explica o aumento no número de municípios, bem como as zonas de expansão da urbanização em grande parte de São Paulo. Assim, no período que compreende os anos de

¹⁰ As transformações socioeconômicas e territoriais do estado de São Paulo, decorrentes desse importante ciclo econômico, podem ser analisadas e estudadas com maior profundidade no trabalho desenvolvido por: BRAY, Silvio C. **A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo**: revisão dos paradigmas tradicionais. 1989. 170f. Tese (Livre Docência). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1989.

¹¹ A esse respeito têm-se destaque os trabalhos de Milliet (1946), Monbeig (1998), Cano (1977), Cano (1985), Gonçalves (1998).

¹² A ideia de complexo cafeeiro destacado tem como base o estudo de Cano (1977), que aponta a produção do café não apenas como uma atividade econômica, mas como um sistema transformador das estruturas econômicas, das relações de trabalho, dos interesses político-sociais e territoriais.

1870 até a crise do café em 1929, o número de municípios paulistas saltou de oitenta e um (81) para duzentos e quarenta e cinco (245).

Nesse período, permite acrescentar novos elementos de análise quanto ao significado das cidades, conforme destaca OLIVEIRA (1988),

trata-se do movimento permanente de drenagem de mão-de-obra das 'zonas velhas' em direção às 'zonas novas' alegadamente em razão da maior produtividade das últimas comparativas às primeiras. O ritmo de absorção de terras pelo café ligava-se não apenas as condições do mercado e os diferenciais de produtividade das terras, mas também aos mecanismos de financiamento da atividade cafeeira, apoiados pelo capital imobiliário e não mais pela posse de escravos. (OLIVEIRA, 1988, p. 10).

A urbanização do interior paulista remete, portanto, às condições da divisão social do trabalho vigente ao longo do período cafeeiro, recolocando-se a partir daí o significado das cidades e do modo de vida urbano da época. Esse processo de expansão da urbanização, motivada pelos acúmulos financeiros produzidos pelo café, assim como a constituição de um sistema empresarial capitalista, deu-se após 1870, com a introdução de novas técnicas produtivas e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Aliás, no que diz respeito à divisão social do trabalho em nível local, há certo interesse em voltar a outros aspectos das relações urbano-rurais associados ao café, principalmente no que diz respeito às condições e estruturação interna das cidades.

Conforme OLIVEIRA (1988),

as cidades do café revelam um aspecto de conforto e de ordem que as diferenciam no contexto da urbanização brasileira. Serviços de água e esgoto, iluminação pública e doméstica, telefonia regional e local, transporte urbano, diversificada rede escolar, centros culturais e recreativos etc. [...] Isso se deve não somente de uma necessidade econômica, mas de uma formação produzida em conjunto com a expansão do café e com a visão religiosa e pioneira do fazendeiro. (OLIVEIRA, 1988, p 24-25).

Dessa forma, a expansão cafeeira pode ser periodizada em três fases: *inicial, modernização e sobrevida da estratégia da cafeicultura*, resultando em diferentes impactos e transformações no que tange o processo de urbanização, bem como os aspectos econômicos e sua articulação no contexto socioespacial.

Conforme propõe GONÇALVES (1998:44)¹³,

Fase *inicial*: decorrida aproximadamente entre 1770 e 1870 caracteriza um período em que a empresa agrícola baseia-se em técnicas primitivas de plantio, no transporte animal e no trabalho escravo;

Fase *modernização capitalista da cafeicultura paulista*: decorrida entre 1870 e o final do século XIX é marcada por inovações no plantio e no beneficiamento, pela passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e pela mudança do transporte animal para o transporte ferroviário. A ocupação do território ainda está restrita à porção Leste do estado.

Fase *sobrevida estratégica da cafeicultura*: decorrida de 1906 a 1929 (mas também depois da grande crise) período em que foram implementadas políticas de sustentação dos preços do café, tendo em vista a preservação da estrutura econômica engendrada pela cafeicultura. Essas políticas subsidiárias do café resultaram na busca pelas terras virgens (mais férteis e mais produtivas) das zonas pioneiras, abrindo uma ocupação marcada por um contexto de diversificação econômica (fortemente impulsionado pela crescente industrialização da capital e de algumas áreas mais antigas da porção leste do estado), que se reflete na convivência entre a cultura de exportação (café) e as culturas de manutenção, a pecuária, a especulação imobiliária e o avanço das ferrovias. (GONÇALVES, 1998, p.44)

A análise decorrida em períodos, proposta por Gonçalves (1998), demonstra que o processo de ocupação e urbanização no estado de São Paulo segue padrões diferentes do que se desenvolvia em outras áreas do território brasileiro. Compreende-se assim que, nesse momento, fica evidente que o processo de formação social, econômica e urbana dos novos municípios paulistas, surgidos ou estruturados no interior do estado, segue contrariamente o modelo adotado em áreas de ocupação mais antigas. O que reascende a ideia de OLIVEIRA (1988), a respeito das “zonas velhas” e “zonas novas”, pois na primeira, o café com toda a sua magnitude, consolida a rede urbana e na segunda, fundamenta-se o modo associativo com antigos modelos de ocupação, trazendo formas de abastecimento já existentes e criando uma rede de circulação. Assim,

a trama viária urdida pelos meios de comunicação que o café deita raízes sobre o território das antigas florestas, fazendo

13 Gonçalves (1998) promove uma discussão de grande valia e com certa originalidade, no que diz respeito ao processo de expansão da cafeicultura em São Paulo estando associado à estruturação da rede urbana. Ressalta ainda, a relativa autonomia do processo de urbanização face à expansão cafeeira. Destaca-se os capítulos 2 e 3.

emergir patrimônios, vilas e cidades; ou seja, uma rede urbana nascente. (RODRIGUES, 2005, p.21).

Não somente a fundação de novas áreas urbanas marca o período áureo do café, mas também a redefinição das funções urbanas de núcleos pré-existentes, principalmente com a instalação e expansão da ferrovia. O símbolo da modernidade e da aceleração do crescimento econômico é uma das marcas mais simbólicas da ferrovia para as cidades paulistas, A possibilidade de investimentos pesados no setor ferroviário, amplia a possibilidade de circulação no território ao mesmo tempo em que contribuem para o surgimento de novos núcleos urbanos, em especial na chamada área dos Sertões de Araraquara¹⁴.

3.1.2. Rumo ao Oeste: Os Sertões de Araraquara e as Transformações do Espaço Interiorano

A ocupação gerada pela cafeicultura se fez de forma mais sistemática, resultando em um movimento mais hierarquizado, efetivamente embasado nos preceitos capitalistas: quando se pôs em marcha o avanço do café saindo das regiões de São Carlos e Araraquara para as terras do Oeste Paulista¹⁵ sendo estruturado por uma elite de fazendeiros, proprietários de casas bancárias e empresários da ferrovia.

Partindo da região central do estado de São Paulo, a primeira fase da expansão capitalista para o Oeste Pioneiro é marcada por uma crise de superprodução: a alta internacional dos preços entre 1886 e 1896 suscitou uma febre expansionista, que, aliada a elevada produtividade das terras roxas da região de Ribeirão Preto resultou numa produção que ultrapassara em muito a possibilidade de absorção pelo mercado. (Cano, 1977; Gonçalves, 1998). Tal fato foi gerenciado pelo Estado brasileiro que garantiu a sustentação e controle

¹⁴ O Sertão de Araraquara considera-se a área compreendida pelos atuais municípios de Rio Claro, Brotas, Descalvado, São Carlos e Araraquara de expansão pioneira do café e da urbanização.

¹⁵ Segundo Monbeig, (1985) as terras da vasta região denominada genericamente por "Oeste Pioneiro" é compreendida aproximadamente pelas atuais áreas das Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília.

dos preços do café. Mas, essa medida, que deveria garantir a sustentação econômica das áreas em produção, promoveu, no plano espacial do estado de São Paulo, uma medida contraditória, pois a seguridade dos preços do café resultou na expansão exagerada das áreas de plantio, acompanhada de uma intensa especulação imobiliária.

A paisagem do interior de São Paulo transforma-se aceleradamente. A efervescência urbana, a expansão da malha ferroviária e os novos fluxos populacionais promovem uma real integração das áreas de produção agrícola, atrelada aos interesses das elites cafeeiras. A vegetação natural ganha uma conotação econômica, não pela riqueza das espécies vegetais ou pela densidade da Mata Atlântica interior adentro, mas pela “joia verde”, “ouro verde” que toma seus lugares, em prol de uma maior acumulação de lucro e respaldada pela política de preços promovida pelo Estado.

As garantias do preço do café promovidas pelo Estado, resultaram em exagerados excedentes de produção entre as décadas de 1910 a 1920 e um maior avanço para as “zonas novas” produtoras. Assim, a abertura de novas áreas, fomenta o processo de especulação das terras que é garantida pelo Estado e pelo Instituto do Café (RODRIGUES, 2005).

A análise de Cano (1977) ilustra claramente esse processo, sendo que

a recuperação dos preços a partir de 1910, mantendo-se altos até 1913, estimularia novo plantio, que totaliza mais de 99 milhões de cafeeiros no triênio 1911/13. (...) A intervenção do Estado e a grande geadada de 1918, elevaram violentamente os preços, que duplicam entre 1918 e 1919, estimulando assim um plantio de 50 milhões de cafeeiros em 1919 (...) a firme intervenção do Estado a partir de 1921, comprando excedentes não exportáveis, desta vez com recursos internos e externos, praticamente avalizou o novo plantio de 157 milhões de cafeeiros que se daria entre 1922 e 1923. (CANO, 1977, p. 55-56).

O complexo cafeeiro em São Paulo que iniciou por volta de 1870, representando 16% do total da economia brasileira, ingressando no século XX com uma vigorosa expansão perfazendo cerca de um quarto da produção nacional, saltando para mais de 40%, além do florescimento da produção comercial de gêneros agropecuários para as zonas produtoras – sendo acentuado com o início da Primeira Guerra Mundial – e a expansão da malha ferroviária (RODRIGUES, 2005). Deve-se observar também que no contexto

interno do estado de São Paulo, a passagem do século XIX para o século XX produz uma grande estruturação no complexo cafeeiro, refletindo em termos demográficos, numa intensificação rumo aos sertões. (CANO, 1977). As figuras 01, 02 e 03 ilustram o processo de expansão, bem como o contingente populacional que se agrega em torno das áreas de produção agrícola.

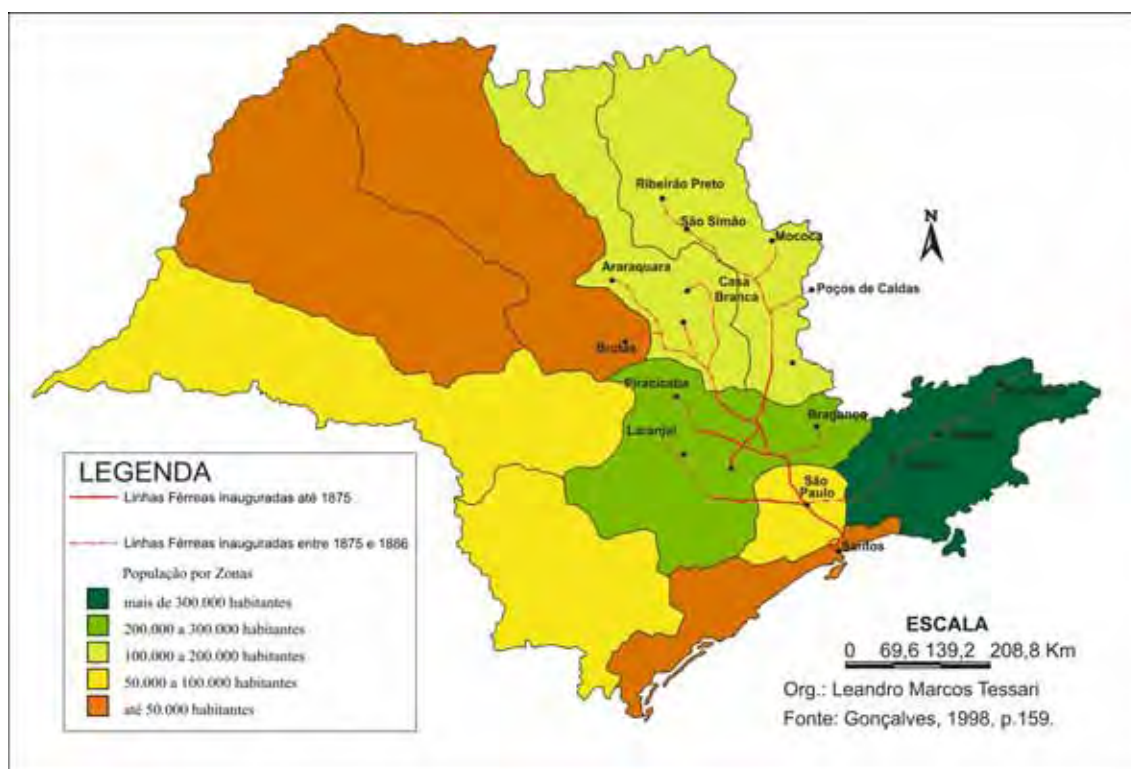


Figura 1 - População e Estradas de Ferro no estado de São Paulo em 1886

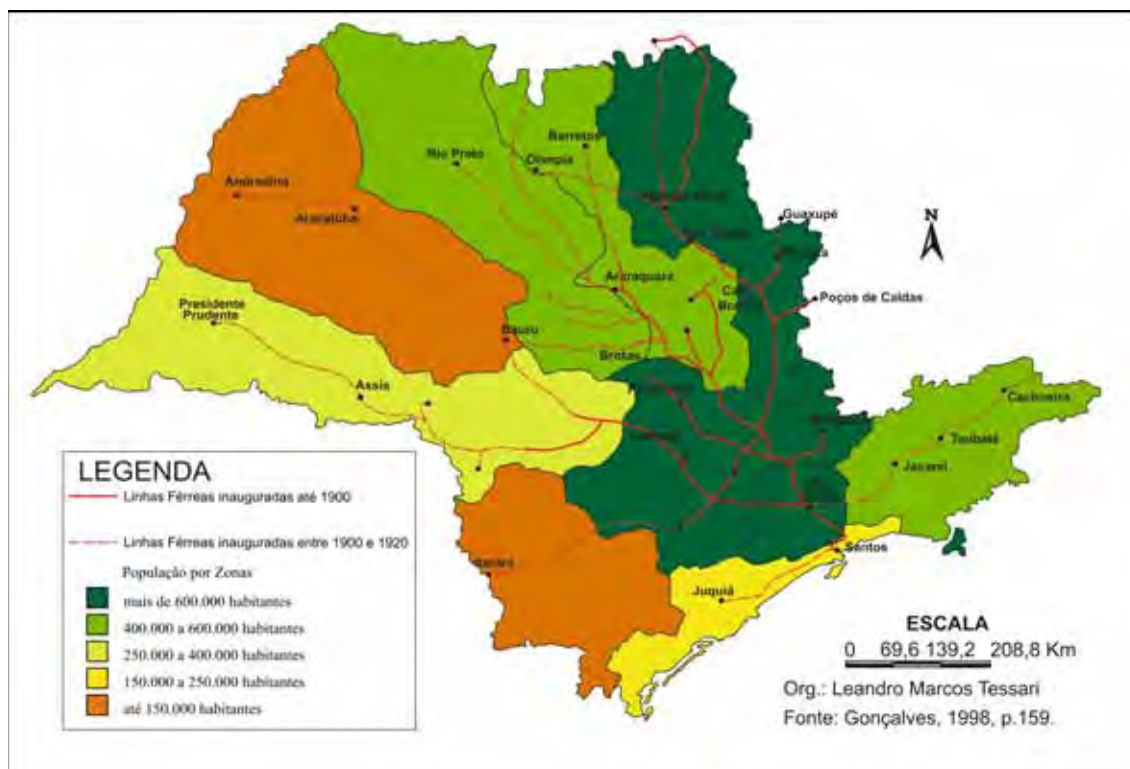


Figura 2 - População e Estradas de Ferro no estado de São Paulo em 1920



Figura 3 - População e Estradas de Ferro no estado de São Paulo em 1940

Em 1886, o estado de São Paulo contabilizava uma população de 776.421¹⁶ habitantes, alcançando 4.592.188 habitantes em 1920. Somente no Sertão de Araraquara o total de população, no mesmo período analisado, era de 193.100 habitantes, ou seja, somava-se um total de aproximadamente 4% da população total do estado. Comparando os mapas do total de população entre anos de 1886 e 1920, pode-se observar, assim, quão apreciável é o crescimento da população no estado de São Paulo e, sobretudo na frente pioneira do café.

Por outro lado, o avanço em direção as novas áreas de plantio e associado aos problemas do café no final da década de 1920 que se arrasta por toda a década seguinte, o total de população da região do Sertão de Araraquara sofreu um pequeno aumento na ordem de 2,45%. No contexto do estado de São Paulo esse aumento é praticamente inexpressivo, pois os maiores crescimentos se deram na região conhecida como Oeste Pioneiro¹⁷.

Segundo RODRIGUES (2005),

entre 1920 e 1940, a população do Oeste Pioneiro saltou de 474.700 habitantes para 1.660.434 habitantes, refletindo, pois, esse contexto de forte dinamização das atividades econômicas que demonstra o adensamento da malha urbana e o crescimento da população do Estado de São Paulo, com particular intensidade na região Oeste. [...] a evolução da população da região Oeste do Estado, entre 1920 e 1940, mostra que em apenas 20 anos a participação da população do Oeste no total da população estadual passou de 10,34% para 23,12%. Só na área de influência de São José do Rio Preto, a população passou de 263.292 habitantes, em 1920, para 618.520, em 1940, representando 5,73% e 8,61% da população estadual, respectivamente. (RODRIGUES, 2005, p.19).

O Sertão de Araraquara, em especial no município de Araraquara, a forte dinamização das atividades econômicas, associada ao avanço dos meios de transporte e da expansão da malha urbana, deram ao aspecto espacial toda uma conjuntura desenvolvimentista, mas que não resultou em um adensamento urbano. Contrariamente, gerou dificuldades na sua área urbana e

¹⁶ *Apud* Bassanezzi, M.S.B. "Estrangeiros em São Paulo: dados demográficos". Campinas: [S/D]. CD-Rom.

¹⁷ Por Oeste Pioneiro entende-se a região compreendida pelas atuais Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Marília, Araçatuba e Presidente Prudente. As estimativas para o Oeste foram extraídas de VASCONCELOS, 1992, p.28 *apud* RODRIGUES, 2005, p.09.

as *exportou* para os futuros municípios vizinhos, sendo nesse momento apenas núcleos distritais, aspectos que serão desenvolvidos logo à frente.

3.1.2.1. A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA MALHA URBANA ASSENTADA NA AGRICULTURA E NOS TRILHOS DA FERROVIA

3.1.2.1.1. Da Agricultura ao Processo Industrial

Tratada anteriormente, o processo de ocupação, consolidação e modernização das estruturas urbanas do estado de São Paulo, deram-se pelas vias agrícolas. Assim,

a agricultura deu origem à estrutura básica da rede paulista, necessária tanto para sustentar a produção do café como para permitir o seu transporte e comercialização. A rede urbana se assentou no desenho das ferrovias, onde se distribuía núcleos urbanos que davam suporte às lavouras e as necessidades de armazenagem e transporte de café e outros produtos. (TARTAGLIA, 1993).

O avanço agrícola foi marcado, sem dúvida, pelo café, mas esteve sempre acompanhado de outras culturas como atividades paralelas e de subsistência. Isso se torna bastante claro quando da instalação da crise do café em 1929. O que no passado alguns setores agrícolas serviram somente para subsistência das áreas produtoras passou, após o colapso do café, a ser encarada como fontes de renda alternativas, principalmente ao fazendeiro do café, que tem na transfiguração do papel a imagem do também fazendeiro do milho, do algodão, do arroz, do pecuarista, além de articulador do processo de industrialização e ser atuante no sistema de especulação imobiliária.

Vale destacar, que o resultado na ação dos lucros a partir do processo de especulação e reserva de terra, não se concretizou pela venda das propriedades como um todo, mas pelo seu parcelamento, através de pequenos loteamentos vendidos quase todos a ex-colonos, trabalhadores nacionais e estrangeiros que muito sacrificadamente acumularam uma poupança, e estavam dispostos a liquidá-la em troca de um lote de terra virgem (MONBEIG, 1984).

O investimento em outros produtos agropecuários promoveu a ampliação do mercado de consumo interno, bem como a estruturação da rede urbana, possibilitando a diversificação dos setores produtivos, iniciada antes da crise de 1929, com o estopim da Primeira Guerra Mundial. O cenário do Sertão de Araraquara ganha novos padrões tendo sua economia urbano-regional diversificada, assim como grande parte do estado de São Paulo.

Essas transformações apontam que o café deixa de ser hegemônico, em especial no entorno de Araraquara, pois as transformações econômicas do estado de São Paulo como um todo, decorrente da crise, pressupõem medidas de controle da produção de café, entre elas as restrições no plantio do produto, acendem novas luzes de prosperidade embasada no setor industrial, que traz consigo a necessidade de uma rápida diversificação na produção de matérias primas (CANO, 1990).

Como destaca RODRIGUES (2005),

se, de certa forma, até 1929 a urbanização paulista se desenhou eminentemente como uma “urbanização cafeeira”, em que a malha urbana se expressava basicamente como rebatimento” da dinâmica cafeeira no plano da produção social do espaço, já no momento imediatamente posterior à crise, a conformação da rede urbana paulista se encontrava bastante autonomizada da dinâmica do café. (RODRIGUES, 2005, p.12).

Tal diversificação pode ser comprovada pela tabela 1, que mostra os produtos cultivados, por 1.000 ha, no estado de São Paulo entre os períodos de 1920 a 1938, subdivididos em três momentos, que são: 1920; 1930-1931 e 1937-1938.

Tabela 1 - Culturas agrícolas e área cultivada em São Paulo entre 1920 - 1938
(Em 1.000 ha)

Cultura	1920	1930-1931	1937-1938
Café	1029	2088	1646
Algodão	108	42	961
Policultura*	842	1606	2115
Total	1979	3736	4722

* Policultura: Feijão, milho, batata, arroz e outras.

Fonte: Albuquerque (1983).

Como pode ser observado, mesmo nos períodos de alta do café e, evidentemente, comportando diferentes níveis de oscilações, conforme as condições do mercado, a produção de gêneros para o abastecimento interno cresceu, sendo também preservada e ampliada pós os primeiros passos do processo de industrialização. Assim, com a crise, em 1930 e com a desestruturação da economia centrada no complexo cafeeiro, a marcha de ocupação foi sustentada pela diversificação da produção agrária, tornando-se independente da produção do café, que se desloca em direção ao estado do Paraná.

O processo de industrialização dá-se na região de Araraquara através de uma prévia especialização associada à função do café, principalmente para o beneficiamento do produto, maquinários, sacarias, oficinas que datam, segundo os arquivos históricos do município desde 1880, além de estimular a produção de produtos manufaturados.

As transformações que se davam no campo, fomentava a cristalização da economia urbana de Araraquara, despontando atividades estritamente urbanas para o suporte da produção agrícola. As atividades urbanas, como bancos, comércio, infraestrutura, lançam sólidas bases para a atividade industrial na cidade, tendo disponibilidade de energia elétrica a partir de 1907.

Nesse contexto, a estrutura urbana e o processo de urbanização imprimem no espaço as bases concretas da organização da divisão social do trabalho, cuja função urbana atende, em um primeiro momento, o complexo cafeeiro e, em seguida, a função industrial mesclada às funções socioeconômicas da cidade.

3.1.2.1.2. Ferrovia e o Processo de Integração urbana

A articulação do espaço regional no estado de São Paulo consolida-se através da construção da malha ferroviária, havendo uma inter-relação direta entre o sistema de transporte e o complexo cafeeiro. Inicialmente, essa malha ferroviária promove uma intensa otimização do tempo, entre as áreas

produtoras e as zonas exportadoras (Porto de Santos). SILVA (1973)¹⁸, analisa que o avanço nos meios de transporte ajudaram a fomentar uma imensa acumulação de capital, pois todas as operações que envolviam o café sofreram uma redução real de 10% e tendo esses capitais aplicados em novas áreas de produção, bem como na expansão dos trilhos para as áreas virgens do estado.

A prosperidade da ferrovia no interior do estado deu-se através da ação do capital privado e dos interesses dos fazendeiros de café. Em algumas áreas interioranas do estado a falta de interesses e as dificuldades enfrentadas nos períodos de crise econômica deram ao Estado apenas um papel modesto e complementam no que diz respeito as ferrovias.

As ferrovias, Paulista e Mogiana, cujas construções tiveram início em 1870 e 1873, respectivamente, vieram dar seqüência à Estrada de Ferro São Paulo Railway que foi finalizada em 1867. Substituíram o sistema viário existente, antigas trilhas bandeirantes percorridas por muares até o porto de Santos, integrando os sistemas produtivos do interior, a norte e noroeste do estado. A expansão e consolidação da malha ferroviária no estado de São Paulo podem ser observadas na figura 4

¹⁸ SILVA, Sérgio. S. Le café et L'industrie au Brésil, 1980-1930. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1973. Tese (mémoire) - École Pratique des Hautes Études. Ed Brasileira: Alfa-Omega, 1976.



Figura 4 - Malha Ferroviária no estado de São Paulo

O eixo ferroviário chegou a Araraquara em 1889, ramificando-se ao norte do estado, sendo estendido até os municípios de Jaboticabal, Bebedouro, Barretos, Colômbia, até a divisa com o estado de Minas Gerais. Um outro trecho ferroviário importante foi construído a noroeste, à margem direita do rio Tietê, denominado Estrada de Ferro Araraquara. Essa última construção ocorreu em 1886, com seu trecho inaugurado até Taquaritinga em 1901.

A ferrovia paulista possui uma função desbravadora e articuladora, seja no plano regional como local. No aspecto regional é marcado todo o sistema de circulação de mercadorias, engendradas pelos acúmulos capitalistas a partir do final do século XIX. Já no aspecto local, o que antes a igreja cumpria o papel de articulador do tecido urbano, passa a ter um papel secundário, pois o modernismo da ferrovia encanta e desbrava o sertão paulista adentro. Vale salientar, segundo relato de moradores colhidos durante as pesquisas de campo, o som do sino da matriz que anunciava e regulamentava o tempo na cidade, passou a ser interiorizado pelos indivíduos como algo restrito de celebrações religiosas e anúncios de interesse coletivo. Tendo em vista que o apito do trem marcava a pontualidade do tempo e o começo ou fim de ações

desenvolvidas no meio urbano. Nota-se uma substituição natural, subjetiva e coletiva dos sinos como um elemento dinamizador da cidade.

Nesse aspecto, vale destacar, que o processo de desenvolvimento da urbanização, seja no campo da estruturação urbana como também nos modos de vida da cidade ocorre seguindo as bases da modernização econômica. O trinômio agricultura, em especial o café, indústria e a ferrovia seguem numa associação de efervescência e dinamização dos espaços interioranos de São Paulo. Modestos núcleos urbanos se articulam ao redor das estações de embarque do café, atraindo mão-de-obra e potencializando o mercado consumidor.

Entre as décadas de 1930 a 1940, nota-se uma fase de transição da urbanização, pois com o fim do complexo cafeeiro a fundamentação econômica ocorre no setor industrial. O padrão de acumulação se redefine, a indústria ganha espaço colocando a agricultura em segundo plano. A dinâmica interna das cidades agrega uma nova função, urbano-industrial, embasada em novas formas de relações de trabalho e meios de acumulação, materializando no espaço formas físicas da sociedade de classe.

3.1.2.2. A CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA E AS MARCAS NA URBANIZAÇÃO

O processo de industrialização, que no passado recente deu-se em paralelo como o complexo cafeeiro, esteve orientado segundo três principais segmentos, sendo independentes entre si e sem qualquer tipo de escalonamento entre eles. Assim, esses segmentos correspondem: 1 – A indústria de máquinas (metal-mecânica) e implementos agrícolas, principalmente para o beneficiamento do café; 2 – Setor têxtil, produção de sacarias de juta para embalagem e armazenamento do café; e o 3 – Produção de bens de consumo para a sociedade local. No que diz respeito ao último segmento destacado anteriormente, até a década de 1920, a produção industrial de bens de consumo era restrita a apenas alguns produtos, baseada

em uma relação de poucos ganhos. Pequena diversificação com quantidades volumosas, utiliza-se das matérias-primas locais, ligadas ao setor primário (algodão, cana-de-açúcar, couro, madeira, minerais não metálicos, etc.). A escassez de materiais metálicos, até a década de 1920, pois não havia jazidas desses em São Paulo, resultou em uma indústria metalúrgica de pouca expressividade, como sua produção quase artesanal e somente sob encomenda.

A primazia do setor industrial, não apenas como setor suporte da agricultura, mas como o elemento articulador das novas formas de acumulação, faz da cidade o seu espaço de sedimentação e expansão, promovendo o nascimento de novas necessidades e fluxos populacionais. A rede urbana, consolidada nas primeiras décadas do século XX, sofre modificações profundas, tendo na capital paulista a forma concreta da intensificação da urbanização. Para SANTOS (2005),

é com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e, sobretudo ao seu polo dinâmico, o estado de São Paulo. Está aí a semente de uma situação de polarização que iria prosseguir ao longo do tempo, ainda que em cada período se apresente segundo uma forma particular. (SANTOS, 2005, p. 30).

O crescimento dos centros urbanos promove uma rápida e acentuada urbanização do espaço, que ocorre através da urbanização da sociedade, tendo no estilo de vida urbano a simbologia da modernidade e do desenvolvimento. O direcionamento populacional às cidades, promove um esvaziamento das áreas rurais, assinalando um crescimento da população de 45%, enquanto que o total populacional era de 25% entre 1940 e 1950, representando um crescimento intenso da população urbana sobre a rural (CINTRÃO, 1995).

Além dos aspectos econômicos e da melhoria relativa dos padrões de vida e a própria urbanização, a sociedade brasileira transforma-se como resultado de uma natalidade elevada e de uma queda nos índices de mortalidade. O avanço nos índices de urbanização podem ser verificados na tabela 2.

Tabela 2 - Dados Populacionais (Em habitantes) e Índice de Urbanização (Em %), no Brasil, entre 1940 – 2000

	População Total	População Urbana	População Rural	Índice de Urbanização (%)
1940	41.326.000	10.891.000	30.435.000	26,3
1950	51.944.000	18.783.000	33.161.000	36,2
1960	70.194.000	31.956.000	38.235.000	45,5
1970	93.139.000	52.905.000	40.234.000	56,8
1980	119.099.000	82.013.000	37.086.000	68,9
1991	150.400.000	115.700.000	34.700.000	77,1
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,3

Fonte: IBGE, 2009 – Séries Históricas.

O processo de urbanização que se acentua após a década de 1940, traz uma nova lógica na articulação espacial, juntamente com a modernização dos meios de produção. Não somente a industrialização ganha notável destaque, mas os sistemas agrícolas, em um plano secundário, têm suas produções diversificadas a fim de atender o mercado consumidor interno e os novos contingentes populacionais que engrossam a classe média, muito deles operários.

Segundo Santos (2005),

a modernização agrícola, aliás, atinge, também produções tradicionais como o café, o cacau, o algodão; alcança produtos como o trigo, cujo volume plantado e colhido se multiplica; implanta-se em muitos outros setores e beneficia-se da expansão da classe média e das novas equações de um consumo popular intermitente, [...]. A população aumentando, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de créditos servem como impulsão à expansão industrial. (SANTOS, 2005, p. 39).

As cidades tornam-se, por excelência, centros da produção, concentrando atividades e dispersando mercadorias e serviços. Esses mecanismos passam a imprimir diferenciações regionais e urbanas, consolidando centros de portes variados no contexto da rede urbana paulista. A esse exemplo, têm-se os centros industriais, centros de turismo, estações hidrotermais, centros religiosos e outros que se dispersam criando novas

centralidades. O surgimento desses novos núcleos ocorre como no passado, por parcelamento e loteamento de glebas rurais, antigas fazendas, ações de planejamento das companhias de terras e outros. Mas suas designações não são dadas por força da igreja, o que no passado recente, constitui pontos de cristalização da urbanização. A designação dos núcleos urbanos passou-se a empregar nome de políticos, datas e outras designações, a exemplo Américo Brasiliense.

O rápido crescimento dos centros urbanos ocorre, na sua grande maioria, desordenada, tendo como lógica desse processo, o fenômeno da periferização¹⁹, pautado pelo espraiamento do tecido urbano, manifestado dentre outras formas a partir de loteamentos populares regulamentados ou não pelo poder público local. Assim, o desenho do espaço urbano ganhou diferentes formas, nem sempre acompanhando o modelo de tabuleiro de xadrez das antigas áreas centrais. Poucas foram as cidades que se utilizaram de estratégias de planejamento urbano para o ordenamento de seu espaço interno. Mas esse planejamento efetivou-se momentaneamente, por vários aspectos, o mais emblemático deu-se através do planejamento centralista e autoritário²⁰ que pouco respondia às necessidades das populações locais, sendo baseado na política de atração de indústrias, criação de Distritos Industriais e no esquecimento de seu ponto chave, criação de ações integradas para a melhor gerência do espaço urbano.

A dinamização dos fluxos econômicos, no entorno da industrialização, faz com que as cidades desempenhem ações ativas, no sentido de atender, rapidamente, às necessidades e mudanças que se processavam em seu espaço. A implantação de distritos industriais em áreas distantes do centro das cidades, fez surgir em paralelo às vilas operárias, resultando na extensão de serviços urbanos e na consolidação de sistemas viários. A precariedade nos meios de transporte coletivo urbano, fez dessa cidade o espaço da circulação individual de veículos particulares. No aspecto locacional, deve-se deixar claro,

¹⁹ O processo de periferização do espaço urbano tem sido um tema bastante discutido desde o final da década de 1970, em diferentes áreas das ciências humanas, tais como: ALMEIDA, E. P. de (2000); BEZERRA, V. M. d'A. et. al.(1983); KOWARIK, L. (1997); MARQUES, E. C.; BICHER, R. M. (2001); MAUTNER, Y. (1999); RIBEIRO, L. C. de Q.; LAGO, L. C. (1994), entre outros.

²⁰ A respeito das ideias relativas ao planejamento urbano centralista e autoritário, têm-se como referencial teórico as discussões elaboradas por SERRA, Geraldo. **Urbanização e Centralismo Autoritário**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

que a implantação de determinadas áreas industriais, como as vilas operárias no espaço urbano, não é simplesmente aleatória e nem ao acaso. As vias de transporte regional, consolidadas anteriormente, foram o meio de direcionamento da expansão urbana, bem como da instalação de novos loteamentos, sejam eles residenciais ou industriais.

Nesse sentido, concorda-se como as idéias de VILLAÇA (2001), no que diz respeito que

o transporte intraurbano surge, então, como um subproduto do sistema interurbano, representado por uma parte desse sistema que a cidade recebe não só antes da demanda, mas também gratuitamente. À medida que a cidade cresce, ela se apropria e absorve trechos urbanos das vias regionais, como nos casos das rodovias antigas que, com o tempo, se transformam em vias urbanas, e não sua localização (dentro ou fora da cidade), que transforma uma via regional em urbana. (VILLAÇA, 2001, p. 82).

Acrescenta-se ainda,

as vias regionais de transportes constituem o mais poderoso elemento na atração da expansão urbana; [...] a expansão urbana não está necessariamente correlacionada com a localização de indústria. São Paulo mostra-o exemplarmente, *o mesmo ocorre com Araraquara e Américo Brasiliense, como será visto adiante (grifo nosso)*. (VILLAÇA, 2001, p. 85).

A circulação e o processo de industrialização marcam um importante papel no crescimento dos novos padrões urbanos das cidades, a possibilidade e a expansão no acesso dos meios de transportes atraem a ocupação urbana em pontos específicos que se tornam, acessíveis ou potencialmente acessíveis, alterando o valor de uso da terra. Assim, o processo de consolidação e a expansão urbana de uma determinada cidade, promovem direta ou indiretamente, a expansão de outras no seu entorno regional.

3.1.3. URBANIZAÇÃO DE ARARAQUARA E AMÉRICO BRASILIENSE

3.1.3.1. Estruturação Urbana e o Processo de Ocupação na Cidade de Araraquara

3.1.3.1.1. Caracterização e Localização

3.1.3.1.1.1. Bases Históricas da Formação de Araraquara

O núcleo urbano de Araraquara teve sua origem a partir do ano de 1807 com a chegada de Pedro José Netto nas terras onde hoje está situada São Carlos, em 1790. Após percorrer toda a área em várias direções, veio se instalar nos campos de Araraquara. Posteriormente, em 1809, requereu a posse das terras, tendo em sua sesmaria a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento de tropas, bandeirantes desbravadores, tropeiros e mascates que seguiam em direção às minas de ouro de Goiás e Mato Grosso. A presença de terras devolutas no entorno de sua fazenda e com a chegada de novos exploradores verifica-se o início de uma modesta ocupação. A ocupação foi intensificada com a partilha e doação de glebas de terra da fazenda de Pedro José Netto aos seus familiares, agregados e demais interessados. O recebimento de terras estava condicionado a votos de lealdade que essas pessoas deveriam fazer na condição de defendê-lo de acusações, de ordem pessoal, perante a Justiça de Itu.

O processo de demarcação das terras se inicia em 1812 e prossegue até 1819, pelo juiz de medições vindo de Porto Feliz. Com a demarcação da sesmaria do Ouro em 1812, inicia-se a construção de uma modesta capela pelos filhos de Pedro José Netto.

O número de moradores junto a área da capela foi sendo ampliado e, após cinco anos de sua construção, a Igreja autoriza a elevação do núcleo para categoria de Freguesia, desmembrada de Constituição (atual Piracicaba). Segundo levantamento nos registros históricos do município a resolução régia da nova freguesia, foi datada de 22 de agosto de 1817, sendo intitulada de Freguesia de São Bento de Araraquara, com aproximadamente 210 habitantes. Em um curto espaço de tempo, no ano de 1832, a freguesia torna-se Município,

sendo incorporado em seus domínios os distritos de: Jaboticabal, Motuca, Bueno de Andrade, Américo Brasiliense, Ibitinga, São Carlos, Descalvado e Brotas.

Quando da elevação à categoria de Município, a pré-área urbana de Araraquara já recebia os seus primeiros contornos, tendo como eixo estruturante o pátio da antiga capela, seguindo a suavidade do terreno, junto as fontes d'água, conforme a figura 5. O traçado em tabuleiro de xadrez vai sendo estabelecido e se prolongando o quanto decorre a ocupação.

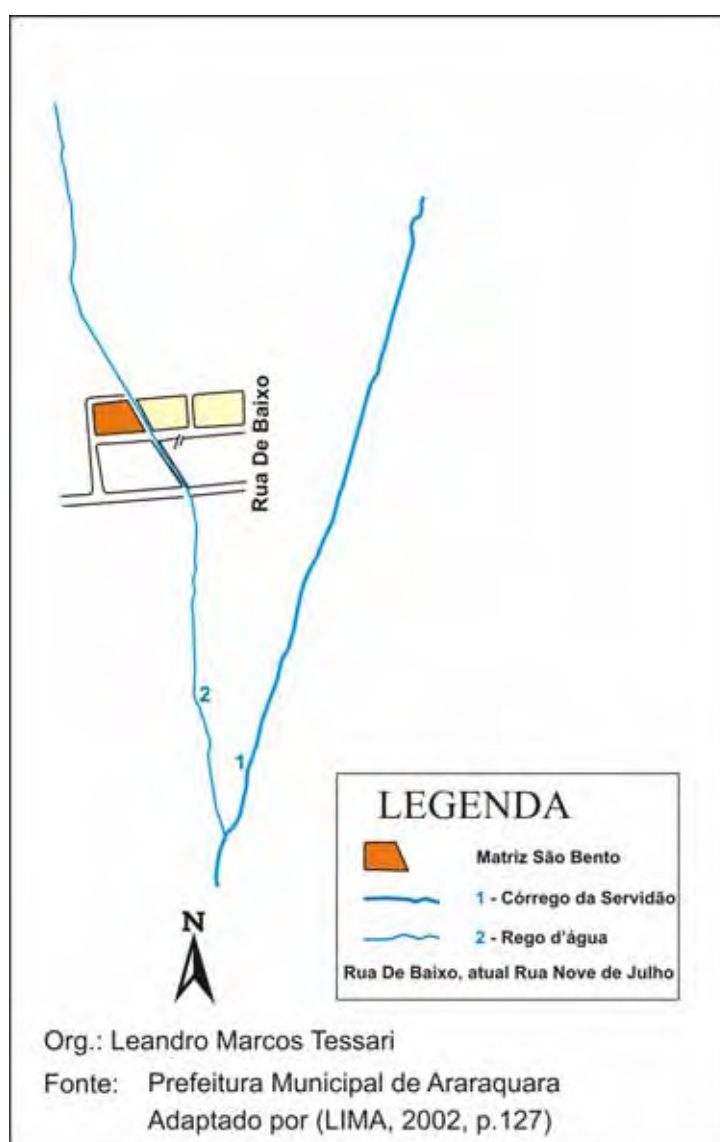


Figura 5 – Formação da Área Urbana de Araraquara em 1860

Nesse sentido, a concentração populacional que vai se estabelecendo no decorrer do tempo, almeja buscar em posição de destaque no cenário regional, não sendo simplesmente um núcleo, um povoado. Alcançar categorias hierárquicas maiores no rol da classificação urbana existente marca terreno no campo da política, sendo legitimada pela ação da Igreja até o momento decisivo de se tornar um município. Uma simples capela protetorada por um Santo simboliza o início da organização territorial do povoado, que não se basta, faz-se necessário transformá-la em uma paróquia e, conseqüentemente, o núcleo populacional em freguesia. Na topografia do lugar o ponto de destaque é a paróquia que, além de aglutinar em uma primeira etapa os moradores, quando da elevação para município tem-se a construção de outros símbolos de poder como, por exemplo: a casa da Câmara, a Intendência, a Cadeira, etc (MARX, 1991).

Tendo a matriz como ponto de maior centralidade da vida urbana de Araraquara durante o transcorrer do século XIX, a chegada dos trilhos em 1885 faz com que essa centralidade seja compartilhada através do símbolo da modernidade que promove, a partir da estação ferroviária, a dinamização das relações econômicas e a ampliação de sua área urbana. Mesmo sendo trecho final da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, a cidade de Araraquara consolida-se como um centro de atração regional, passando a ter no entorno da estação ferroviária a instalação de serviços para o atendimento de passageiros, bem como armazéns para o embarque e escoamento do café, figura 6.

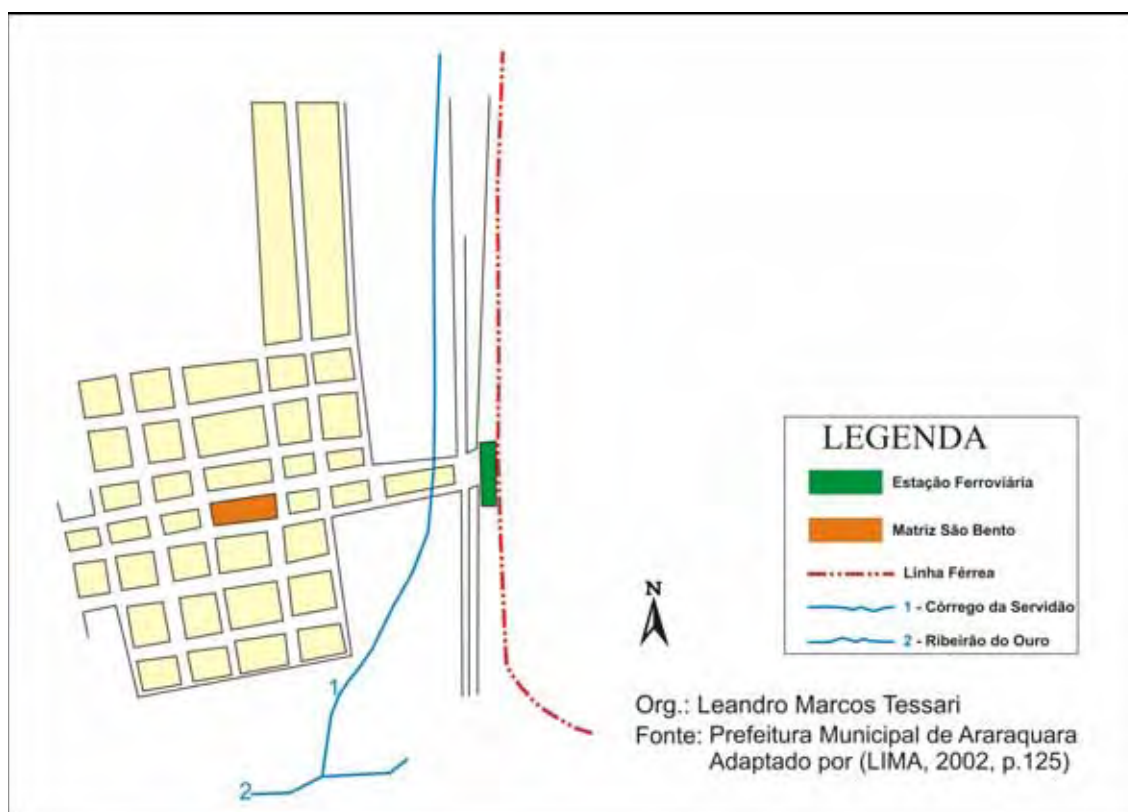


Figura 6 - Formação da Área Urbana de Araraquara em 1893

3.1.3.1.1.2 – Bases Históricas da Formação de Américo Brasiliense

Até meados do século XX, a história de Américo Brasiliense confundia-se com a de Araraquara. Com a criação da freguesia São Bento de Araraquara, em 1817, originária na sesmaria do Ouro, entre 1830 e 1860 houve a expansão do pastoreio em direção aos rios Grande e Moji-Guaçu e a implantação da lavoura canavieira. Com um número grande de imigrantes chegando à região houve vários conflitos por terras. Os foragidos e aventureiros que aqui chegaram – com a ausência da Lei e a tensão e a defesa da terra, levou muitos sesmeiros a fazer a sua própria justiça. Por outro lado, era necessário evitar a saída de mão-de-obra, valorizada pela alta da cana, para não haver prejuízo e atraso no desenvolvimento agrícola. Foi nessa euforia que, em 1854, chegaram as primeiras famílias ao povoado: a família de Germano Xavier de Mendonça, seguidas pela Martimiano de Oliveira, estabelecendo-se nas sesmarias de Rancho Queimado e de Cruzes, respectivamente. Mais tarde, as famílias de

Manoel Antonio Borba e do coronel Américo de Toledo Pizza. O nome ao núcleo populacional de Américo Brasiliense foi dado por Manoel Antonio Borba, homenageando seu amigo republicano, Américo Brasiliense de Almeida e Mello (PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE, 2007).

Com a chegada dos trilhos ferroviários em 1892 e a epidemia de febre amarela²¹, em Araraquara em 1895 favoreceram o desenvolvimento do núcleo urbano. Em 1914, designado como Distrito Policial, Américo Brasiliense tinha 90 casas, duas escolas, ruas alinhadas e arborizadas, luz elétrica e água encanada. Havia também farmácia, relojoaria, hotéis e restaurantes, padaria, cervejaria, barbearia, alfaiataria, armeiro, sapataria, selaria, ferrarias, açougues, fábrica de sanfona e de cadeiras, casa lotérica, casa de máquina de moer café e arroz, vários armazéns de secos e molhados, casa de louças e tecidos, médicos e dentistas.

Conforme dados do arquivo da prefeitura municipal de Américo Brasiliense, as três principais ruas do distrito eram: a Avenida da Saudade, hoje Tereza Marsili; a Manoel Borba; e a Rua Botafogo, hoje Nove de Julho, figura 7. Esta última rua era o lugar onde os trabalhadores se encontravam aos finais de tarde para o tradicional bate-papo, acompanhado por bebidas alcoólicas e que, em algumas vezes, se desentendiam entre si.

²¹ O surto de febre amarela em 1895 fez a população de Araraquara se refugiar nas fazendas e povoados próximos. Nesse período, considerável população se deslocou para o núcleo de Américo Brasiliense, inclusive órgãos administrativos. A sede da Comarca de Araraquara instalou-se em Américo Brasiliense, assim como também a câmara, cartórios, construção de casas bancárias, escritório de advocacia, casas comerciais, empresa telefônica, etc. A transferência foi homologada em 07/11/1895, pelo governador do estado, Bernardino José de Campos Jr., permanecendo até julho de ano seguinte. Com o boato de nova epidemia no ano 1897 novamente toda a Comarca de Araraquara foi transferida para Américo Brasiliense, permanecendo no corrente ano. Assim, se faz necessário entender qual a intensidade da epidemia, os interesses políticos em jogo, ocorrência de fluxo populacional para outros núcleos urbanos ou para áreas rurais, etc. No que diz respeito ao fluxo migratório cabe uma pergunta: teria ocorrido êxodo urbano anterior à intensificação da urbanização brasileira? Cabe aqui apontar a necessidade de estudos científicos aprofundados para o entendimento dessas transformações.



Figura 7 - Área Urbana de Américo Brasiliense no início do século XX

Em 20 de novembro de 1922, Américo Brasiliense torna-se Distrito de Paz de Araraquara, de acordo com a lei 1878, assinada pelo então governador de Estado Washington Luiz P. de Souza. Elevado a categoria de município com a denominação de Américo Brasiliense, por Lei Estadual nº 8092, de 28 de fevereiro de 1964, desmembrado de Araraquara. Constituído do Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 21 de março de 1965.

3.1.3.1.1.3 – Localização da Área de Estudo

Os municípios de Araraquara e Américo Brasiliense, área de estudo da presente proposta, se localizam, respectivamente, a 269 quilômetros e 280 quilômetros da capital, integrando-se a Região Central do Estado de São

Paulo²², conforme a figura 08. As coordenadas geográficas dos municípios de Araraquara são: 21°47'40" (latitude Sul) e 48°10'32" (longitude Oeste), com uma altitude média de seiscentos e sessenta e quatro metros. Já em Américo Brasiliense as coordenadas geográficas são: 21°04'00" (latitude Sul) e 48° 72'00" (longitude Oeste), sua altitude média está na casa dos setecentos metros.

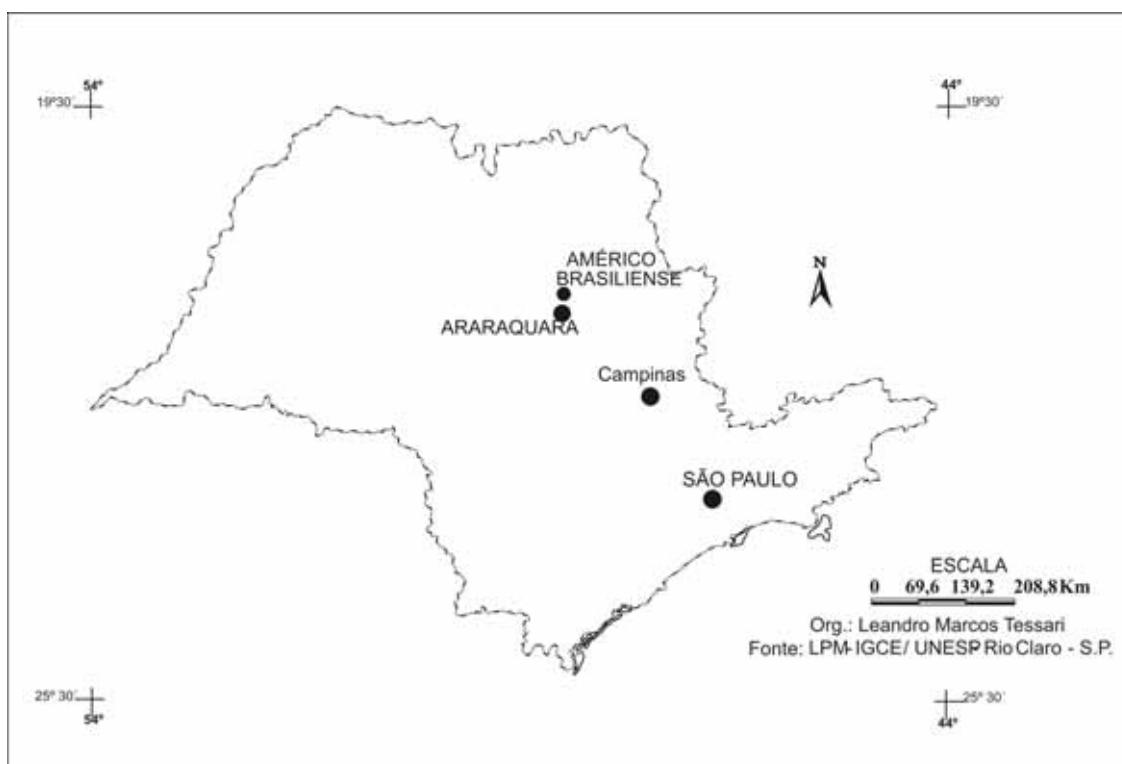


Figura 8 - Localização dos Municípios de Araraquara e Américo Brasiliense no estado de São Paulo

Esses municípios são servidos por uma densa malha rodoviária, facilitando as trocas e os fluxos de bens, pessoas e serviços. Por outro lado, na cidade de Araraquara encontra-se instalado um aeroporto regional, com linhas aéreas diárias.

²² A Região Administrativa Central do Estado de São Paulo é composta pelos seguintes municípios: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Descalvado, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rincão, São Carlos, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiçu.

3.1.3.1.1.4 – Características Físicas

Os municípios de Araraquara e Américo Brasiliense encontram-se localizados em terrenos do Planalto Ocidental, sobre platôs dos interflúvios de arenitos do Grupo Bauru, interceptando localmente as rochas basálticas do Grupo São Bento, nas áreas mais dissecadas pela drenagem, comandadas pelo Rio Mogi-Guaçu e cursos d'água da bacia do Rio Tiête. Dadas as litologias presentes, originárias de derrames vulcânicos, estas encontram-se dispostas na forma de plano-paralelo dos arenitos, evidenciando assim, uma alta estabilidade do terreno e, com uma topografia de colinas levemente onduladas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA E ACO. BRASILIENSE, 2006).

Através dessas características litoestruturais apresentadas, esse tipo de terreno não apresenta maiores dificuldades para o processo de urbanização dos municípios em questão. Nesse sentido, a figura 9 demonstra os espaços urbanos de Araraquara e Américo Brasiliense, em processo de expansão, consolidando o processo de conurbação, formação de uma mancha urbana praticamente contínua.



Figura 9 - Imagem de Satélite das Áreas Urbanas dos Municípios de Araraquara e Américo Brasiliense

3.1.3.2. PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA RECENTE DE ARARAQUARA

O processo de expansão urbana de Araraquara tem-se acentuado nos últimos anos, resultando em um intenso processo de espraiamento de sua malha urbana em todas as direções. Segundo informações coletadas e que serão apresentadas no decorrer desse capítulo a década de 1950 marca o começo desse processo de crescimento urbano. Mas a partir do final dos anos 1970 e 1980 em diante tem-se a formação de novos loteamentos e o aparecimento de um intenso processo de periferização, que está associado à segregação da pobreza, por meio de loteamentos populares.

Os fatores econômicos são analisados e refletem espacialmente as transformações urbanas ocorridas em Araraquara, através da atração populacional e na incorporação de novas áreas para o uso urbano. Esse processo de expansão encontra-se associado à efervescência econômica que transformou áreas do interior paulista em pontos de atração para empreendimentos industriais, como resultado do processo de desconcentração que vem ocorrendo desde o final da década de 1980, na região metropolitana de São Paulo.

O êxodo rural ocorrido no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, transformou a cidade no principal espaço para organização e produção da vida. Assim, em 1940 verifica-se que a cidade de Araraquara passa a receber um contingente populacional que se equipara ao total de população rural, nas décadas posteriores, o total de população urbana se acentua promovendo um rápido processo de urbanização. Conforme ilustra os dados na tabela 3.

Tabela 3 - Evolução da população urbana e rural e do índice de urbanização do município de Araraquara - SP

	População Total	População Urbana	População Rural	Índice de Urbanização (%)
1940	68.104	33.552	34.552	49,3
1950	62.688	36.476	26.212	58,2
1960	82.898	60.591	22.307	73,1
1970	100.466	84.582	15.884	84,2
1980*	127.573	118.289	9.284	92,7
1991*	166.103	155.850	10.253	93,8
2000*	182.247	173.349	8.898	95,1

Fonte: VALE, 2005, p. 115 / * SEADE, 2009.

O processo de atração populacional à cidade, bem como a expansão de seu tecido urbano, resulta em uma intensa taxa de urbanização, que podem ser explicados por um processo mais amplo que em virtude da modernização do campo e precariedade das condições de vida se dirige para as cidades.

Setores ligados à agricultura de Araraquara também se deslocaram para a cidade. Parece bastante contraditória tal análise, pois dá-se a idéia de que a modernização promoveu a “urbanização dos gêneros agrícolas”, mas ocorre o estabelecimento de parcerias entre os sistemas produtivos industriais e agricultura, consolidando o setor agroindustrial²³, no decorrer da década de 1950. Esse setor conferiu a Araraquara, bem como a toda a região uma característica peculiar no seu perfil econômico, baseada na produção de citrus²⁴. Araraquara, com a instalação da agroindústria de citrus, na sua área urbana, passa a centralizar, não somente sua produção, mas a produção dos

²³ O entendimento do processo de modernização da agricultura associado às práticas industriais, podem ser compreendidos a partir das “relações entre a indústria e agricultura na fase em que a agricultura mantém intensas conexões anteriores, com a indústria para a agricultura, e posteriores, com as agroindústrias e outras unidades que exercem impacto na dinâmica agrária. [...] a partir da incorporação do modo industrial de produzir e ao estilo empresarial de gerir a unidade econômica agrária. É produto do consumo crescente de insumos industriais e de serviços técnicos. A agroindustrialização designa a integração da agricultura com setores industriais e comerciais que operam com os produtos agrícolas, como a agroindústrias e supermercados, cujas exigências técnicas, econômicas e comerciais participam da regulação das atividades agrárias”. (MÜLLER, 1988, p. 55).

²⁴ A esse respeito ver TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. de **Agricultura e Interiorização do Desenvolvimento em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1988. Abordam e aprofundam discussões a respeito da modernização da produção de diferentes produtos agrícolas.

municípios vizinhos. Nesse sentido, a expansão urbana inicia-se gradativamente e, decorre com o mesmo ritmo até a década de 1960.

Para CINTRÃO (2004),

A cidade passa a ser o lócus da produção, suporte para a indústria que por sua vez vai ser o motor da acumulação; passa a possuir um valor econômico vinculado à capacidade de sua localização e não mais em área produtiva. [...] Somente a partir dos anos 50, com a valorização do espaço urbano em detrimento das moradias rurais, (processo definitivo e irreversível de êxodo rural) é que os proprietários de terras urbanas começam a vislumbrar lucrativo mercado de terras, transformando áreas rurais em lotes urbanos. É a partir desse momento, inclusive, também que as leis municipais começam a ser mais direcionadas a esta prática. (CINTRÃO, 2005, p. 27).

O processo de industrialização ganhou destaque e se intensificou no final da década de 1960 e no transcorrer das décadas seguintes, associado a política de atração industrial. Essa medida esteve atrelada à perda de qualidade de vida na metrópole paulista, como decorrência de inúmeros problemas que demandavam e, ainda demandam, minuciosa e onerosa solução, tais dificuldades podem ser apontadas como sendo: transporte, saneamento, habitação. Para NEGRI (1988),

o governo federal “decidiu”, de forma autoritária, que a Metrópole paulista não poderia mais crescer e que, para tanto, a industrialização ser autonomista, passando a propugnar medidas direcionadoras muito mais de descentralizá-la para a periferia nacional (principalmente para o Nordeste). [...] o governo estadual revigorou antigas propostas de descentralização industrial, sentido Metrópole-Interior. (NEGRI, 1988, p. 20).

As esferas de governos acima mencionadas em nada contribuíram para execução de ações de planejamento a fim de estruturar o processo de interiorização do desenvolvimento industrial. A única clareza dessas medidas faz da última esfera de governo, o município, entrar na disputa por unidades industriais e ver somente por esse prisma a aceleração no desenvolvimento econômico e como decorrência, a urbanização. Deixando para trás períodos de escuridão e atraso, tendo sua base econômica fundamentada nos modelos de produção agrícola tradicional.

Várias políticas atrativas foram implementadas pelos municípios – Araraquara e Américo Brasiliense não fogem à regra, mas em tempos distintos–, vale destacar a mais emblemática de todas que se materializou na

construção dos Distritos Industriais. Analisando a partir de aspectos gerais, percebe-se que em alguns municípios os distritos industriais refletiram em ganhos reais no total de Valores Adicionados, ligados ao setor secundário da economia. Porém, notam-se municípios, cujas áreas industriais encontram-se ociosas até os dias de hoje, pois sua vocação econômica não se estruturou pela indução industrial. Vale destacar, que há necessidade de estudos mais aprofundados dessas ações no âmbito local, pois como parece ser um consenso a criação de distritos industriais gerou a expansão urbana das cidades. Mas o que se deve analisar é que a instalação dos distritos ocorreram em áreas que já estavam propensas à expansão, ou seja, nas vias de circulação regional a fim de facilitar o escoamento da produção.

Concordando com Villaça (2001), o aspecto da expansão urbana é produto da circulação, ou melhor, o fio condutor são as vias inter-regionais de acesso. Tal análise sintetiza-se em Araraquara, sob dois aspectos, sendo o primeiro os trilhos da ferrovia, fator limitante do crescimento urbano para o sentido leste, promoveu um adensamento populacional no sentido contrário, a porção oeste, sendo representado pela interligação entre a matriz e a estação ferroviária, como destaca a figura 10.



Figura 10 - Desenho Urbano de Araraquara e a Expansão à Porção Leste

A estação, a via férrea, como espaço da circulação e de concentração de serviços (armazéns para estocagem, comércios, etc.) e pessoas, favoreceu a abertura de novos loteamentos na porção leste, a exemplo o bairro da Vila Xavier. Porém, a dificuldade de acesso ao núcleo principal promoveu uma urbanização em paralelo que somente foi integrado à área urbana com a construção de viadutos, sobre os trilhos férreos, conforme a figura 11.



Figura 11 - Aspectos da Urbanização de Araraquara em 1960

Já o segundo aspecto diz respeito ao transporte rodoviário e toda a sua flexibilidade, promovendo a expansão urbana mais rarefeita e menos nucleada que a ferrovia. Como destaca VILLAÇA (2001),

o transporte rodoviário contudo é mais flexível, pois, em qualquer ponto ao longo da via, o potencial pode concretizar-se, ou melhor, pode concretizar-se a acessibilidade ao centro da cidade, sem transbordo, inclusive através de um simples ponto de parada de um ônibus interurbano, ou extra-urbano. É a via interurbana transformando-se em via intraurbana. [...] o transporte interurbano apresenta a possibilidade de oferecer transporte urbano de passageiros, atrai a ocupação urbana nos pontos acessíveis ou potencialmente acessíveis, visto que altera o valor de uso da terra, gerando uma oferta de novas localizações que são ocupadas por uma parte do excedente

de população e atividades geradas a partir da cidade central em expansão. (VILLAÇA, 2001, p.82).

Nesse sentido, têm-se algumas vias de circulação como indutoras da urbanização araraquarense, veja o caso da rodovia Washington Luís que teve sua construção entre os anos de 1948 e 1949 e o seu asfaltamento 16 anos após o início das obras. A cidade foi se expandindo e abertura da Avenida Padre Francisco S. Culturato, no mesmo período da rodovia, intensificou a urbanização no sentido oeste da cidade, além de outras vias existentes, Rua Henrique Lupo e Avenida José P. Bueno de Oliveira, que se interligavam com outros municípios da região, entre eles Matão e Américo Brasiliense respectivamente. Fatos se somam possibilitando a rápida e intensa urbanização, além da abertura de estradas e avenidas e a criação da Companhia Tróleibus de Araraquara (CTA), que representou um marco da expressão econômica e urbana. Assim, com a instalação do transporte urbano o crescimento dava-se em todas as direções; a porção norte recebeu investimentos direto do poder público com a construção da Avenida Bento de Abreu e a sua interligação com a Ruas São Bento e Nove Julho em direção ao centro da cidade, e conectando-se com a Avenida Padre Francisco S. Culturato e via rodovia Washington Luís. A instalação do sistema de tratamento de água da Fonte Luminosa, nome do loteamento formado no mesmo período, na região da Avenida Bento de Abreu, resultou em uma rápida ocupação concentrando-se no uso residencial de alto padrão, diferentemente do que ocorre nos dias hoje²⁵. A esse respeito a figura 12, ajuda a compreender a expansão da malha viária associada à expansão do tecido urbano.

²⁵ Em estudo realizado por Vale (2005), a Avenida Bento de Abreu apresenta-se hoje como uma via de circulação permeada por estabelecimentos comerciais (sobretudo bares, lanchonetes, churrascarias, restaurantes do tipo fast food, etc.) para o atendimento da vida noturna da cidade, uma vez que é bastante frequentada pela população jovem. Além disso, pode-se observar que, principalmente nos últimos três anos houve um grande deslocamento de clínicas e consultórios médicos para essa região da cidade, ocupando antigas residências, cujos habitantes se mudaram para edifícios de luxo localizados na área central, em busca de maior segurança. (VALE, 2005, p. 117).

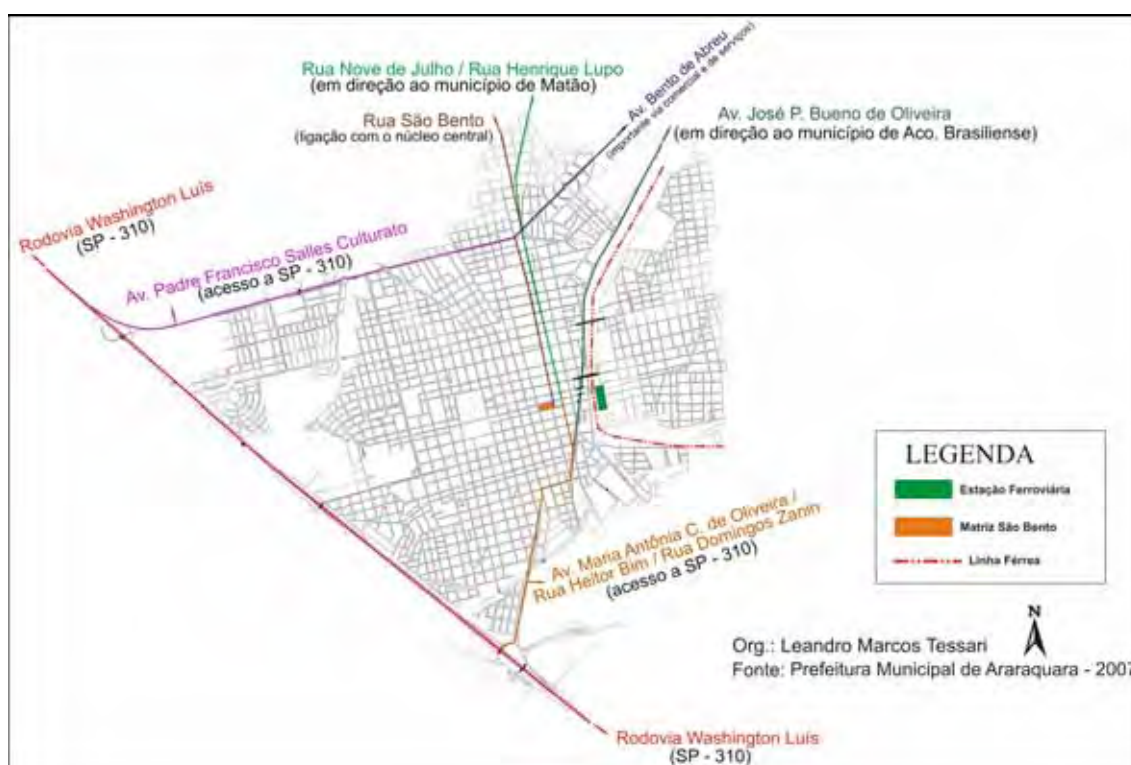


Figura 12 - Expansão da Malha Viária e o Processo de Espraiamento Urbano em Araraquara

Associado à abertura das vias de circulação que promoveram a urbanização acelerada de Araraquara, é notório destacar que a atuação do capital imobiliário utilizou-se dessa lógica para a produção de novos empreendimentos. A produção excessiva de glebas urbanas, mas com uma ocupação vagarosa, refletiu espacialmente no descompasso entre as reais necessidades sociais de acesso a essa terra gerando grandes entraves à gestão e usos desse espaço urbano. Em pesquisa de que trata sobre a produção de inventário fundiário e de vazios urbanos, LIMA (2002), destaca, quase como um receituário, os reflexos dessas práticas sobre o espaço urbano, resultando:

- a) Desequilibrada ocupação do espaço urbano;
- b) Grande número de lotes vagos;
- c) Enormes glebas não urbanizadas ou subutilizadas;
- d) Processo de densificação e verticalização em áreas centrais;
- e) Favelização;
- f) Alto preço da terra, especulação imobiliária e demanda de terras para uso;
- g) Pouca atratividade para os setores a fim de aplicações de capital de reserva de valor;

- h) Segmentação da demanda e oferta em submercados locais;
- i) Inexistência de um processo de produção de lotes urbanos racionalmente planejados;
- j) Valorização de preços da terra em decorrência de implantação de infraestrutura e serviços públicos;
- l) Desigualdade de distribuição espacial, acarretando diferencial de preços pela escassez (retenção de terrenos vagos);
- m) Demanda por terras para a população com baixos salários;
- n) Primazia do decreto da propriedade sobre o direito de habitação;
- o) Legitimidade da propriedade ociosa e baixos impostos sobre ela;
- p) Poucos recursos para provisão de infraestrutura e para habitação subsidiada;
- q) Legislação informal;
- r) Padrões técnicos de urbanização fora da realidade socioeconômica. (LIMA, 2002, p. 144).

Levando em consideração os itens destacados acima, em uma análise mais detalhada da urbanização de Araraquara, percebe-se uma conjugação de quase todos os fatores, exceto dos itens “e” “i” e “q”. Esses itens, não exprimem uma realidade urbana para cidade em análise, pois não há loteamentos ilegais e nem processo de favelização, mas um processo de periferização por bairros populares que se verifica nas bordas do perímetro urbano. Por outro lado, a legislação que regulamentava e regulamenta a instalação dos loteamentos urbanos possuem validade legal e jurídica, mas muito desses empreendimentos utilizaram-se de táticas na legislação, por sinal legais, para a prática da especulação imobiliária. A esse respeito muito dos loteamentos foram aprovados como chácaras de recreação, mas com uso estritamente residencial, como apresentado logo à frente.

Conforme LIMA (2002):

os limites urbanos não são fixos, ao contrário, variam com o tempo, são temporários. Também, toda vez que uma área é anexada à cidade, essa expansão nem sempre é feita dando continuidade ao limite urbano que ora é extrapolado. Frequentemente, são deixadas áreas livres, ‘vazias’, entre o perímetro urbano que foi, anteriormente, o limite da cidade, e essas novas áreas de expansão. (LIMA, 2002, p. 100).

Nesse sentido, nota-se que associado à expansão urbana, têm-se os processos da periferização²⁶, bem como da segregação socioespacial, que se desenvolvem intrinsecamente, a escala da periferia é muito mais ampla, pois “nela cabe tudo”: centros urbanos densos e comércio ativo, muitos parcelamentos de lotes de diversos níveis e com padrões urbanísticos e habitacionais variados. À medida que a periferia vai sendo integrada urbanisticamente, nova periferia vai surgindo em outros pontos, tão livre e tão desorganizada como era primitivamente (LOWEN, 1990).

A criação dos bairros populares em Araraquara está associado paralelamente com os distritos industriais, sua localização no espaço não ocorre na fusão de um tecido urbano já existente, mas em áreas distantes com interligações de fluxos intraurbana, valorizando glebas de terras rurais e as qualificando imediatamente em áreas urbanas e de interesse à expansão. Contudo, inúmeros problemas de gestão e planejamento fomentaram-se nesse espaço urbano. O poder público teve sua ação econômica limitada, devido aos excessivos gastos para transladar a estrutura industrial,

[...] gastando o que tinham e o que não tinham para subsidiar o capital produtivo. Junto com as industriais chegaram imigrantes trabalhadores engrossando ainda mais o contingente populacional desses centros urbanos, fazendo com que as demandas públicas passassem a ter duplo sentido: atender às necessidades de infraestrutura, à instalação do capital e às novas e maiores necessidades decorrentes do aumento populacional. (NEGRI, 1988, p. 20).

Além desses aspectos, nota-se no caso específico de Araraquara, a expansão urbana gerou uma série de loteamentos, cuja ocupação dos lotes ficou aquém das expectativas sugeridas anteriormente. A criação de loteamentos não condizia com o mesmo ritmo de ocupação. Ou seja, a

²⁶ A respeito dos processos de periferização e segregação BRAGA; TESSARI (2008) destacam que os investimentos em infraestrutura nas áreas periféricas (basicamente água encanada, luz elétrica, pavimentação asfáltica, sistema de drenagem, etc.) podem levar cinco, dez, quinze anos, dependendo da posição do bairro na estrutura urbana. Sendo assim, a periferização representa, não somente uma porção do espaço localizado na porção urbano-rural da cidade, mas também “localizada” na periferia das políticas públicas. Ainda, com relação aos investimentos do Estado nas porções periféricas das cidades, não suplanta uma questão de cunho mais aprofundado, ou seja, uma reversão do processo de segregação socioespacial. O processo de periferização pressupõe, anteriormente, toda uma fragmentação do espaço urbano em conjunto com o fenômeno da segregação socioespacial. (BRAGA; TESSARI, 2008, p. 216).

produção de loteamentos seguia, pode-se dizer, uma progressão geométrica enquanto que a construção nos lotes seguia uma progressão aritmética²⁷.

A esse respeito, concorda-se com Spósito (2004), sendo que a ampliação de terras qualificadas como urbanas, propicia o lançamento de novos loteamentos, que na maioria das vezes segue um ritmo contrário ao do crescimento demográfico, formando assim,

um aumento no número de lotes não edificadas, em função da aceleração dos lançamentos em comparação ao crescimento demográfico e à demanda solvável que há para os produtos imobiliários. [...] verifica-se uma das razões de mudança da morfologia urbana, visto que é possível lotear em descontínuo à área urbana já constituída, uma vez que o anel juridicamente apto a ser loteado ampliou-se pelo aumento de glebas disponíveis, oferecendo-se, assim, enormes possibilidades aos interesses fundiários e imobiliários. (SPÓSITO, 2004, p. 80).

As áreas de expansão urbana deram uma nova configuração ao espaço intraurbano de Araraquara. Não ficando apenas destacado pela feição do tecido urbano que deixa o padrão tabuleiro de xadrez, presente na área central, e ganha um novo traçado, mais curvilíneo, seguindo a topografia existente na franja urbano-rural, que possui declividades que se irradiam a partir do centro histórico.

A conjugação da expansão urbana de Araraquara, não esteve somente a cargo dos proprietários de glebas de terra e do poder público, a publicidade e atuação dos empreendedores imobiliários fizeram vislumbrar os olhos da população rural que se direcionava para área urbana, em virtude do crescente fluxo populacional, decorrente do êxodo rural. Analisando em detalhes, percebe-se que a chegada de massas populacionais oriunda da zona rural, trouxe para cidade uma situação bastante peculiar, tendo em vista que hábitos, costumes e experiências baseadas no comportamento rural se mesclavam aos padrões urbanos já estabelecidos. As relações de vizinhanças estabelecidas nos novos loteamentos, principalmente nos loteamentos populares, ganham laços afetivos e podem ser traduzidos em relações de solidariedade e confiança entre seus moradores, como resultado de práticas sociais vinculadas ao meio rural (ROSA, 2004).

²⁷ A título de ilustração tal análise procura apresentar de maneira objetiva a dinâmica urbana que está sendo produzida em Araraquara e que estará diretamente associada na consolidação da conurbação com Américo Brasiliense em décadas posteriores.

A incorporação de novos loteamentos no contexto urbano de Araraquara está associado à necessidade da lógica capitalista em atender duas diferentes demandas, uma para os novos moradores, resultado do êxodo rural, e outra de antigos moradores na busca por consumir produtos imobiliários modernos e exclusivos. Nesse sentido Spósito (2004) apresenta que

os interesses fundiários e imobiliários são, sem dúvida, os motores principais da extensão da cidade. A lógica da produção do espaço urbano tem sido orientada pela implantação de novos loteamentos e pelo contínuo lançamento de novos produtos imobiliários de forma a atingir novos consumidores e/ou estimular novas demandas àqueles que já haviam consumido outros produtos imobiliários anteriormente. Essa lógica tem levado os espaços urbanos a crescerem mais territorialmente do que demograficamente ou economicamente, como atesta o crescente número de lotes não edificados, em cidades de diferentes portes [a esse respeito tem os aspectos das cidades em discussão – grifo nosso]. (SPÓSITO, 2004, p. 294).

Durante as décadas de 1970 e 1980 há uma intensificação da produção de loteamentos urbanos, deixando marcas da descontinuidade através de extensas áreas não ocupadas. Assim, verifica-se de acordo com dados fornecidos pela prefeitura de Araraquara que dos 206 loteamentos aprovados entre a década de 1970 até o final da década de 1980, 49% foram aprovados e regulamentados pelo poder público local, todos na zona de expansão urbana, ou seja, na franja urbano-rural da cidade.

A partir desses aspectos verifica-se certa contradição quando comparado com os dados de crescimento populacional para os anos de 1980, ou seja, a quantidade de novas áreas que se urbaniza é muito maior do que a capacidade de ocupação populacional. Isso decorre que a partir do perímetro urbano aprovada em janeiro de 1986, há disponível 26.656 lotes para serem ocupados e que segundo a composição das famílias da época, daria para acomodar 120.000 novos habitantes (CINTRÃO, 1994). Mas, se somados o total de população real existente em Araraquara em 1980 com as projeções para urbanização no mesmo período, verifica-se que os números não superam o total de habitantes existente nos dias de hoje. Entretanto, a abertura de novas áreas urbanas continua em processo, porém, com maior fiscalização do poder público. A tabela 4 expressa com clareza essas perspectivas.

Tabela 4 - Total de População Urbana (Em Habitantes) e Taxa de Crescimento Geométrico (Em % a.a)

		1980	1991	2000
Araraquara	População Urbana	118.289	155.850	173.349
	Taxa Geométrica de Crescimento Populacional (% a.a.)		2,41	1,53
Américo Brasiliense	População Urbana	9.694	18.058	27.552
	Taxa Geométrica de Crescimento Populacional (% a.a.)		4,88	3,95
Região Central do Estado de São Paulo	População urbana	443.916	642.332	788.235
	Taxa Geométrica de Crescimento Populacional (% a.a.)		2,70	1,82
Estado de São Paulo	Taxa Geométrica de Crescimento Populacional (% a.a.)		2,12	1,82

Fonte: Fundação SEADE, 2009.

Assim, tendo Araraquara um total de 118.286 habitantes, na área urbana, no ano de 1980, a disponibilidade de lotes vagos para novos contingentes populacionais supera em mais de 100% do que já existe, resultando em uma supervalorização das áreas urbanizadas. Nesse sentido, verificam-se dois movimentos de população que se associam: 1 – migração da zona rural ou de outras localidades para Araraquara em busca de novas oportunidades de trabalho; 2 – a supervalorização dessas áreas urbanas direciona a população para Américo Brasiliense, mas que permanecem com seus postos de trabalho em Araraquara. O descaso do poder público no planejamento à abertura de novos loteamentos, no período que vai do final dos anos de 1970 e perpassa toda a década de 1980, resultou em uma problemática intraurbana de desenvolvimento e a exportou para o cenário interregional.

Verificado problema de vazios urbanos e intensa ação especulativa na cidade de Araraquara o poder público regulamenta a lei de loteamentos em 1979. No aspecto cronológico notam-se distorções, pois grande parte dos loteamentos aprovados ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, período de vigência da nova lei de loteamentos. Contudo, os projetos para esses loteamentos deram entrada nos órgãos oficiais em datas anteriores a 11 de junho de 1979, quando da aprovação da lei, conforme dados da tabela 5 e do gráfico 1.

Tabela 5 - Loteamentos Aprovados por Décadas em Araraquara

	Número de loteamentos aprovados	Número total de lotes aprovados
Até 1949	20 *	1407
1950 – 1959	32	6374
1960 – 1969	44	9938
1970 – 1979	73	15515
1980 – 1989	37	10404
1990 – 2000	59	5390

* excluindo o Centro Histórico

Fonte: Secretaria de Planejamento – Prefeitura Municipal de Araraquara (2000), adaptação de (CINTRÃO, 2004, p.20).

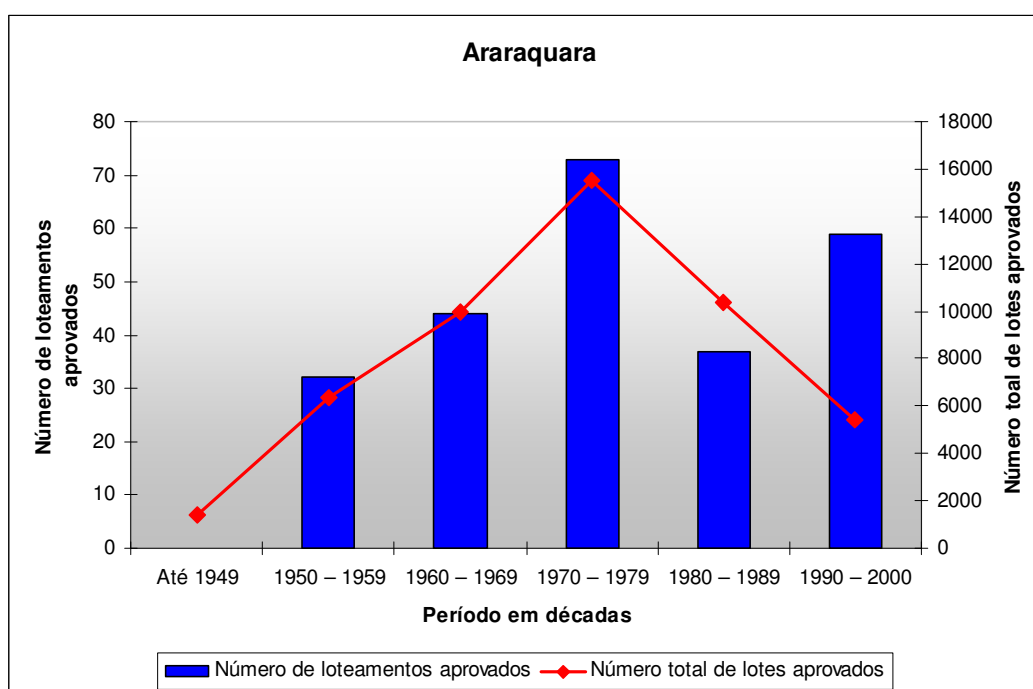


Gráfico 1 - Evolução do Número Total de Loteamentos e Lotes em Araraquara no período de 1949 a 2000

A lei de loteamentos (Lei nº 2.467²⁸, de 11/06/1979) estabelece critérios e responsabilidades ao loteador para a abertura de novas glebas urbanizáveis,

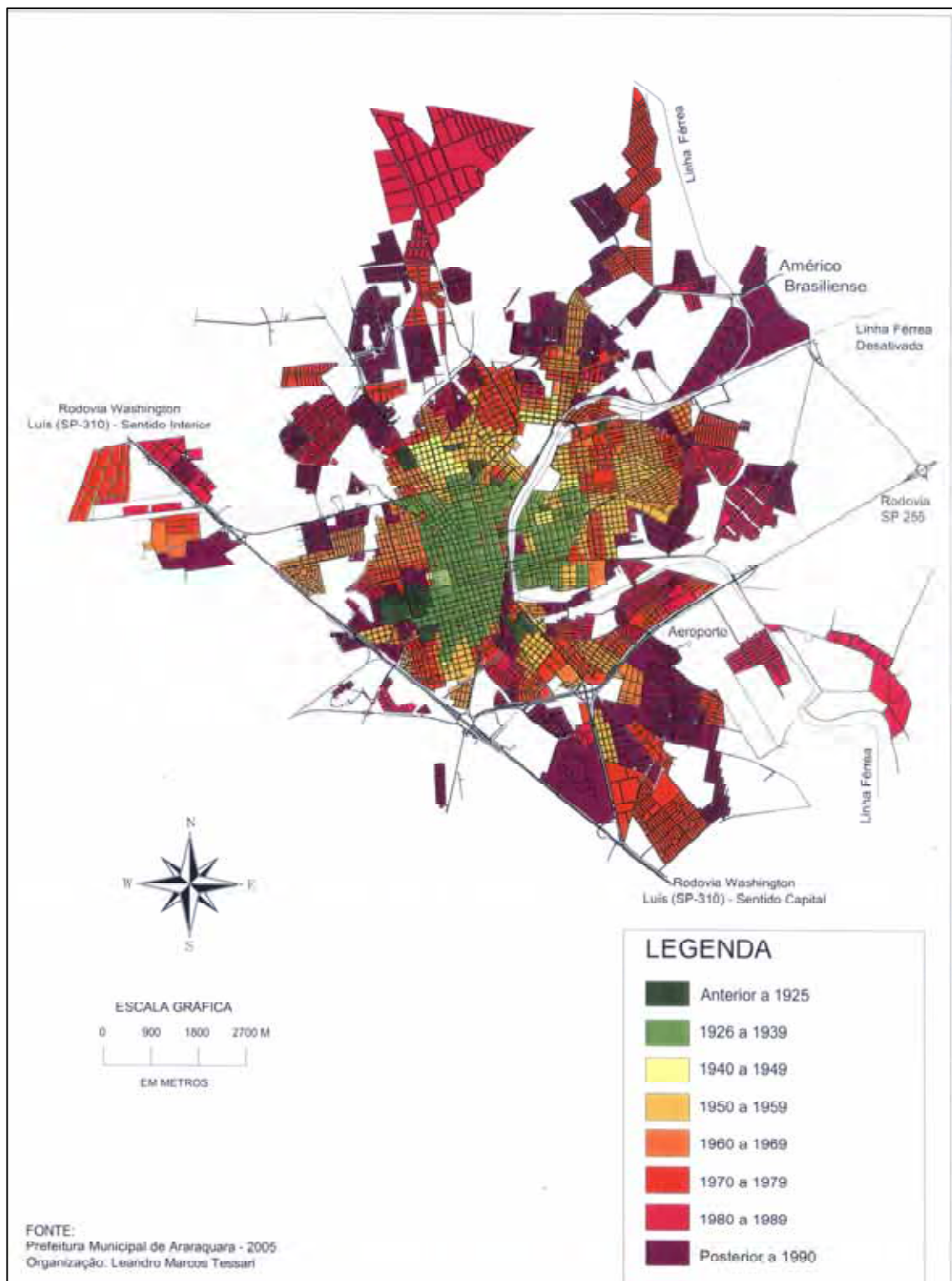
²⁸ No que trata dessa lei CINTRÃO (1995), passa-se a exigir do loteador toda a infraestrutura, desde 'rede distribuidora de água e respectivas derivações prediais e das necessárias a inflação de hidrantes, e, ainda, conforme o caso, captação, recalque e reservatórios de água, bem como rede coletora de esgotos e respectivas derivações prediais', galerias para águas pluviais, até 'colocação de guias, sarjetas, plantação de grama e arborização' e obras de pavimentação. [...] apenas três loteamentos foram abertos de acordo com a nova lei: Parque Residencial São Paulo, Jardim Botânico e Sítio São João. (CINTRÃO, 1995, p. 49). Mapa de bairros em anexo.

encarecendo assim o empreendimento e limitando as ações especulativas de valorização da terra. O poder público deixa de ser o agente mitigador que implementa as infraestruturas necessárias para o funcionamento e integração dos loteamentos e passa a regulamentar e exigir dos empreendedores imobiliários e proprietários de terras suas responsabilidades junto aos novos empreendimentos. A lei de loteamentos de 1979 veio se sobrepor a leis anteriores de que trata o mesmo assunto. E esse exemplo, tem-se a lei de 1974 de 26/07/1971, que obrigava o loteador a promover o arruamento e no mínimo dois tipos de infraestrutura no máximo de dois anos, porém, vários loteamentos foram entregues aos compradores sem o cumprimento dessa lei. Nota-se uma conjugação da conivência do poder público com o capital imobiliário frente a expansão urbana desordenada de Araraquara.

A implantação da lei de loteamentos de 1979, acabou por reduzir o número de loteamentos e lotes abertos entre 1980 a 1989. Segundo o que foi coletado junto a prefeitura municipal, isso se deve ao encarecimento na abertura de novas áreas, pois com a obrigatoriedade da realização de toda a rede de infraestrutura, quanto maior a área a ser incorporada maior o investimento do empreendedor.

Contudo, verifica-se entre 1990 e o ano de 2000 algo curioso no que diz respeito aos loteamentos e lotes em Araraquara. O número total de lotes abertos reduz significativamente, entre 1990 a 2000 em relação ao período de 1980 a 1990, na ordem de 51%. No entanto, a quantidade de loteamentos no mesmo período fica na casa de aproximadamente 159,5%. Os dados chamam a atenção pela discrepância, ou seja, a quantidade de novos lotes diminui, conseqüentemente o número de loteamentos deveria seguir no mesmo sentido, o que não ocorre. Esse fenômeno é um claro exemplo de como o capital imobiliário se articula através de seus agentes empreendedores para garantir sua intensa acumulação. Tentando burlar a legislação municipal vigente, baseada no código de obras, bem como no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da época, ocorreu uma mudança nos tipos de loteamentos, sendo aprovados como chácaras de recreação/lazer, mas com função estritamente residencial, e fora da área de cobertura do perímetro urbano vigente, resultando na intensificação da expansão urbana.

A formação do espraiamento do tecido urbano proporcionou uma difusão populacional de baixa densidade, devido aos números reduzidos de habitantes que passaram a ocupar os novos loteamentos. Analisando e comparando o mapa da evolução urbana, juntamente, com o mapa da densidade populacional por setores censitários, representados pelas figuras 13 e 14, respectivamente, demonstram claramente que as áreas que sofreram intensa urbanização estão ocupadas por um contingente populacional pequeno, favorecendo apenas a valorização do capital imobiliário.



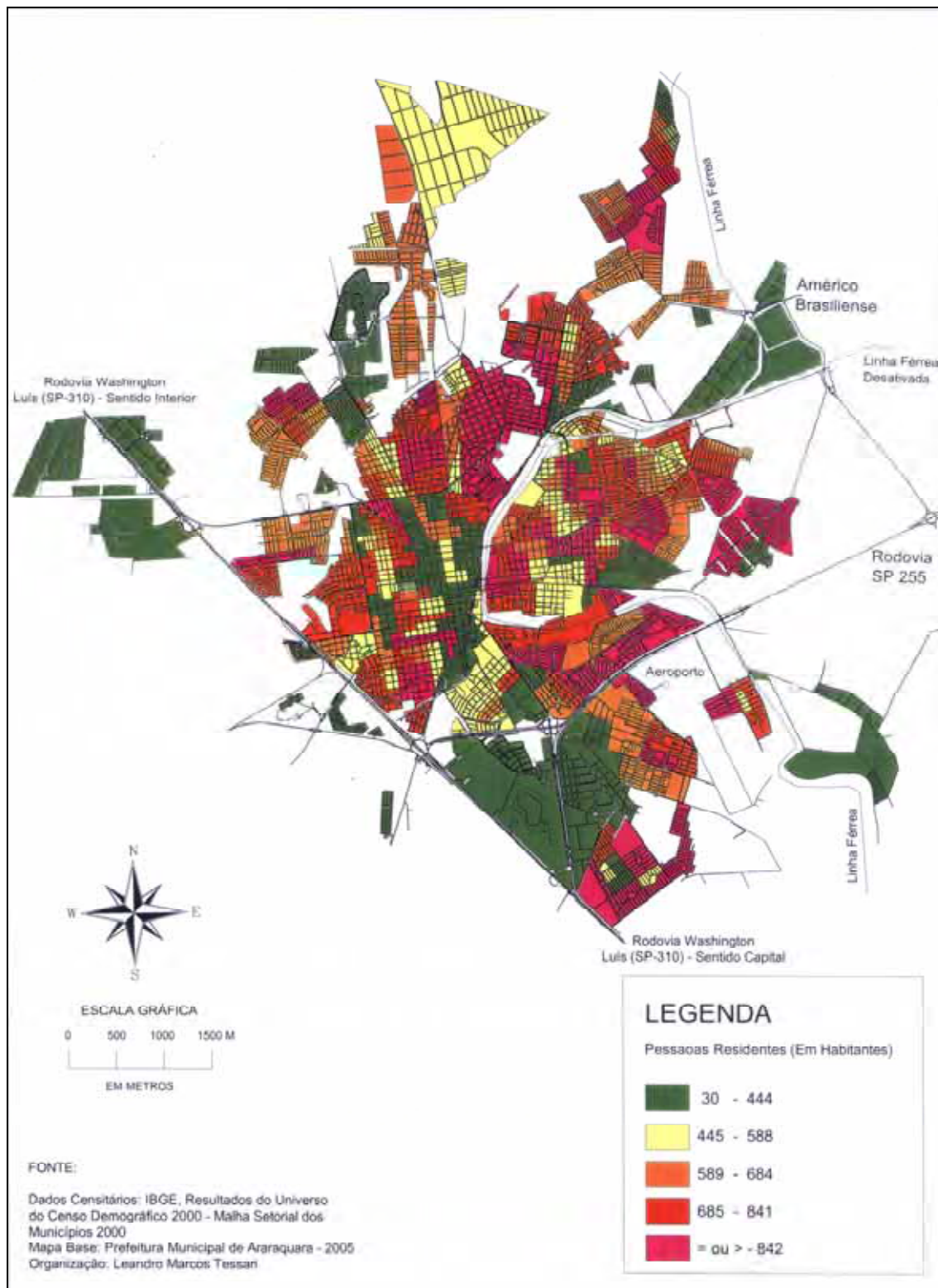


Figura 14 - Densidade Populacional de Araraquara

A participação do poder público local na estruturação dos empreendimentos imobiliários privados deu-se de maneira modesta e pouco eficiente, suas ações se concretizaram após a consolidação da expansão urbana difusa, espraiada. No entanto, no decorrer das décadas de 1980 a 2000, suas práticas empreendedoras de cunho social voltadas à política habitacional serviram também aos interesses privados na expansão urbana da cidade de Araraquara.

A necessidade de reduzir os déficits habitacionais, principalmente, para a classe trabalhadora de baixa renda, inicia-se a produção de conjuntos habitacionais populares, implementados com recursos do Fundo Estadual de Habitação e do Fundo de Gratificação do Tempo de Serviço, administrados respectivamente pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e pela Caixa Econômica Federal. No final da década de 1990 havia 12.027 unidades habitacionais, somando um total de 8.129 construídas (6.081 casas e 2.048 apartamentos) e 3.898 em construção. Segundo dados do cadastro da prefeitura municipal nesse período a área urbana de Araraquara contava com um total aproximado de 50.000 imóveis residenciais, sendo que 12 mil imóveis produzidos com investimentos públicos, ou seja, 24% foram financiados com recursos de órgãos públicos.

Vale acrescentar a respeito dos loteamentos financiados pelo poder público

[...] para construção de conjuntos (residenciais horizontais), encontram-se mais densamente ocupados, o que provoca um aumento do seu valor, além da pouca oferta. Já os loteamentos criados posteriormente, já dentro da política expansiva e especulativa, possuem valores um pouco mais baixos, mesmo assim, de baixa ocupação. (CINTRÃO, 2004, p. 85).

Linhas de créditos foram estabelecidas, via Caixa Econômica Federal, para aquisição de cestas de materiais de construção, o que intensificou a produção de habitações através do sistema de autoconstruções, reduzindo os custos em comparação com um imóvel produzido integralmente pelo Estado. Assim, empreendedores imobiliários procuraram estimular a compra de lotes, através de financiamentos diretos com o agente produtor. O aspecto social do sonho da casa própria reluz para o trabalho como algo possível a ser alcançado, no entanto, o que se pode verificar é uma instrumentalização do

poder público à reprodução do capital imobiliário e ações de práticas especulativas.

Esse modelo de produção de habitações populares resultou em ações associativas, praticadas em separado a cada um dos agentes envolvidos no processo, mas que garantiram a ocupação imediata de algumas áreas urbanas vazias. A prática da ocupação foi induzida pelo poder público e por outro lado, muitos desses loteamentos haviam sido implantados quando em vigor da lei de loteamentos de 1974 de 26/07/1971²⁹, ou seja, coube a prefeitura municipal garantir a construção dos equipamentos de infraestrutura na porção periférica. Algo que foge a regra bastante comum das demais cidades brasileiras, a construção dos equipamentos urbanos nas porções periféricas, acontece depois da intensificação da ocupação populacional e não em paralelo com a construção das habitações.

Assim, todos os agentes econômicos envolvidos (indivíduos, organizações, instituições) tomam decisões ora separada ora conjuntamente sobre a circulação e reprodução do capital, em especial o imobiliário, ou da força de trabalho, sendo marcado pela tensão e fluindo para locais onde a taxa de remuneração é maior, ou não se movendo, embasando-se em compromissos passados e reavendo valores já concretizados. Este esboço entre o móvel (movimento) e o imóvel (fixidez), se materializa em diferentes momentos da história urbana de Araraquara, sendo representados por diversos interesses dentro da lógica urbana, dependendo da natureza dos ativos que controlam e dos privilégios de que dispõem (HARVEY, 2006).

O mercado imobiliário, proprietários de terras e de bens de raiz, os incorporadores e os empreiteiros – os que detêm a dívida hipotecária – tem suas práticas voltadas, principalmente, para atender classes sociais de poder aquisitivo maiores do que a população trabalhadora de baixa renda, pois há uma maior margem de lucro a ser potencializada. Pelo exposto, cabe ao poder público agir, a fim de minimizar os problemas habitacionais urbanos às camadas de baixa renda, e quando isso não acontece tem-se como resultado a construção de loteamentos ilegais e invasões de terras. Por essa prática, no caso

²⁹ Lei municipal de 1974 de 26/07/1971, obrigava o loteador a promover o arruamento e no mínimo dois tipos de infraestrutura no máximo de dois anos.

de Araraquara, não há formação e nem consolidação de loteamentos ilegais até os dias atuais.

3.1.3.3 - URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO EM AMÉRICO BRASILIENSE

Analisar o processo de urbanização de Américo Brasiliense, faz-se necessário compreender, fora do município, os aspectos inter-regional que resultaram na rápida expansão do seu tecido urbano, bem como as ações intraurbanas que foram implementadas, visando uma ocupação acelerada e em sua maioria, desordenada. A dinâmica regional da urbanização entre as cidades vizinhas de Araraquara e Américo Brasiliense está articulada no aspecto da expansão urbana da primeira que potencializou, em períodos diferentes e pelo mesmo processo, a dinamização da segunda. A esse respeito tem-se a formação da área conurbada entre os dois tecidos urbanos segundo lógicas da difusão espraiada, por diferentes interesses fundiários e imobiliários, regulamentadas pelos poderes públicos locais.

O entendimento de estudo comparativo apresentados na tabela 4, de que trata do crescimento populacional das duas cidades, sinaliza um descompasso entre a quantidade de pessoas atraídas para esses locais. Grande parcela do contingente populacional atraída para Araraquara, é resultado do êxodo rural regional, visto anteriormente, bem como de população migrante oriunda de outras localidades do país, atraídas pela consolidação do polo agroindustrial citro-sucroalcooleiro e pelos Distritos Industriais formados durante a década de 1970. No entanto, o estabelecimento dessa população na cidade é complexa e limitante, o acesso à terra urbana é dificultado pelos altos preços praticados pelos empreendedores imobiliários locais.

Convém salientar, que esses preços praticados pelo mercado imobiliário local, não está embasado na relação econômica direta entre a oferta e demanda. Tendo em vista, análises realizadas anteriormente, a oferta de lotes e loteamentos é significativa em Araraquara, mas a dificuldade está no acesso pela monopolização da terra urbana, uma mercadoria especial que

adquire valor³⁰ de troca na medida em que incorpora trabalho social existente nos investimentos públicos. A contradição do uso da terra é a contradição do sistema que organiza as relações de produção dos bens materiais e as relações sociais nesse tempo presente: ainda que a terra incorpore trabalho social e seja em potencial um bem a ser usufruído por todos; ela se constitui em um bem apropriado privadamente determinado pelo seu valor de troca no mercado (HARVEY, 1980).

Assim,

a terra urbana, e suas benfeitorias são, segundo a economia capitalista contemporânea, mercadorias especiais com aspectos próprios: têm localização fixa; são mercadorias que o consumidor não pode dispensar; mudam de mãos com pouca frequência; a troca e o uso se estendem por períodos de tempo diferentes. (HARVEY, 1980, p. 135).

Nesse quadro, a terra é, ao mesmo tempo condição de produção do capital e condição de vida da classe trabalhadora. No sistema capitalista, o problema fundiário reside na apropriação monopolizada de alguns sobre a terra, ao mesmo tempo em que ela é necessária à produção de moradia da classe trabalhadora. A especificidade do monopólio da terra urbana está no fato de que, apesar de não poder ser reproduzida no e pelo processo de produção e circulação de mercadoria, ela permite

[...] ao dono da propriedade tributar a produção e circulação de mercadoria, concorrendo para a distribuição da mais-valia sem concorrer para sua geração e realização. (LIMA, 2003, p. 19)³¹.

A conjugação de variáveis específicos, resultante do trinômio: fluxo migratório, mercado de trabalho e excessivo preço da terra urbana, possibilitaram uma instalação de um processo de ocupação volátil em Araraquara. Sendo que em um curto espaço de tempo boa parte desse

³⁰ A noção de valor tem inúmeros significados, mas aqui, embasado nas teorias de Adam Smith sendo trabalhados e discutidos por Harvey (1980) adotam-se dois significados: algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto particular e algumas vezes o poder de compra de outros bens, que a posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado “valor de uso” e o outro “valor de troca”. As coisas de grande valor de uso têm, frequentemente, pequeno ou nenhum valor de troca; e, ao contrário, as de grande valor de troca têm, frequentemente, pequeno ou nenhum valor de uso (HARVEY, 1980, p.131).

³¹ LIMA, S.L.R. A questão social, questão habitacional e sua especificidade na realidade brasileira. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003. p. 19 [mimeo.].

contingente populacional direcionou-se para Américo Brasiliense como local de morada, mas com seus postos de trabalho em Araraquara.

O preço da terra urbana em Araraquara, não se deve somente pelos elevados ganhos almejados pelos promotores imobiliários, mas pela própria legislação local (Lei n.º 2.467, de 11/06/1979) que passou a exigir e regulamentar aos novos empreendimentos a construção dos serviços de infraestrutura, o que no final foram repassados para os compradores no varejo.

Em Américo Brasiliense o crescimento modesto de sua malha urbana foi alterado a partir do final dos anos de 1970 e, a partir desse período, sendo marcado e entendido em etapas determinadas com situações peculiares.

O primeiro loteamento criado em Américo Brasiliense, sendo político e administrativamente emancipado, ocorre no ano de 1967. A lei de uso e ocupação do solo urbano assim como outras, seguem de maneira fiel àquelas práticas no município da qual fora emancipado. Assim, somente era necessário ao empreendedor imobiliário a construção do arruamento, bem como dois equipamentos de infraestrutura, seguir os padrões do desenho urbano do núcleo original e estar contíguo ao tecido urbano. Atualmente, esse loteamento está 100% urbanizado, as demais infraestruturas foram construídas pelo poder público local, com pouquíssimos lotes vazios, dos 445 que foram disponibilizados quando do seu lançamento, sendo que cada lote possui uma área total média de 390 metros quadrados.

A demanda por lotes em Américo Brasiliense ganhou destaque entre dois períodos, sendo o primeiro de 1970 a 1979 e o segundo de 1990 a 1999. Ambos os períodos são resultados de uma demanda por terra urbana gerada no cenário interurbano, ou seja, atração de população oriunda de outras áreas do estado de São Paulo, e também de outros estados, principalmente da região nordeste.

O primeiro período da expansão urbana é reflexo das ações macroeconômicas do país visando a integração nacional e da modernização da economia. A cidade passa a simbolizar a vida moderna e o acesso a bens e serviços quase que de maneira instantânea. Nesse sentido, a consolidação do setor citro-sucroalcooleiro na região central de São Paulo, tendo o município de Américo Brasiliense como uma das áreas produtoras. Assim, o que deveria ser um local de morada temporário, marcado pelo fluxo pendular, período das

safras da cana-de-açúcar e laranja, passou a receber também os familiares dos lavradores e se consolidando como um novo local para estabelecimento de vínculos e relações sociais. Já o segundo momento é reflexo da política urbana praticada em Araraquara durante as décadas de 1970 e 1980, no que tange o encarecimento da terra urbana e a dispersão de população para outros municípios vizinhos, em especial Américo Brasiliense, devido a sua proximidade. As figuras 15 e 16 apresentam claramente as etapas da expansão urbana, divididas em décadas, bem como os contornos dos lotes e a redução de seus tamanhos da área central para a periferia, em comparação como a densidade demográfica por setor censitário.

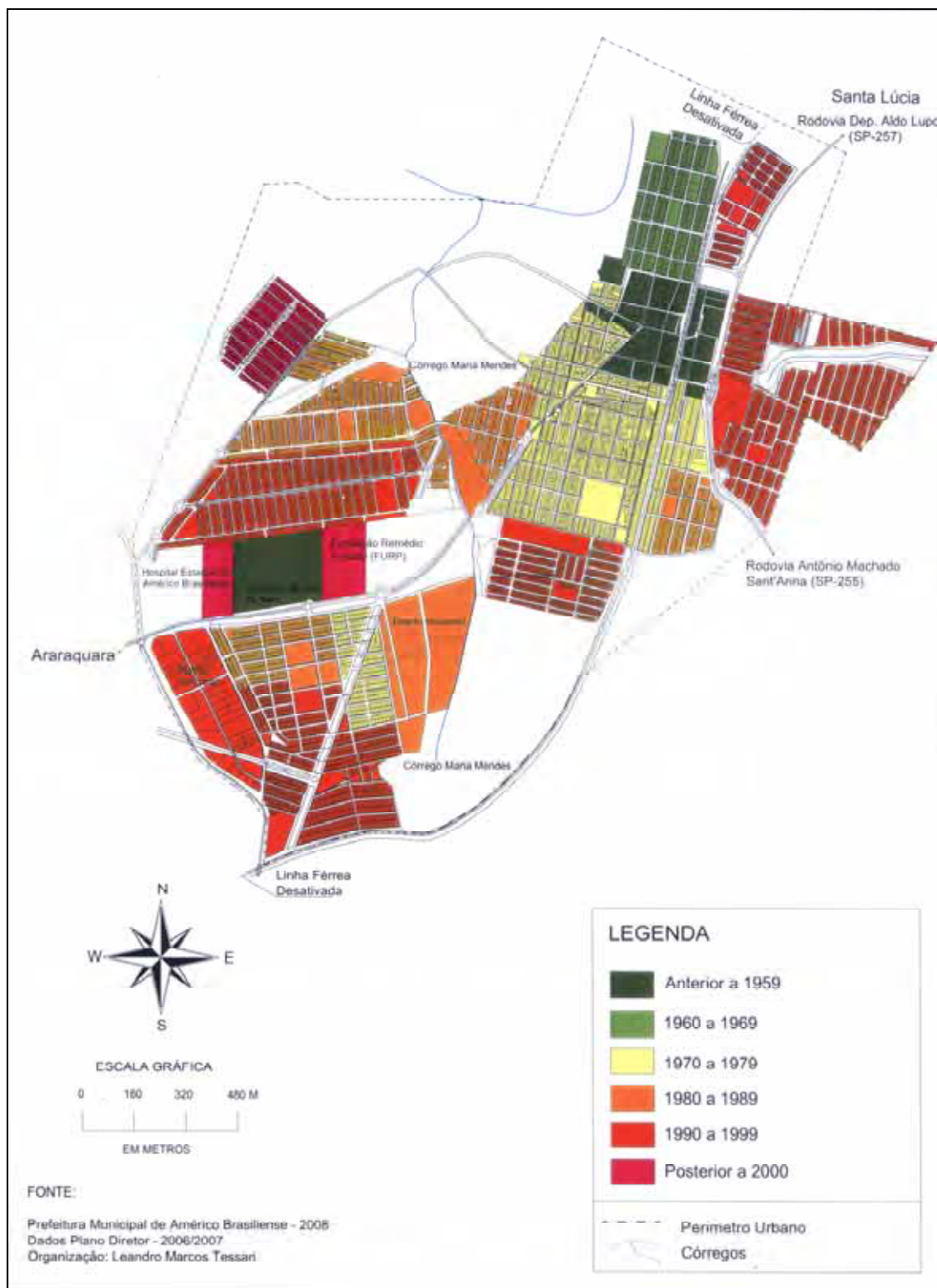


Figura 15 - Expansão Urbana de Américo Brasileiro

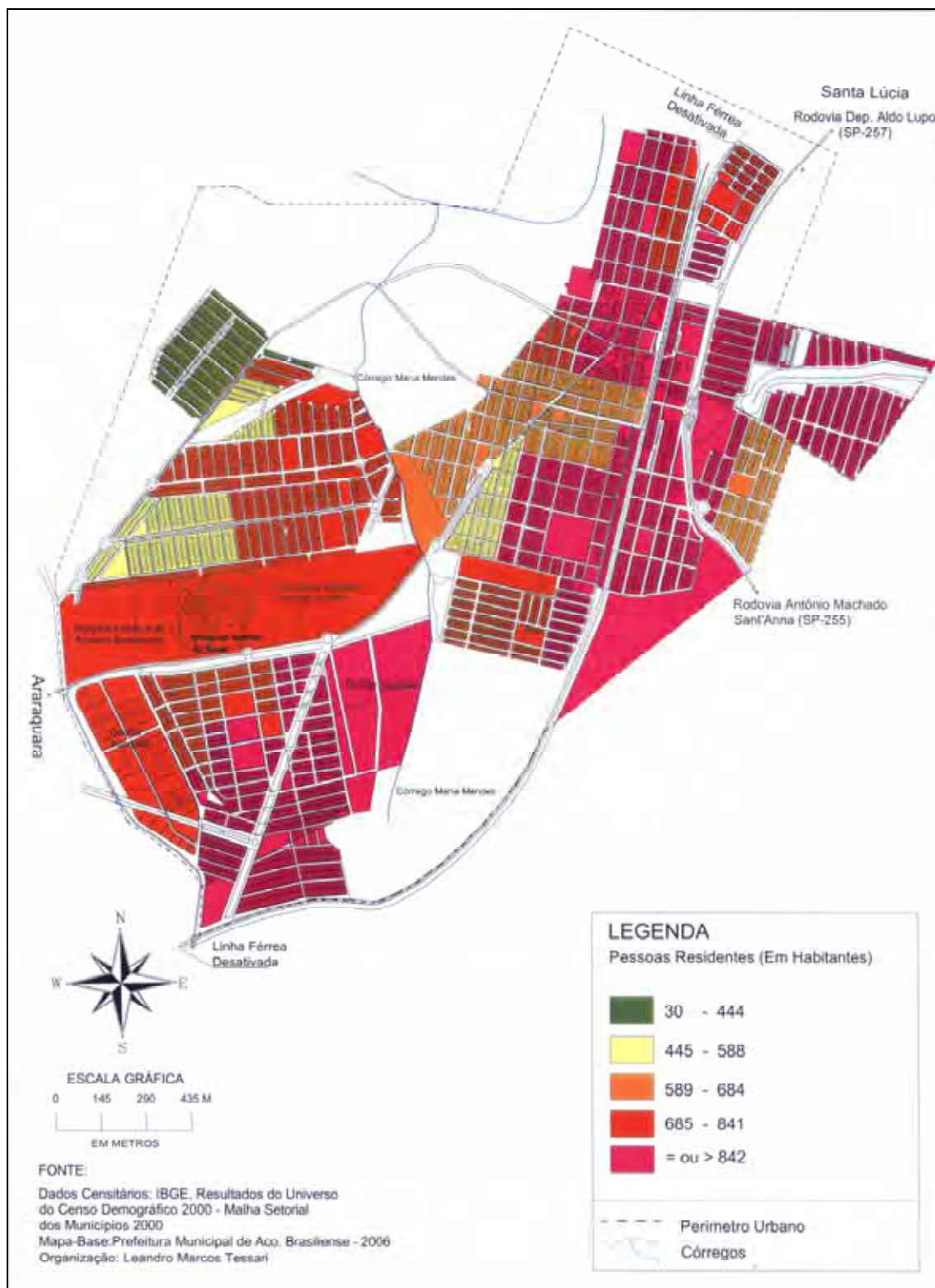


Figura 16 - Densidade Populacional de Américo Brasiliense

As poucas exigências para a prática do empreendedor imobiliário associadas a uma demanda por áreas urbanas resultaram na produção de inúmeros loteamentos, com um total de 66% dos loteamentos produzidos até o ano de 1993. Essa data é simbólica para construção de loteamentos, pois foi o último ano em que vigorou a lei de parcelamento do solo urbano com a construção somente de dois equipamentos de infraestrutura. Em 1994 com a aprovação da Lei 1.008 de 10/10/1994 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano – loteamento e desmembramento – um novo modelo de ordenamento urbano foi implementado, ou seja, ao loteador pesaram novas obrigações na produção de lotes em Américo Brasiliense.

Nesse sentido, a Lei 1.008 de 10/10/1994 em seu artigo 18 regulamenta os novos loteamentos desde que seguidas as seguintes exigências:

Projeto completo, detalhado e orçamento atualizado e cronograma físico de implantação dos seguintes melhoramentos:

- a) abertura de vias de circulação.
- b) rede de abastecimento de água, constando: b1) interligação com a rede pública municipal existente e b2) perfuração de poço, adução e reservação de água.
- c) rede de coleta de esgoto sanitário, constando interligação com os emissários e interceptores da rede pública existente.
- d) rede de coleta de águas pluviais;
- e) ligações mortas de água e esgoto.
- f) rede de energia elétrica para distribuição e iluminação pública.
- g) hidrantes a serem instalados de acordo com as exigências do Corpo de bombeiros.
- h) guias e sarjetas.
- i) pavimentação asfáltica do leito carroçável de acordo com as especificações fornecidas pela P.M.A B.
- j) demarcação de quadras e lotes
- k) arborização, segundo orientação municipal. (LEI MUNICIPAL 1.008 de 10/10/1994, 1994, p. 09-10.).

Esses melhoramentos exigidos reduziram a quantidade de novos loteamentos, devido o encarecimento do preço para o comprador final, além de produzir um estoque de reserva, empatando, no curto espaço de tempo, o capital inicialmente investido. O que no passado representou um ganho imediato com a produção de lotes urbanos, após 1994, com a entrada em vigor da nova lei municipal, o mercado imobiliário local sofre uma brusca desaceleração. A esse respeito, a tabela 6 e o gráfico 2 traduzem em números

o processo de expansão urbana e a prática da produção de novos lotes e loteamentos em Américo Brasiliense.

Tabela 6 - Loteamentos Aprovados por Décadas em Américo Brasiliense

	Número de loteamentos aprovados	Número total de lotes aprovados
Até 1965*	1**	307
1966 – 1969	1	445
1970 – 1979	6	1687
1980 – 1989	4	1523
1990 – 1999	12	5042
Pós 2000	1	523

* Ano da emancipação político-administrativa ** Centro Histórico

Fonte: Departamento de Planejamento – Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense – Plano Diretor (2006). Org. Leandro M. Tessari.

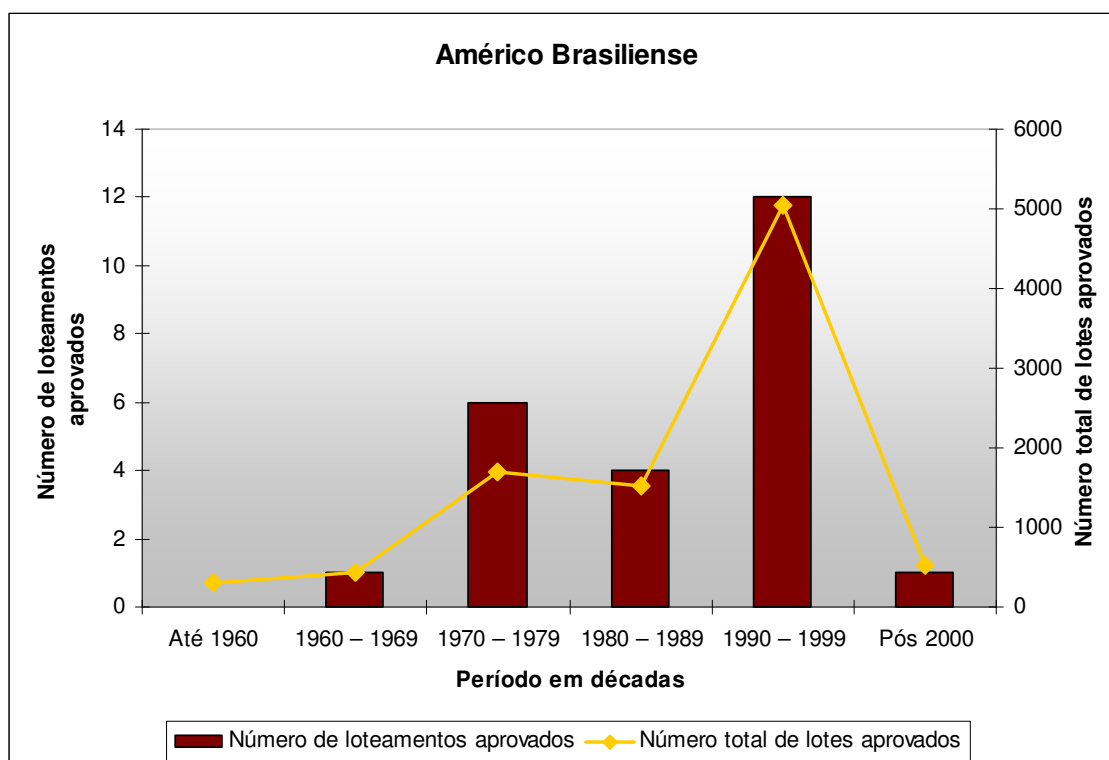


Gráfico 2 - Evolução do Número Total de Loteamentos e Lotes em Américo Brasiliense no período de 1960 - 2000

O aumento no número de loteamentos alterou a fisionomia urbana de Américo Brasiliense, nota-se uma padronização da urbanização, com mudança significativa no padrão das construções, bem como no tamanho das metragens

dos novos lotes populares, variando entre 250 e 280 metros quadrados. Diferentemente dos loteamentos construídos até o final dos anos de 1979, o tamanho médio dos lotes construídos eram de 330 metros quadrados, uma perda média de 65 metros quadrados.

A redução no tamanho do lotes, não se resume apenas no aspecto físico da área total, mas resulta em uma redução direta no tamanho das construções, assim como na qualidade de vida³² dos moradores dentro de habitações simples³³. Além de resultar em um adensamento populacional impactando a dinâmica urbana através de outros serviços de infraestrutura, tais como: aumento no fluxo das vias de circulação, aumento na vazão da rede coletora de esgoto, etc.

Tentando aquecer o mercado imobiliário local o poder público passa adotar mecanismo mediador entre o empreendedor e o comprador de lotes, mas sem abandonar os preceitos básicos da lei de loteamento (1.008 de 10/10/1994). Duas práticas devem ser destacadas: a construção de conjuntos habitacionais em áreas particulares e propensas a serem urbanizadas (via Caixa Econômica Federal – financiando projetos para COHAB – e Secretaria Estadual de Habitação através da CDHU) e a aquisição e, posterior doação de lotes urbanizados de padrão popular adquiridos pela prefeitura municipal mediante cadastro prévio.

O processo de expansão urbana foi subsídio pela mão do poder público municipal, resultando em uma intensa difusão do tecido urbano, No entanto, observa-se uma difusão concentrada desse tecido, ou seja, há um espalhamento dos loteamentos, mas que estão conectados por outros empreendimentos, pois a lei municipal não permite a formação de áreas vazias entre loteamentos. Tem-se assim, um espaço dinâmico que a urbanização de

³² O entendimento do conceito qualidade de vida envolve neste trabalho uma dupla perspectiva. Primeiramente, a possibilidade de sua utilização no planejamento do desenvolvimento socioeconômico e nas práticas de gestão pública. A outra perspectiva dá-se a partir da percepção que cada comunidade apresenta do que considera “uma vida com qualidade”. Justamente por isso, é um conceito complexo, de conteúdo subjetivo e caráter qualitativo, que exprime juízos de valor, apresentando uma natureza política e ética. Sendo considerado também um conceito de caráter relativo.

³³ O entendimento do padrão habitacional simples neste trabalho corresponde: habitações populares construídas e/ou financiadas por órgãos governamentais, possuindo no máximo de 70m² de área construída – padrão COHAB (Conjunto Habitacional Popular) e CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo).

áreas rurais, próximas ao núcleo central, favorece a imediata urbanização de outras áreas rurais.

Analisando a lei de loteamentos e parcelamento do solo urbano, nota-se que ao mesmo tempo, há exigências e responsabilidades por parte do loteador, verifica-se a formação de um campo fértil e propício para a prática da especulação imobiliária, através de vazios urbanos, cravados dentro dos loteamentos. A situação de vazios urbanos somente não se consolidou em Américo Brasiliense, devido às práticas do poder público atuando como um agente a serviço do capital imobiliário. A ação que deveria ser regulamentadora para o acesso à terra urbana, ganhou conotação prática de mercado atrelado a interesses políticos locais.

No aspecto econômico tem-se um aumento da demanda por lotes, bem como na valorização do mesmo. A demanda por lotes esteve associada ao aumento do contingente populacional que foi importada de outras localidades; a canalização da população urbana de Araraquara para Américo Brasiliense é fruto de um processo conjugado entre supervalorização de lotes, favorecendo a produção de vazios urbanos na cidade de origem, e uma política assistencialista do poder público local da cidade de destino. Assim, no que toca o processo de expansão urbana de Américo Brasiliense fica evidente a mão do Estado como um dos agentes que potencializou a rápida ocupação, como também o processo de urbanização. Em contrapartida, o aumento no número de habitantes significou ganhos adicionais nas finanças públicas municipais através dos repasses do fundo de participação dos municípios³⁴, conforme demonstra a tabela 7.

³⁴ O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para Municípios com até 10.188 habitantes, e, o máximo é 4,0 para aqueles acima 156 mil. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei n.º. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei Nº. 1.881/81. Do total de recursos 10% são destinados aos Municípios das capitais, 86,4% para os demais Municípios e 3,6% para o fundo de reserva a que fazem jus os Municípios com população superior a 142.633 habitantes (coeficiente de 3.8), excluídas as capitais. (Associação de Prefeitos do Rio de Janeiro – APREMERJ. Disponível em http://www.apremerj.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4501).

Tabela 7 - Finanças Públicas Municipais - Renda Municipal por Transferências de Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios entre os anos de 1980 a 2006 (Em Reais)

	Estado de São Paulo	Região Administrativa do Estado de São Paulo	Araraquara	Américo Brasiliense
1980	554.876.687	20.288.617	2.866.453	452.355
1983	950.899.674	34.672.015	5.808.971	694.186
1986	2.840.779.924	99.519.108	16.013.366	850.644
1989	2.194.264.858	89.347.546	11.858.092	3.128.319
1992	*	*	17.865.174	4.101.545
1995	3.507.374.550	138.052.260	21.557.390	4.953.504
1998	*	*	25.078.136	6.781.377
2001	*	*	25.168.761	6.957.103
2004	*	*	*	*
2005	*	*	26.076.001	8.550.365
2006	*	*	29.886.302	9.261.351
* Dados Inexistentes			Fonte: Fundação SEADE, 2009.	

Já a concretização política dessa ação não pode ser avaliada aqui, pois não é o enfoque central da pesquisa, mas fica como ponto de partida para outros trabalhos.

Essas ações favoreceram uma rápida urbanização de Américo Brasiliense, o que propiciou a queda quase que a zero do déficit habitacional. Canalizando uma quantidade grande de população trabalhadora que foi excluída dos programas sociais de habitação, principalmente em Araraquara. O preço desses terrenos é tão baixo que chega à zero, ou seja, praticamente de graça. Assim, a ocupação populacional é bastante significativa no que toca a relação área e número de habitantes (figura 16).

Pesquisa de campo junto aos estabelecimentos imobiliários de Américo Brasiliense percebe-se um aumento significativo no preço dos terrenos. Isso se dá pelo ao fato da reduzida prática do capital imobiliário para a incorporação de novas áreas urbanas, o que eleva significativamente o preço de lotes. Por outro lado, o poder público deixou de produzir situações favorecendo a atração populacional, bem como adquirir lotes urbanizados para habitações populares.

Na tabela 8 a seguir verifica-se o preço médio dos lotes por metro quadrado em novembro do ano de 2008.

Tabela 8 - Valor do Metro Quadrado de Lotes Urbanos em Américo Brasiliense

Agente Produtor	Nome do Loteamento	Valor em Reais/m²(2008)
Privado	Jd. Ponte Alta	69,5
Privado	Vila Cerqueira	47
Privado	Jd. Américo	41
Privado	Silvio Berilaqua	42,5
Público	CECAP	33
Privado	Jd. Vista Alegre	38,5
Privado	Jd. Planalto	62,7
Privado	Jd. Nova Cerqueira	35
Privado	Jd. São José	55,5
Público	Cohab I, II, III e IV	39,5
Privado	Jd. Paraíso	37,4
Privado	Luiz Ometo I e II	56,8
Privado	Jd. Novo Américo	51,6
Privado	Jd. Saci	43,0
Privado	Jd. Maria Luiza	40,8
Privado	Jd. Santa Terezinha	64,5
Público	Distrito Industrial	37,3

Fonte: Imobiliárias de Aco. Brasiliense, 2008.

Os preços de mercado para aquisição de lotes urbanos verificados em Américo Brasiliense são elevados, deixando a população trabalhadora excluída do acesso a esse bem. Utilizando-se de dados por setor censitário do IBGE, segundo o resultado do Universo do censo de 2000, verifica-se que grande parcela das pessoas responsáveis pelos domicílios possui baixos rendimentos entre 01 e 02 salários mínimos³⁵ (figura 21). A renda dessa população trabalhadora está ligada aos diversos setores da economia local, em especial comércio e serviços, o setor terciário. Esse setor terciário está voltado ao

³⁵ Utiliza-se como referência o valor do salário mínimo vigente em 2008 de R\$ 415,00.

atendimento da população local, o chamado *circuito inferior da economia*³⁶, os produtos oferecidos compreendem desde produtos de higiene pessoal, alimentos e, até ferramentas e utensílios para o trabalho na lavoura, em especial a cana-de-açúcar. Quando da falta de produtos mais especializados o destino da população se volta ao comércio e serviços instalados na cidade contígua de Araraquara.

Tabela 9 - Proporção de Estabelecimentos por Setores Econômicos para os anos de 2000 e 2007 (Em %)

		A	B	C	D	E
Região Administrativa Central	2000	18,9	36,9	3,3	12,1	28,8
	2007	14,5	40,7	3,2	11,8	29,8
Araraquara	2000	7,2	41,1	5,6	9,3	36,9
	2007	4,8	44,1	4,9	8,5	37,7
Américo Brasiliense	2000	7,3	40,9	8,9	12,2	30,7
	2007	5,1	45,8	4,3	14	30,8

A – AGROPECUÁRIA; **B** – COMÉRCIO; **C** – CONSTRUÇÃO CIVIL;
D – INDÚSTRIA e **E** – SERVIÇOS.

Fonte: Fundação SEADE, 2009.

Importante destacar que está instalado na cidade de Américo Brasiliense o Hospital Nestor Goulart Reis, inaugurado em 1958 durante a gestão estadual do governador Ademar de Barros para a cidade de Araraquara. O referido hospital foi construído no antigo distrito de paz, quando da emancipação político-administrativa, passou a fazer parte do município de Américo Brasiliense. O hospital conta com atendimento sanatório e também está equipado ao atendimento a pacientes portadores de tuberculose vindos de toda a região central do estado, com um total de 100 leitos, segundo informações da Secretaria Estadual de Saúde.

Esse hospital passou por reformas durante o ano de 2007, e sendo construído no seu entorno dois novos complexos hospitalares: o Hospital Estadual de Américo Brasiliense e o AME (Ambulatório Médico de Especialidades) gerenciado pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Medicina de Botucatu (UNESP/FMB). As novas unidades somam uma área

³⁶ Ver SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 345p.

de 54 mil m² para atendimento de moléstias infecto-contagiosa e clínica médica. Segundo informa a Secretaria Estadual de Saúde foram investidos R\$ 43,6 milhões pelo Governo do Estado, com a construção de mais novos 130 leitos, centro cirúrgico com três salas, centro de diagnóstico por imagem e um Ambulatório de Especialidades Médicas, com 17 consultórios. Sendo que do total de leitos, dez estão destinados a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 120 de internação. Tem-se assim disponível um total de 250 leitos instalados e sendo referência para toda a região. Durante coleta de informações junto ao órgão estadual de saúde foi constatado que o Hospital Estadual de Américo Brasiliense foi preparado para receber também pacientes com sintomas do vírus Influenza A (H1N1), nomeada popularmente como *gripe suína*.

3.1.4. A Estrutura Urbana de Araraquara e Américo Brasiliense no Contexto da Conurbação

A teoria dos setores desenvolvida por HOYT em 1939, possui como base compreender as características e tendências de crescimento das áreas residenciais das cidades norte-americanas. Essa teoria fundamenta-se, sobretudo, na análise da distribuição das áreas residenciais de alto padrão, buscando explicação para sua localização em determinados setores e a direção de sua expansão (CLARK, 1985).

Nesse contexto, a expansão urbana se processaria norteadas pelas preferências das classes de maior poder econômico na cidade, que ocupam os terrenos melhor localizados, livres de incômodos. Embora fundamentado em uma base teórica mais sólida em comparação ao modelo das zonas concêntricas, a teoria dos setores não escapou às críticas. Primeiramente, por dar excessivo destaque a fatores econômicos no processo de estruturação urbana, em detrimento de aspectos sociais e culturais na organização e distribuição dos diferentes usos do solo. Em seguida, pela alegada falta de universalidade e anacronismo do modelo.

A reformulação dos usos desse modelo ajuda a compreender com clareza os processos de expansão urbana observados em algumas metrópoles brasileiras e sua correspondência às cidades médias, ou melhor, a aglomeração urbana não-metropolitana. Para tanto, toma-se como base esse estudo de VILLAÇA (2001) de que as

metrópoles brasileiras, por terem sido produzidas pela mesma formação social, pelo mesmo Estado e no mesmo momento histórico, [...], sendo um pouco um misto de círculos concêntricos e setores de círculos, sendo que o que domina a estrutura do espaço intraurbano é a organização por setores. (VILLAÇA, 2001, p. 113).

Assim, a partir desse embasamento conceitual, procura-se fazer uma análise do processo de formação da estrutura urbana básica de Araraquara e Américo Brasiliense, de modo a entender a especificidade dos espaços intraurbanos e compreender o processo de conurbação.

As vias de circulação são importantes elementos estruturantes do processo de expansão urbana, que não ocorre aleatoriamente. Pelo contrário, é resultado de um processo que visa integrar novas áreas urbanas no contexto da circulação interurbana primeiro, tornando-as posteriormente intraurbanas.

Conforme VILLAÇA (2001) há três tipologias para descrever e definir as estruturas urbanas. Assim, considerando

[...] as limitações do meio físico, as metrópoles brasileiras apresentam-se segundo três categorias: 1 – as de 360 graus para se desenvolver – São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba; 2 – as que têm 180 graus – Recife, Fortaleza e Porto Alegre; e 3 – as que têm apenas 90 graus – Rio de Janeiro e Salvador. (VILLAÇA, 2001, p. 114).

Essas tipologias estão destacadas na figura 17, que demonstra espacialmente as estruturas espaciais, pelo modelo de Hoyt, algumas áreas metropolitanas brasileiras.

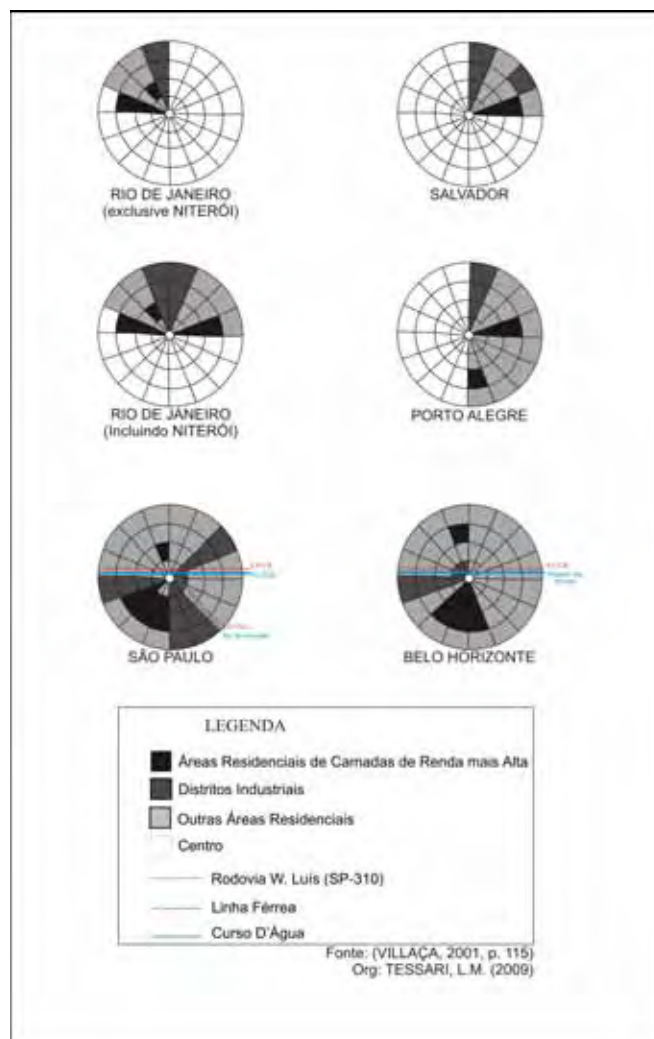


Figura 17 - Estruturas Espaciais de Algumas Metrôpoles Brasileiras, a partir do Modelo de Hoyt

Segundo esse aspecto é possível produzir uma análise para as cidades de Araraquara e Américo Brasiliense? Ambas as cidades citadas não constituem ou integram uma área metropolitana, no entanto, a formação de área conurbada, uma aglomeração urbana, propicia uma análise bastante rica. Resultado do processo de expansão urbana, como destacado anteriormente, nota-se uma convergência de fatores sociais, políticos, econômicos e territoriais na estruturação da área de conurbação.

O crescimento do espaço urbano de Araraquara e Américo Brasiliense baseiam-se nas semelhanças das estruturas urbanas das metrôpoles do interior do país – São Paulo e Belo Horizonte –, segundo a categoria de desenvolvimento em 360 graus. Paralelos podem ser estabelecidos no sentido de que

No início de sua expansão, o espaço urbano depara-se com uma barreira que o divide ao meio: um vale por onde corre um pequeno rio [...] cujo transbordamento frequentemente inunda as terras adjacentes, e uma ferrovia que se aloja junto ao rio. Evidentemente o centro da cidade fica de um dos dois lados. O conjunto vale-ferrovia funciona então como uma barreira que define – tendo como referência o centro da cidade – o ‘lado de lá’ (oposto ao centro) e o ‘lado de cá’ (o lado onde está o centro). (VILLAÇA, 2001, p. 114).

Os sítios urbanos por suas condições topográficas planas, com poucas ondulações, com um amplo entorno, permitiam às cidades desenvolverem-se em todas as direções. Como barreiras em Araraquara tinham-se: a ferrovia, ao nordeste do centro administrativo, que se situava como limite de crescimento nesta direção e os obstáculos dos cursos d’água (ribeirão da Servidão – figura 10), fazendo o conjunto linha férrea-córrego. A barreira funcionava com ponto limítrofe da área urbana. Em sua fase inicial de expansão direcionou-se ao norte e, após esse período, para o sul e, posteriormente, para o oeste (interligando com a Rodovia W. Luís – SP310), porém, a transposição da via férrea e do curso d’água ocorreu em virtude da instalação da estação ferroviária e a expansão urbana foi potencializada em direção leste, no sentido de Américo Brasiliense. Nessas direções localizavam-se os empreendimentos imobiliários e o contato com as vias regionais de acesso. Já em Américo Brasiliense, a expansão concentrada na área central, o centro expandido, ganha força e se direciona para Araraquara, não apenas por força e interesse do capital imobiliário, mas pela ação do Estado municipal que passa a implantar políticas de atração populacional e programas habitacionais voltados às pessoas de baixa renda. A figura 18, apresenta os aspectos da expansão urbana das cidades em análise.

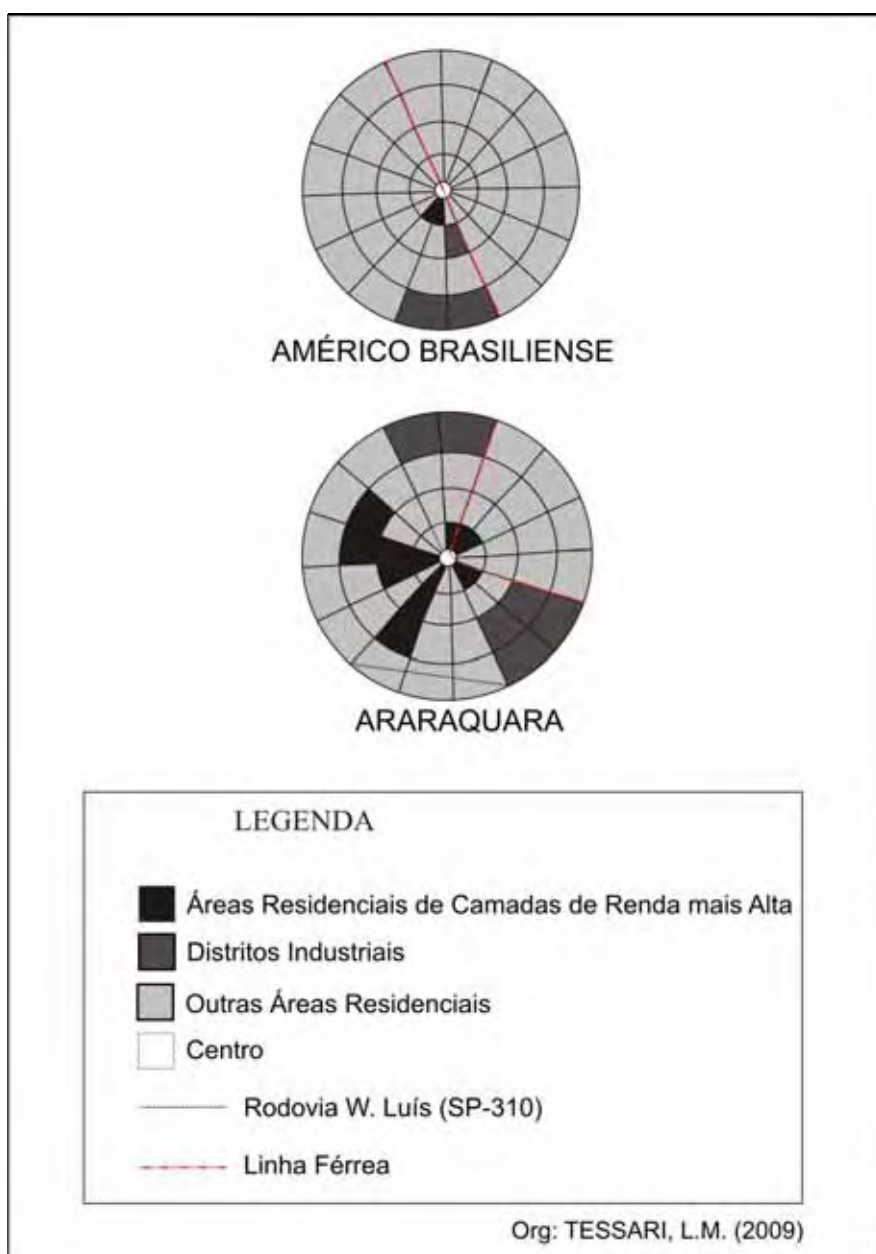


Figura 18 - Estruturas Espaciais de Araraquara e Américo Brasiliense segundo o modelo de Hoyt

O setor Leste de Araraquara passou a receber diferentes tipos de empreendimentos privados urbanos, no decorrer no período de 1970 a 1980, desde chácaras, com finalidade residencial, porém aprovadas como de recreação – Chácaras Velosa, bairros populares: Jardim Brasília, Maria Luiza IV, Jardim Biagioni, Jardim Morada do Sol e Jardim Aclimação, exceto o Distrito Industrial III construído pelo poder público em 1988. Entretanto, a ocupação dessas áreas ficou aquém do esperado, constituindo imensos vazios urbanos com implementação de infraestruturas, a serviço da especulação imobiliária. Além das fronteiras territoriais de Araraquara, no município de Américo

Brasiliense, a urbanização foi intensificada com conjuntos populares produzidos pelo Estado ou com investimentos indiretos de recursos públicos para aquisição de lotes urbanizados. Estrategicamente, foi instalado na década de 1990 os Distritos Industriais I e II, intercalados por vazios urbanos que foram ocupados rapidamente com a construção de casas populares pela Companhia de Habitação (COHAB) e pela Companhia Estadual de Casas Populares (CECAP – atualmente, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU).

Assim, a formação do espaço urbano conurbado de Araraquara e Américo Brasiliense (ver anexo), resultou em políticas urbanas adversas, a serviço do capital imobiliário, e quando não, a serviço do interesse político partidário. As ações dos poderes públicos locais não zelaram por uma produção do espaço urbano que cumprisse com sua verdadeira função social, adotando também, uma prática empreendedora e não apenas zeladora ou de monitoramento, visando à gestão e o planejamento equânime dos recursos públicos.

No que toca às populações de alta renda suas localizações ocorrem próximas às áreas centrais, em virtude do adensamento urbano que se consolidou, sendo servidos por uma quantidade expressiva de serviços de infraestrutura, praticamente, em estados de ociosidade, pois os bairros periféricos, com grande população, estão distantes do centro histórico. Por outro lado, a população periférica de Américo Brasiliense se desloca para Araraquara, facilitada pelas linhas suburbanas que interligam as duas cidades e que têm como itinerário esses bairros. Assim, o centro é de uso exclusivo da população tradicional e originária desta localidade.

4. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

4.1.1. O Estatuto da Cidade e Ações de Planejamento Frente à Conurbação

Antes de iniciar as discussões de que trata este tema da pesquisa é válido ressaltar a necessidade de se estabelecer um parâmetro para embasar os temas aqui tratados. No campo da semântica, é necessário destacar que no transcorrer do levantamento bibliográfico, a literatura brasileira de que trata o tema do planejamento, em especial o planejamento urbano, deixa a desejar nos atributos reais dados às determinadas terminologias. Para tanto, comungue-se das idéias de Marcelo Lopes de Souza, Flávio Villaça e Claudete de C. S. Vitte para o entendimento dos aspectos relativos ao planejamento urbano e gestão urbana.

O termo planejamento, ainda nos dias de hoje, em diversos ramos da ciência a destacar setores da geografia brasileira, possui como base a ideia de intervenção, instrumentalização *positivista* sobre o espaço geográfico. As ações de planejamento vão muito além desse aspecto, procurando culminar do final do processo a contemplação e a produção de uma cidade que cumpra realmente a sua função social, onde todos os seus habitantes tenham garantido o seu real *direito à cidade*. No entanto, a conotação dada ao planejamento no Brasil fez com que na prática estivesse atrelado às posturas autoritárias e centralizadoras.

Na interpretação de alguns, a palavra gestão veio bem a calhar como sucedâneo do termo planejamento. Largamente desacreditado e associado à práticas maléficas e autoritárias na esteira da 'crise do planejamento (urbano e regional)' que, [...] a própria palavra planejamento deveria, por vários analistas, ser banida e, na melhor das hipóteses, substituída por outra. (SOUZA, 2006, p. 45).

A esse respeito SOUZA (2006) analisa que os procedimentos do planejamento estão sendo transfigurados para a noção de gestão, tendo esses termos como sinônimos. Na verdade, esses termos possuem perspectivas temporais de análises divergentes, mas que no contexto da compreensão da

dinâmica urbana tornam-se complementares e fundamentais para se resultar na produção de cidades, cujo espaço *projetado*³⁷ seja realmente transformado.

A substituição do planejamento pela gestão tão pretendida foi perdendo espaço no âmbito dos trabalhos acadêmicos, bem como nas práticas das políticas públicas e ambas vêm se firmando como um campo complementar de forças. Sendo que o ato de

[...] planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, como o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. (SOUZA, 2006, p. 46).

Já com relação à ação da gestão urbana fundamenta-se na temporalidade do presente, buscando gerenciar, “administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, 2006, p. 46). Nesse sentido,

[...] o planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar as margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o impossível e o indeterminado estão presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis). (SOUZA, 2006, p. 46).

Antes, porém, de prosseguir com a análise se faz necessário destacar duas terminologias encontradas na literatura trabalhadas LEFEBVRE (1999) e debatida por VITTE (2005) a respeito de termos que adjetivam a noção de gestão: gestão urbana e gestão das cidades³⁸. Sugerindo que a

[...] cidade parece designar um objeto definido e definitivo, o que poderia ser entendido com a forma construída, e o urbano se definiria como uma abreviação de sociedade urbana, o que englobaria as relações sociais que produzem e consomem na/da cidade³⁹. [...] a idéia de gestão que vem se consolidando é de intervenções no ambiente construído, na forma física da

³⁷ A temática que trata do espaço projetado é resultado de discussões produzidas por VITTE (2005) trazida por Franklin Dias Coelho. COELHO, F. D. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, A.; COELHO, F. D. (Org.). Desenvolvimento local: temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES.

³⁸ Reconhecendo a validade e significância dos usos dos termos no contexto acadêmico e, visando minimizar as derivações do termo e a necessidade constante de estabelecer elementos balizadores de que trata a gestão urbana ou a gestão da cidade, nesta pesquisa funde-se agrupando os elementos de ambas, lendo-se gestão urbana, envolvendo processos e agentes sociais em uma ação coletiva.

³⁹ O entendimento da relação entre **na** e **da** cidade já apresenta na página 23.

cidade, enquanto, gestão de cidades seria entendida como a administração da cidade, que além de também resultar em intervenções no ambiente construído define-se por um conjunto múltiplo de ações coletivas entre agentes, instituições e organizações, em complexa rede de interações, na qual o governo é uma das peças do jogo de poder, já que lhe cabe liderar o processo, mas também partilhar, delegar e interagir. (VITTE, 2005, p. 233).

O planejamento se apresenta como uma ferramenta, cuja construção deva ser fruto da coletividade, estando em um movimento cíclico partindo e se encerrando em pesquisas de cunho científico e/ou mesmo situações empíricas da realidade urbana de cada espaço em destaque. A necessidade de agrupar dados, como também interesses diversos visam atribuir ao planejamento ações que resultem e que contemplem as reais necessidades de todos os envolvidos no processo de produção e reprodução (vivências) no espaço intraurbano.

As ações de planejamento devem ser constantemente revisadas de forma a responder com exatidão e minimizar as dificuldades enfrentadas pelas diversas classes sociais, em especial as menos favorecidas, no contexto do tecido urbano. A noção de movimento produzida na dinâmica urbana, faz do planejamento uma situação de constante transformação visando responder com exatidão ou pelo menos sugerindo caminhos para a interlocução entre as classes sociais. Os conflitos de interesses produzidos no contexto dessa complexa relação socioespacial materializam-se através de várias possibilidades, estratégias e manifestações que resultam numa sobreposição ou ainda alternância de conteúdo e significados dos espaços (VITTE, 2005).

No contexto histórico da urbanização recente brasileira, a noção de planejamento urbano foi confundida apenas e tão somente como uma ação de operacionalização autoritária sobre a cidade. Essa prática se consolidou tendo o Estado como o agente mais emblemático do processo, entendendo a cidade como um organismo físico, que gradativamente necessitava de intervenções pontuais e cirúrgicas. Tais intervenções eram julgadas como necessárias visando ao embelezamento e qualidades estéticas⁴⁰ do espaço urbano, dando formatos, contornos e usos cada vez mais racionalizados. A esse exemplo tem-

⁴⁰ A esse respeito têm-se como exemplos os planos: Plano de AGACHE Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embelezamento; e o Plano Prestes Maia para São Paulo (VILLAÇA, 2004).

se a construção de equipamentos de usos coletivos, como praças, largos e chafarizes que davam a cidade um ar de elegância e sofisticação.

Nesse sentido, verifica-se uma sobrecarga muito maior de atribuições chamadas ao Estado, pois as práticas de ordenamento saíram do campo da regulamentação das políticas urbanas e passaram a ser desempenhadas como executivas. As ações executivas fazem parte das atribuições do Estado, desde que estejam a serviço dos interesses da coletividade ou ainda de políticas públicas implantadas para parcelas carentes e excluídas da participação e uso do espaço urbano. Entretanto, o papel do Estado volta-se a serviços de interesses específicos, visando a corrigir distorções produzidas por outros agentes produtores do espaço urbano.

A real prática do planejamento urbano, ou melhor, planejamento da cidade, pelo Estado, dava-se conta da construção de ruas, alamedas, avenidas, redes de água e esgoto, parques, habitações populares, etc. Esses serviços de infraestrutura sempre obrigatórios quando da realização de novos loteamentos, passaram a ser respeitados muito recentemente. Há inúmeros exemplos de loteamentos aprovados pelo poder público que após um longo período de descaso do loteador, passam a receber investimentos diretos do poder público a fim de mitigar as dificuldades dos moradores que foram esquecidos ou como ocorre muitas vezes, jogado em determinados locais da cidade para promoverem a valorização daquele espaço.

Concordando com VILLAÇA (2004), que trata do planejamento urbano que vigorou no Brasil até os anos de 1980, nota-se uma ausência total da ideia central do que seria o ato de planejar. Ações de planejamento produzidas pelo Estado foram contraditórias entre as esferas de poder. Um conceito geral do que seria a construção do planejamento urbano para o Brasil, ganhou um caráter de receituário para as cidades, não respeitando certas especificidades como a organização do espaço urbano (devendo ir muito mais além dessa simples temática). Dessa forma, nota-se que as ações de planejamento foram produzidas apenas no campo das ideias e suas materialidades se deram apenas em papéis, sendo esquecidas nos fundos das gavetas.

O planejamento não se comungava com a realidade que se expressava nas cidades, o crescimento estava à margem de qualquer legislação ou de qualquer plano, a explosão das periferias legais e ilegais, a formação das

favelas nas áreas metropolitanas e dos bairros populares distantes dos equipamentos urbanos nas cidades interioranas, a paisagem marcada pela autoconstrução, pela precariedade dos serviços. Enfim, uma alienação por completo da realidade urbana pelos administradores. Nesse período,

o poder público já dispunha de instrumentos que apontavam mudanças na cidade; contudo a cidade que se construía era diferente daquela que os administradores pensavam no discurso. [...] com o advento do pós-modernismo, começa a participação dos atores privados, promovendo, [...], formas de gestão pública com propagandas e operações de desregulamentações urbanísticas. [...] a preocupação estava na criação de empregos, e como as cidades devem apresentar um futuro atraente para si próprias. (LIMA, 2002, p. 28).

A respeito dessa discussão tem-se como exemplo, na década de 1970 estendendo-se até os anos de 1990, o governo federal brasileiro se propugnava por um planejamento rígido e pelo controle de todos os níveis de governo para que os mesmos se integrassem em suas diretrizes. A construção das atividades de planejamento municipal, nesse período, resultou em planos diretores rígidos com poucos efeitos práticos. Essa ação impositiva praticada de forma vertical tem como exemplo os modelos de urbanização traçados pelo SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) criada por esferas da administração superior, resultou em um abandono sistemático dos planos.

Vale destacar, que sua elaboração era obrigatória, mas não era necessário nenhuma participação popular ou qualquer tipo de debate com as câmaras de vereadores e como os demais agentes produtores do espaço urbano (SERRA, 1991). Entretanto, os “novos planos diretores”, que foram estabelecidos e regulamentados pela Lei Nº. 10257/01 – Estatuto da Cidade, institui procedimentos normativos para a política de desenvolvimento urbano, buscando primeiramente atender às reais necessidades do local e garantir uma série de políticas voltadas à coletividade.

Os planos diretores como um importantíssimo elemento para se planejar e pensar o crescimento, expansão e ordenação urbana, visando a orientar as ações dos agentes econômicos, sociais e políticos (público e privado) frente a

um pleno desenvolvimento territorial de base local, contemplando os preceitos do próprio tema desenvolvimento⁴¹.

Assim, o atual processo de elaboração de planos diretores foi estabelecido e regulamentado pela Lei Nº. 10257/01 – Estatuto da Cidade. Essa lei regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição do Brasil de 1988 que trata da política urbana, sendo entendido a noção de política urbana:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da

⁴¹ Preceitos esses que há tempos, pós II Guerra Mundial, se apresenta na literatura acadêmica associado ao economicismo, não ultrapassando o ponto de que: a modernização da sociedade, em sentido capitalista ocidental, é o que se entende por desenvolvimento. Termos associados ao desenvolvimento, como por exemplo, social e ecológico, têm sido utilizados para amenizar os impactos e exclusões que foram e que estão sendo produzidas no transcorrer da história da acumulação capitalista, mas sem a construção de um debate que busque a fundo o real questionamento do sentido “desenvolvimento”. (SOUZA, 2002). Entretanto, avanços teóricos têm norteado à práticas diferenciais de se trabalhar com o desenvolvimento como algo a ser construído a partir das bases locais, resultando em uma mudança social positiva. A esse respeito SOUZA (2002) afirma que “..mudança, todavia, é tido não como devendo ser definido a priori, à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas. Desenvolvimento é mudança, decerto: uma mudança para melhor. Um ‘desenvolvimento’ que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal. [...] quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade”. (SOUZA, 2002, p.60).

indenização e os juros legais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, p. 31-32).

Além de instituir procedimentos normativos para a política de desenvolvimento urbano, buscando primeiramente atender às reais necessidades do local e garantir uma série de políticas voltadas à coletividade, ressaltando, em muitos casos, uma complementaridade com a dimensão ambiental. Por outro lado, a construção e a realização desse plano estão sendo atribuídas aos municípios, visando a garantir as especificidades de cada localidade, para a intervenção nos processos de planejamento e gestão urbana e territorial. Conforme destaca VILLAÇA (2004),

o estatuto da cidade – com a regulamentação do artigo 182 – é uma frente, talvez a mais importante, pois dela depende muito da futura credibilidade de eventuais planos diretores. Os movimentos populares setoriais – por terra urbana, habitação ou transporte – são outra, e o plano diretor será uma terceira frente. (VILLAÇA, 2004, p. 240).

Em linhas gerais, um plano diretor deve se pautar pela gestão compartilhada de cidade. Esse compartilhamento se dá com a sociedade local, e também com os diversos agentes modeladores do espaço urbano, dentre eles: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes grupos empresariais; os promotores fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. O processo de planejamento deve ser construído a partir das reais necessidades e potencialidades internas dos atores e agentes para o estabelecimento de uma ação concreta da coletividade.

A esse respeito MARICATO (2001) analisa a sumária importância dos planos diretores como instrumentos ao planejamento urbano, mas seus reais usos e aplicabilidades se deparam com uma nova encruzilhada, pois

[...] aprovar um plano com essas características já significa um grande desafio. Implementá-lo depois torna a tarefa mais complexa. O Plano Diretor pode, dependendo da correlação de forças local, ficar muito aquém do que permitem os instrumentos fixados no Estatuto da Cidade. A lei dá instrumentos para o avanço da luta contra a apropriação desigual do espaço urbano, mas não a substitui como muitos pensam. Certamente haverá interpretações diversas (e até opostas) para a implementação dos instrumentos urbanísticos nela previstos. (MARICATO, 2001, p. 113).

4.1.2. Ações dos Planos Diretores de Araraquara e Américo Brasiliense:

O estabelecimento de ações coletivas, parte inicialmente das ações individuais que atores exercem sobre o espaço. Contudo, há um paradoxo no que diz respeito às ações, pois o pleno sucesso de desenvolvimento local⁴² está na maneira em que se articula as ações individuais para se construir ações coletivas que se processam não em espaços abstratos, mas em locais reais do espaço socialmente construído (LEMOS, 2005). Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) “têm demonstrado como essas ações coletivas, em ambientes periféricos, são uma forma de organização produtiva da ação coletiva da atividade econômica no espaço econômico” (LEMOS; SANTOS; CROCCO, 2005, p. 175). Por outro lado,

há uma série de externalidades que são construídas nas diferentes escalas espaciais que podem gerar custos ou ganhos institucionais ou tecnológicos externos ao ambiente local, que não são relacionados a retornos crescentes de escala, mas ao ambiente macroeconômico, institucional e tecnológico da economia nacional. (LEMOS; SANTOS; CROCCO, 2005, p. 180).

Os planos diretores em discussão possuem focos de análises diferentes, devido aos espaços de abrangências de cada um. A esse respeito nota-se que o Plano Diretor de Américo Brasiliense se restringe apenas ao cenário do tecido urbano, das dinâmicas e articulações que necessitam de regulamentações. Organizado em 11, livros as disposições da Lei Complementar 007/2006, o Plano Diretor contempla: a política urbana, o código

⁴² Várias são as discussões relativas ao desenvolvimento local, adota-se aqui como uma instância da regulação, ou seja, é constituído por uma rede de relações de indivíduos, empresas e/ou organizações geradoras de um campo de forças sociais localizadas, com capacidade de organização social, cultural e política, tornando os agentes desse desenvolvimento os protagonistas do próprio destino. A maior relevância dada ao local concebe-o como espaço estratégico para a implementação de políticas alternativas ao tradicional desenvolvimento.[...] as estratégias de desenvolvimento amarradas à esfera local contém novas formas e mecanismos nas relações entre o espaço local e os autores: a descentralização administrativa, o planejamento e a gestão participativa entre os mais diferentes atores, as práticas solidárias, a inversão de prioridades, a inclusão de considerações ecológicas na tomada de decisões etc. (ORLANDO; MÜLLER, 2005, p.387).

de obras e edificações (loteamentos, zoneamento, etc.), a qualificação ambiental, a mobilidade urbana, a produção da cidade, a função social da cidade e propriedade, o desenvolvimento urbano e qualidade de vida, o sistema de segurança pública e defesa civil, o sistema de planejamento e gestão e a administração e recursos humanos. Já o Plano Diretor de Araraquara não se limita à área urbana, tem-na como ponto central, mas procura construir uma integração articulando-a no contexto do município e da região. Sendo marcado por princípios a política urbana a partir:

Art. 4. A implementação da política urbana deve contemplar as seguintes marcas e princípios de políticas públicas:

- I – Inclusão Social;
- II – Participação Democrática;
- III – Cidade Moderna.

Art. 5. A política urbana deve assegurar como princípios específicos:

- I – Implementação de uma reforma urbana com instrumentos urbanísticos inovadores;
- II – Desenvolvimento urbano e produção de um município e cidade sustentável com justiça social, ambiental e qualidade de vida urbana, visando o bem-estar dos seus habitantes;
- III – Promoção da cidadania e participação democrática na gestão pública municipal;
- IV – Modernização Institucional com programas de descentralização no processo de decisões e gestão do planejamento local e fiscalização;
- V – Proteção e recuperação do patrimônio cultural e ambiental;
- VI – Qualidade e acessibilidade aos bens e serviços públicos;
- VII – Política habitacional e acesso a moradia digna, com diversidade nos programas e projetos;
- VIII – Integração entre princípios, objetivos, e estratégias do plano diretor com os planos reguladores ou planos diretores setoriais;
- IX – Integração administrativa e interinstitucional entre os diversos agentes sociais e conselhos de representação setorial;
- X – Mecanismos transparentes de ação compartilhada com parceria entre Poder Público e a sociedade civil;
- XI – Fortalecimento da ação do poder público na produção, atração de investimentos e financiamentos da cidade para o cumprimento e execução das metas, programas e projetos;
- XII Estabelecimento de uma rede urbana com articulação regional, fomentando organismos representativos e programas tendo por finalidade o desenvolvimento econômico e social;
- XIII – A promoção da igualdade social para os segmentos sociais oriundos de discriminação, por meio de políticas públicas e específicas de gênero, raça e etnia. (PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA, 2005, p.02-03).

Sabendo que os planos diretores devam estar embasados nos aspectos das particularidades de cada localidade, nota-se a ocorrência de uma cultura de leis, sua construção parte do princípio de que a legislação é desencadeada de um processo de planejamento (LIMA, 2002). Contudo, essas novas práticas urbanísticas visando à gestão e ao planejamento urbano parte das ações concretas, das dificuldades experimentadas em diferentes doses mais ou menos acentuadas pelas diversas classes sociais, visando produzir e elaborar em um conjunto de leis e instrumentos normativos que realmente cumpram o seu papel, cuja participação social, ou como preferem outros o capital social, legitimem essas práticas e garantam sua execução FELDMAN (1997).

O mais emblemático desse processo ocorre através das ações do orçamento participativo, desenvolvido em Porto Alegre (RS), sua experiência mais consolidada e disseminada a outras cidades brasileiras. Nos planos diretores de Araraquara e Américo Brasiliense são apresentados às áreas de orçamento participativo, mas uma parcela significativa da população residente em cada setor deixa de comparecer, ou até mesmo quando perguntadas no âmbito da pesquisa pouco se interessam pelo assunto e não acreditam na eficácia do processo. No entanto, atualmente, após a implementação desse instrumento de ação popular, percebe-se uma maturação desse processo, sendo que independente da administração pública progressista ou conservadora o orçamento participativo se faz presente com a população também presente.

A eficácia do orçamento participativo depende de como se dá o seu processo de construção, ou seja, podendo ser tanto um receituário quanto um instrumento de expressão de democracia. Em Araraquara ocorre o segundo caso, pois é feito com empenho e dedicação por parte da prefeitura e tem a participação significativa da população que conquista resultados por parte desta. Com a mudança do governo municipal⁴³, as ações do orçamento participativo continuam sendo aplicadas e com plena participação popular.

⁴³ O atual governo municipal, administração 2009-2012, não é possível estabelecer o viés progressista ou conservador tendo em vista a composição partidária da chamada Coligação Azul, sendo composta pelos seguintes partidos: PMDB, PSL, PRB, PPS, DEM, PMN e PC do B.

Já em Américo Brasiliense com a implantação desse instrumento voltado à participação popular, a atual administração municipal⁴⁴, aguarda avaliações e outros procedimentos para prosseguir com a execução, destacando a importância do mesmo no contexto de tomada de decisão das políticas urbanas. A grande preocupação destacada aqui deve-se atentar para o que deveria ser uma construção da coletividade para melhor gerenciar e fiscalizar os investimentos públicos em cada setor do orçamento participativo, passa a ser uma prática do poder público para legitimar seus interesses e garantindo “simbólica” participação popular à construção da chamada cidadania.

Vale salientar, que há uma preocupação das esferas municipais em investir na infraestrutura urbana para dar sustentação aos empreendimentos existentes e favorecer a instalação de outros, para que se corrija ou minimize as deseconomias de aglomeração presentes nos municípios. Em Araraquara é o processo de produção de vazios urbanos e, em Américo Brasiliense, a atração populacional, produto do processo da primeira cidade, faz com que a ação da administração municipal, busque como prioridade uma modernização financeira, tributária, operacional e o gerenciamento nas instalações dos empreendimentos de base tecnológica e industrial. Em Araraquara tem-se como exemplo: Parques Tecnológicos - Tecnopolos, Parques Ecológicos-Ecopolos, Corredores Produtivos Agroindustriais ou Agroecológicos e Unidades Espaciais de Produção Limpa na forma de condomínios modernos e sustentáveis dos distritos industriais de conotação física restritiva. Por outro lado, em Américo Brasiliense, tem-se na política de atração industrial, instalação de usinas sucroalcoleiras, bem como investimentos diretos da esfera estadual em setores de serviços, como por exemplo, hospitais.

Segundo LEMOS; SANTOS; CROCCO (2005),

o resgate do urbano [...] pode ser feito pela extensão da ideia de polarização da indústria motriz para a de centro urbano polarizador de produção e consumo, ou seja, aquele que exerce função de lugar central de ordem superior na rede urbana regional para o desenvolvimento econômico local [...]. (LEMOS; SANTOS; CROCCO, 2005, p. 187)

⁴⁴ Composta pelos partidos PT / PMDB / PSL / PSB / PV

A prática de um Estado empreendedor, centralizador, como se viu em décadas passadas, encontra-se limitada, estando associada ao trinômio do aumento da dívida externa, responsabilidade fiscal e má aplicação dos recursos. Na esfera municipal essas dificuldades têm-se materializado no pouco poder de ação, bem como na prestação e atendimento de serviços precários. Para a implementação das ações de desenvolvimento econômico, o município de Araraquara busca como uma de suas diretrizes,

firmar e desenvolver relações, parcerias e convênios com agências multilaterais de financiamento, órgãos governamentais de âmbito federal, estadual municipal, rede de instituições públicas e privadas, centros de pesquisa e conhecimento, associações e cooperativas, visando a ampliar o interesse municipal e viabilizar atração de investimento em programas e projetos de pesquisas de desenvolvimento. (PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA, 2005, p. 19).

Inúmeras são as dificuldades enfrentadas na esfera local para que se tenha o pleno desenvolvimento das ações traçadas pelo plano diretor. A cidade deve ser preparada com equipamentos e estar dotada de uma rede de infraestruturas para dar suporte ao desenvolvimento oriundo das externalidades. O plano diretor em seu artigo 32, inciso V demonstra,

Promover o incentivo e financiamento de infraestruturas estratégicas, principalmente em planos diretores de telecomunicações, logísticas, telemáticas e economia digital, mobilidades, acessibilidades e estruturação viária regionais, transporte coletivo e terminal de cargas, em aeroportos e portos secos, acessos a hidrovias, armazenagem de produtos. (PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA, 2005, p 20)

Além da prática de atração de empreendimentos empresariais de base tecnológica, um outro aspecto importante em que se compõe o setor econômico do município de Araraquara diz respeito ao setor agrícola, que movimenta grande parte da cadeia produtiva local, tendo em vista as culturas tecnificadas de cana-de-açúcar e laranja, ligadas exclusivamente a agroindústria de base exportadora.

A forma como os poderes públicos municipais de Araraquara e Américo Brasiliense encaram o desenvolvimento, utilizando-se de forças centrípetas, exógenas ao território, criam um desajuste com a sociedade, dificultando a construção de um desenvolvimento local capaz de alterar os mecanismos, as

estratégias, utilizados como padrões pela globalização. A esse respeito o processo de descentralização fiscal, econômica e social acabam sendo esquecidos ou, simplesmente, não ganhando usos devidos. A construção de uma participação coletiva se dá pelos diversos segmentos sociais que se institucionalizam no local. A esse respeito, MONTECINOS (2005) destaca,

[...] los procesos de descentralización más avanzados -es decir, con elección directa de las autoridades subnacionales, con capacidad de generar recursos fiscales locales y con gobiernos locales calificados- existen bases mucho más consistentes para generar territorios competitivos y propiciar iniciativas de desarrollo económico local que posicionen de mejor manera a los territorios en la era global. (MONTECINOS, 2005, p. 77).

Acrescenta-se ainda,

Los estudios en esta línea asocian la descentralización con la utilidad que puede tener en distintos aspectos y procesos de la vida social y democrática de los países de la región, como por ejemplo, en la recuperación de la participación social y ciudadana, en la provisión de los servicios sociales, en el fortalecimiento de la gobernabilidad democrática de la sociedad civil y en los movimientos sociales[...].(MONTECINOS, 2005, p. 77).

Contrariamente a essas idéias, as ações das esferas municipais em análise, apresentadas em seus planos diretores, dão noção de uma ação pretérita de desenvolvimento que resulta em efeitos, mas que compromete a essência de um desenvolvimento local, cuja base é a sociedade e sua plena participação nas diretrizes e nos avanços socioeconômicos. Os segmentos sociais são apenas chamados para contemplar um plano de ação construído pelo Estado e por setores ligados ao capital hegemônico local e que, ao ser apenas submetido à população acaba ganhando um caráter “participativo”. Entretanto, nota-se a materialização de um “centralismo autoritário⁴⁵” por parte do Estado e este consorciado com as estratégias de externalidades de desenvolvimento.

Entretanto, a ação estatal, os poderes públicos de Araraquara e Américo Brasiliense, as municipalidades, exercem um duplo papel: mediador das ações de desenvolvimento local com ação institucionalizada e executor de políticas públicas, transformando e atuando, para fazer das cidades um centro de

⁴⁵ Sobre as ideias de centralismo autoritário e práticas urbanas ver Geraldo Serra (1991).

atração de investimentos. Essa postura se mostra bastante contraditória, tendo em vista que a atuação dessas práticas deveria, juntamente com os demais agentes, construir e produzir uma internalidade, procurando valorizar as vocações locais desses espaços que se apresentam de forma única a partir dos preceitos das práticas históricas, culturais, recursos humanos e materiais diferenciados construídas através do tempo.

Visando solucionar, controlar e racionalizar os recursos dos cofres públicos em áreas urbanas produzidas segundo interesses do capital imobiliário, o plano diretor de Araraquara enfatiza a necessidade da criação de redes de integração urbano-regional de cidades, dada sua importância que como sede de sua Região de Governo⁴⁶ e, por outro lado, às relações que se processam com o município vizinho de Américo Brasiliense, em que os tecidos urbanos consolidam um processo de conurbação. Conforme expressa o Plano Diretor nos seus artigos: 32, incisos VIII e IX e 108, incisos de I a V, capítulos de 1 a 4, respectivamente,

VIII – Estimular instrumentos de incentivos e contrapartidas mediante operações consorciadas e consórcios intermunicipais, principalmente em áreas de fronteiras conurbadas entre os municípios de Araraquara e Américo Brasiliense;

IX – Criar condições para o aumento do comércio, consumo e distribuição local da produção e as exportações em âmbito municipal e regional. (PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA, 2005, p. 21).

Art. 108. As redes de integração urbano-regional e territorial, definidas como arranjos institucionais e de políticas públicas para a implementação de instrumentos de planejamento em âmbito municipal e regional, mediante a integração de estratégias e programas fundamentados no desenvolvimento regional sustentável, apresentam a seguinte constituição de objetivos e diretrizes:

I – Redes de Cidades e Polos de Desenvolvimento Urbano-Regional, promovendo ações visando à formação de sistemas de integração e equilíbrio econômico, social, espacial ambiental e institucional;

II – Corredores e Polos de Desenvolvimento Econômico-Produtivo, com estímulo e apoio a formação e integração regional e corredores agroindustriais, agroecológicos, industriais, comércio, serviços e turismo sustentáveis;

III – Rede Estrutural de Mobilidade e Acessibilidade Regional, com estímulo à formação de um sistema de transporte urbano-

⁴⁶ Região de Governo de Araraquara está constituída pelos seguintes municípios: Américo Brasiliense; Araraquara; Boa Esperança do Sul; Borborema; Cândido Rodrigues; Dobrada; Fernando Prestes; Ibitinga; Itápolis; Matão; Nova Europa; Rincão; Santa Ernestina; Santa Lucia; Tabatinga; Taquaritinga; Gavião Peixoto; Trabiçu

regional, proporcionando condições estruturais para o processo de desenvolvimento compartilhado;

IV – Sistemas Urbanos e Regionais de Infraestrutura e equipamentos proporcionando e garantindo condições institucionais e operacionais para a formação de suporte ao desenvolvimento;

V – Sistema Integrado de Gestão Ambiental Regional, criando e consolidando um processo de integração de políticas públicas urbanas e regionais por meio de instrumentos institucionais visando a um desenvolvimento sustentável.

§ 1º Os Planos Diretores de Ações Regionais – PAR, como instrumento de planejamento complementar deve estimular ações de integração ao planejamento regional e urbano, contemplando a constituição e classificação territorial da rede urbana de cidades, no que concerne o diagnóstico e cenários de ações estratégicas de desenvolvimento socioeconômico, de sistemas de infraestrutura e gestão ambiental no âmbito municipal de transporte, mobilidade, acessibilidade e de habitabilidade. [...];

§ 3º Os PAR devem estimular a implantação de uma rede de cidades para a integração e complementaridade do desenvolvimento urbano e regional, por meio de Conselho Regional de Cidades, da Conferência Regional de Cidades de uma Agência de Desenvolvimento Regional, a serem incorporados no Sistema Municipal de Planejamento;

§ 4º Os PAR, como peças normativas de planos diretores regionais devem considerar a articulação e integração específica de instrumentos de planejamento e política urbana referentes a municípios e cidades que apresentam um processo de ordenamento territorial resultante de conurbação urbana, particularmente o Município de Américo Brasiliense, desde que observadas a autonomia institucional, administrativas e identidades regionais entre os municípios de fronteiras urbanas. (PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA, 2005, p. 75-76).

Legalmente, as ações e diretrizes traçadas nos planos diretores possuem como locus de atuação exclusiva um dado município. Entretanto, o plano diretor de Araraquara enfatiza o aspecto regional, dada à importância que esse município exercer como sede de sua região de influência e, por outro lado, às relações que se processam com o município vizinho de Américo Brasiliense, em que os tecidos urbanos consolidam um processo de conurbação.

A ênfase dada ao aspecto regional se mostra salutar e inovadora, visando à integração de políticas públicas voltadas, principalmente, para os setores econômicos. No entanto, o fenômeno da conurbação, destacado no

plano diretor de Araraquara, é encarado somente como um campo de forças para atração de investimentos e acumulação de capital sem uma referência maior a questões no campo da sustentabilidade, tanto social quanto ambiental.

Quando se procura solucionar conflitos relativos a entraves urbanos em áreas de conurbação, deve-se visar a uma ação conjunta dos municípios, havendo a necessidade de primar pela escala de análise regional sobre as escalas locais. As políticas de desenvolvimento urbano devem perpassar a escala regional de modo a equilibrar as diferentes forças de produção e articulação das e nas cidades. Esse equilíbrio regional deve ser a essência da sustentabilidade do planejamento urbano/ambiental, visando a uma compatibilização entre as estruturas econômicas e o meio ambiente natural e construído nas das áreas cujas manchas urbanas encontram-se integradas.

Nessa linha de pensamento, a Constituição do Estado de São Paulo, em seu artigo 153, em seu segundo parágrafo, estabelece a necessidade da organização regional das aglomerações urbanas, no sentido de se promover ações e práticas de articulações e integração urbana em áreas urbanas conurbadas ou em vias de conurbação:

[..]considera-se aglomeração urbana o agrupamento de Municípios limítrofes que apresente relação de integração funcional de natureza econômico-social e urbanização contínua entre dois ou mais Municípios ou manifesta tendência nesse sentido, que exija planejamento integrado e recomende ação coordenada dos entes públicos nela atuantes. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

Nos Planos Diretores de Araraquara e Américo Brasiliense nota-se um descompasso quando analisados em conjunto, não se prevendo ações coordenadas dos entes públicos municipais, a fim de promover um desenvolvimento urbano-regional integrado, especialmente na área de conurbação. A produção de legislação na prática é conduzida segundo os interesses dos governos municipais presentes em cada localidade alternada a cada quadriênio.

A dimensão conceitual torna-se privilegiada determinando setores, instituindo uma visão planejada no processo de urbanização regional, interurbano – rede de cidades – produzindo fatores estruturais no processo de planejamento da desejada transformação das questões urbanas (MALTA CAMPO, 1989). Dessa forma, o fator surpresa e o desinteresse de uma dada

administração podem comprometer todo um processo que se chegar a se materializar irá se desenvolver de forma lenta e gradativa, tendo em vista as dificuldades locais de integração, bem como os aspectos institucionais da legislação brasileira.

4.1.3. Desafios à Gestão da Conurbação em Araraquara e Américo Brasiliense

O processo de urbanização em Araraquara resultou na produção do tecido urbano fragmentado e disperso. Esse fato produziu reflexos no espaço interurbano do município vizinho, Américo Brasiliense. Entende-se dessa forma, que o sistema urbano-regional presente nos dois municípios, se apresenta como claros resultados de políticas urbanas implementadas visando a atender interesses específicos a partir da mobilidade coletiva.

A dispersão urbana, produzida pelos empreendedores imobiliários e associado à ação coadjuvante do poder público local, resultou elevação no preço do solo urbano em Araraquara. Sendo o espaço urbano um direito de todos, essa cidade destinou-se àqueles que pudessem pagar pelo seu uso. Não se pode negar que políticas sociais e parcerias com órgãos de financiamento à casa própria, foram adotadas para garantir o direito e acesso à terra e moradia urbana. O déficit habitacional foi praticamente zerado, no final dos anos 1980. Essa informação pode ser comprovada como base em levantamentos feitos junto aos órgãos administrativos da prefeitura local. As políticas locais para a casa própria, de certa forma, foram eficientes, mas a atração populacional para Américo Brasiliense, com doação e venda de lotes a baixo custo, contribuíram para zerar a falta de moradia. Assim, a “Morada do Sol” tornou-se “Morada do Capital Imobiliário” permanente e sua acumulação e reprodução deram-se em um campo fértil, convertendo a terra urbana em mercadoria com base no jogo dialético estabelecido pelos promotores imobiliários com outros agentes produtores desse espaço. Assim, os excluídos,

parcela da sociedade menos favorecida pelos seus baixos rendimentos, foi sendo atraída, gradativamente, a Américo Brasiliense.

O fenômeno da conurbação, presente entre os tecidos urbanos, nasce no contexto da problemática e disputa pelo acesso à terra urbana. O reconhecimento desse processo materializa-se de maneira visível e os processos socioespaciais em curso parecem ser contemplados por ações legislativas no plano diretor, somente de Araraquara. Tem-se um princípio da institucionalização de uma realidade urbana bastante complexa e desafiadora para as cidades, na busca de um planejamento multi ou policêntrico, que parta do princípio que, conurbação carece de procedimentos e ações únicas e integradas. Assim, deixa-se de entender as cidades conurbadas, apenas no campo da constatação do processo, ou seja, espaços isolados no que dizem respeito às políticas territoriais diversas e alheias àquelas uma das outras. Sejam espaços urbanos compactos ou difusos conurbados ou em vias de, a integração deve ser encarada com base no conceito de cidade-região⁴⁷ ou sistema funcional urbano⁴⁸, cujas relações produtivas, sociais e culturais não são apenas resultados de um espaço urbano que se transborda sobre outro, mas de uma contínua rede de infraestrutura de transportes e comunicação SOARES, 2006.

Nesse contexto, SOARES (2006) considera que a proposta para um “sistema funcional urbano” se

[...] constitui um âmbito de vida, de mobilidade pendular cotidiana e de mobilidade residencial daqueles que vivem em um território urbanizado, *conurbado* [grifo nosso], que se estende por até dezenas de quilômetros [...] correspondem a mercados de trabalho e de serviços geograficamente distintos, mas que ao serem formados por diferentes centros articulados por sistemas de transporte e comunicações rápidos, equivalem à escala do município em históricos períodos anteriores. (SOARES, 2006, p.351).

⁴⁷ O conceito de cidade-região mostra-se bastante relevante para o entendimento das áreas conurbadas, sejam elas áreas metropolitanas ou não-metropolitanas. No entanto, adota-se nesta pesquisa o aspecto da aglomeração urbana, que mesmo não compondo uma entidade federativa brasileira, busca a gestão de funções urbanas comuns entre municípios com áreas urbanas conurbadas ou em processo.

⁴⁸ SOARES (2006) traz a discussão do tema *sistema funcional urbano* a partir de estudos desenvolvidos por Giuseppe Dematteis. DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, 1998. p. 17-33.

A importância dada às vias regionais de circulação são marcos estratégicos para a consolidação da urbanização, dos vetores de crescimento urbano e para a formação da conurbação. Mais do que um mero estudo da constatação da conurbação entre Araraquara e Américo Brasiliense faz-se necessário pensá-las como uma aglomeração urbana⁴⁹, cujos deslocamentos produzidos no interior de cada espaço são reflexos de uma integração regional pretérita, materializada, fundamentalmente, pelas vias regionais de circulação. Possibilitando à interação de funções urbanas, bem como ações complementares de integração econômica, social, serviços públicos de interesse regional etc. A localização e o movimento, ou seja, os fluxos, materiais e imateriais, pressupõem uma prévia articulação entre ambos que sai do campo teórico e se materializa empiricamente através dos deslocamentos de pessoas, veículos, mercadorias, serviços, conhecimento, tecnologia etc.

A esse respeito a tabela 10, demonstra os deslocamentos de passageiros na linha suburbana entre Araraquara e Américo Brasiliense fornecido pela empresa prestadora do serviço. Muitos dos passageiros, quando perguntados a respeito do porquê do deslocamento de Américo Brasiliense para Araraquara, respondiam vários motivos, entre eles: trabalho, estudo (ensino superior), serviços sociais (Agência da Previdência Social - INSS⁵⁰), compras no comércio central e nos finais de semana em shopping centers (em Araraquara há dois desses centro de compras somando um total de 86 estabelecimentos comerciais, incluído: cinemas e supermercados). Já no trajeto contrário, a ida a Américo Brasiliense, além do retorno das atividades desenvolvidas na cidade vizinha, a procura por serviços médico-hospitalares especializado nos hospitais: Estadual de Américo Brasiliense e Nestor Goulart Reis.

⁴⁹ Nos aspectos tratados da conurbação entre Araraquara e Américo Brasiliense, o conceito de aglomeração urbana aplica-se a uma área não-metropolitana. O aspecto legal da aglomeração urbana que deve ser realizado por meio de lei complementar, fundamentada em estudos técnicos que comprovem a existência dos requisitos exigidos e da realização de audiência junto aos municípios interessados.

⁵⁰ Instituto Nacional de Seguridade Social, do Ministério da Previdência Social, para encaminhamentos de aposentadoria, auxílio doença, acidente de trabalho, licença maternidade, auxílio reclusão e outros serviços.

Tabela 10 - Quantidade de Passageiros Transportados entre Américo Brasiliense - Araraquara, mês a mês, no período de 2007 e 2008.

	2007	2008
Janeiro	86.534	104.252
Fevereiro	85.914	101.062
Março	99.049	118.059
Abril	95.169	110.304
Maio	97.485	107.955
Junho	89.013	113.027
Julho	88.369	105.546
Agosto	88.633	117.862
Setembro	88.869	110.364
Outubro	109.599	120.391
Novembro	99.719	103.394
Dezembro	97.368	109.684

Fonte: EMPRESA CRUZ, 2009.

Os deslocamentos e a circulação, descritos anteriormente, são de fato elementos inquestionáveis dessa integração do conjunto das cidades que se fortalecem e se solidificam com a adoção de um desenvolvimento, não apenas no campo econômico: atração de indústrias, parques empresariais etc., mas também, mas urbano, educacional, jurídico, administrativo e político, mas não partidário. Enfim, algo que seja pleno e que resulte em melhora na perspectiva de condições equânimes e de justiça social.

No campo educacional, tabela 11, o grande número de instituições atuando no ensino superior se apresenta como um fator de expressiva centralidade urbana em Araraquara, seja na relação direta com Américo Brasiliense, aglomeração urbana, seja com outros municípios da hinterlândia. Possuindo cinco universidades/faculdades, sendo uma pública e quatro privadas, a cidade conta com um total de sessenta e oito cursos de graduação em todos os campos do conhecimento, vários cursos de especialização e pós-graduação: lato e stritu sensus.

Tabela 11 - Faculdades que oferecem Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Araraquara -2009

Universidades	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-Graduação	
		Lato Sensu	Stritu Sensu
Centro Universitário de Araraquara - UNIARA	29	23	02
Universidade Paulista - UNIP	24	20	05
Universidade Estadual Paulista - UNESP	08	08	13
Faculdade Savinitti	01	*	*
Faculdades Integradas de Araraquara - FIAR	07	05	*

* Não há/não consta

Fonte: MEC, 2009.

A título de comparação e a necessidade de entendimento da intensidade da integração, no contexto da formação e consolidação da aglomeração urbana, em especial Araraquara – Américo Brasiliense, focos desta pesquisa, elencaram-se seis sedes de municípios, escolhidas aleatoriamente, mas com o mesmo tamanho populacional de Américo Brasiliense, variando entre dez mil habitantes para mais ou para menos, para se verificar as condições de vida através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-PAULISTA), bem como a Renda per Capita. Nesse sentido, identificam-se as perspectivas de desenvolvimento frente ao processo de conurbação, resultando no final em condições e situações de melhoras ou pioras no quadro dos ganhos financeiros e sociais quando uma ou mais cidades passam a estarem integradas ou não, como indica as tabelas 12 e 13.

Tabela 12 - Renda per Capita Municipal para os Anos de 2002, 2004 e 2006 (Em Reais).

	2002	2004	2006
Estado de São Paulo	13.258,84	16.157,79	19.547,86
Araraquara	11.056,11	11.790,99	15.534,52
Américo Brasiliense	9.456,02	8.237,59	11.033,27
Casa Branca	11.993,57	12.351,08	16.176,15
Cravinhos	6.439,40	7.340,95	10.185,01
Descalvado	11.303,14	14.541,00	19.039,76
Guariba	12.033,48	9.024,32	9.073,37
Itápolis	11.257,46	10.814,97	13.138,93
Monte Alto	9.163,12	11.732,42	14.591,30

Fonte: Fundação SEADE, 2009.

Tabela 13 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Ranking dos Municípios para os Anos de 2002, 2004 e 2006.

	1980		1991		2000	
	IDH	Ranking dos Municípios	IDH	Ranking dos Municípios	IDH	Ranking dos Municípios
Estado de São Paulo	0,728		0,773		0,814	
Araraquara	0,755	06	0,789	20	0,830	33
Américo Brasiliense	0,711	171	0,755	111	0,788	256
Casa Branca	0,710	179	0,749	143	0,810	105
Cravinhos	0,699	248	0,755	111	0,815	83
Descalvado	0,745	24	0,780	35	0,820	59
Guariba	0,674	343	0,709	376	0,756	497
Itápolis	0,725	97	0,727	267	0,785	280
Monte Alto	0,741	35	0,766	57	0,813	92

Fonte: Fundação SEADE, 2009.

A situação verificada em Américo Brasiliense para os aspectos social e econômico indicam que no decorrer do processo de conurbação a posição do município em relação aos demais, piorou. Entretanto, Araraquara se manteve na liderança. Tal fato é destacado no sentido de não existir uma ação conjunta, visando a melhorar as condições de vida e potencializar a renda per capita.

A conurbação que deveria resultar em ganhos e melhoras para as cidades envolvidas no processo, resulta, pelo contrário, em uma integração contraditória, entre o espaço “ganhador” e o espaço “perdedor” de condições de vida e renda. A força do dinamismo urbano está em Araraquara, com os setores econômicos consolidados e na constante busca por investimentos externos, em especial pela política de atração de empresas. A canalização de recursos gerados em Américo Brasiliense, ou ainda em cidades de pequeno porte e em seu entorno, é real, a atração de pessoas para o comércio em busca de serviços e produtos especializados e com variedades, faz de Araraquara um importante centro regional.

Por outro lado, a falta de um plano de desenvolvimento regional comum, faz aumentar as disparidades entre as cidades, chegando à conclusão de que a conurbação nesse caso, tem resultado na segregação da pobreza em Américo Brasiliense, com reflexos espaciais, tendo como comparativo o rendimento nominal mensal dos responsáveis pelos domicílios, por setor censitário em cada cidade, conforme as figuras 19 e 20. Verifica-se nitidamente que em Américo Brasiliense se concentra grande parte do contingente

populacional com renda inferior a dois salários mínimos⁵¹. Existe, em Araraquara, esse mesmo perfil de pessoas com baixos rendimentos, mas no contexto geral nota-se um aumento significativo das demais categorias de renda. Por outro lado, faz-se necessário destacar ainda que, parte desses rendimentos são destinados a quitação dos imóveis, tendo em vista os financiamentos assumidos para aquisição da casa própria (Figura 21 e 22).

Tanto em Araraquara quanto em Américo Brasiliense a situação dos baixos rendimentos se apresentam como resultado da baixa escolaridade (figuras 23 e 24) e do despreparo educacional para o mercado de trabalho. Isso acarreta um tipo de serviço a ser desempenhado pelo indivíduo que conjuga uma relação perversa de muito trabalho físico, maioria das vezes no setor citrosucroalcooleiro, boias-frias, e pouco ganho. A situação é mais delicada em Américo Brasiliense, sendo que o índice de analfabetismo da população de quinze anos ou mais é 10,18%, segundo a Fundação SEADE, contribuindo para a produção e reprodução das condições de trabalho, além de excluir de quaisquer condições e oportunidades de trabalhos com maior remuneração.

Quando se verificam os dados de analfabetismo para outras áreas, a fim de se estabelecer um paralelo com os dados de Américo Brasiliense, em especial: Araraquara, a Região Administrativa Central e o Estado de São Paulo onde as taxas de analfabetismo são melhores, mas muito distantes do ideal, sendo: 5,2%, 7,79% e 6,64% respectivamente.

⁵¹ O salário mínimo destacado aqui tem como referência o ano de 2008, com valor pago de R\$415,00 através da Lei 11.709/2008, publicado no Diário Oficial da União em 20.06.2008.

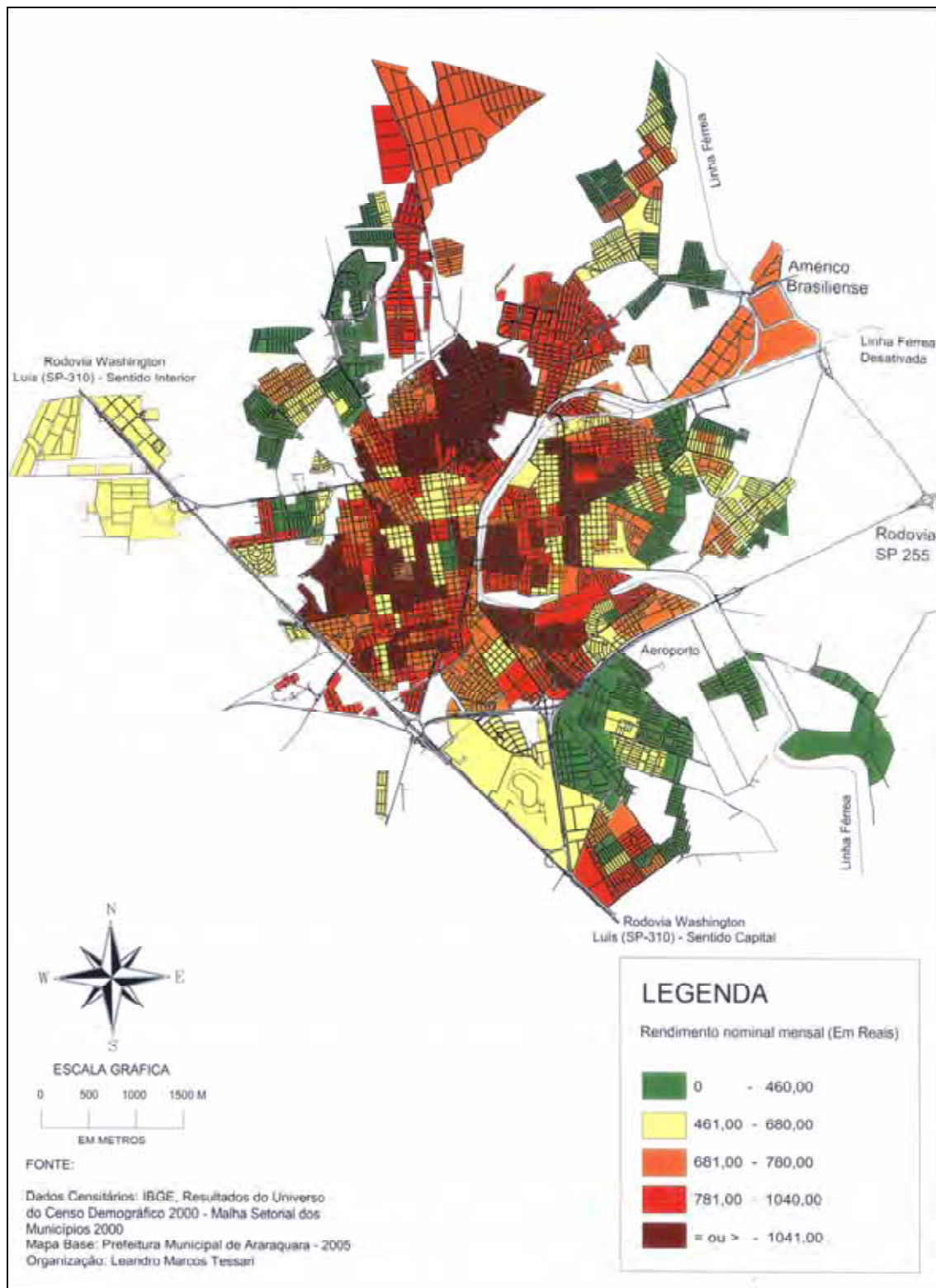


Figura 19 - Rendimento Nominal Médio Mensal, Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes em Araraquara (Em Reais)

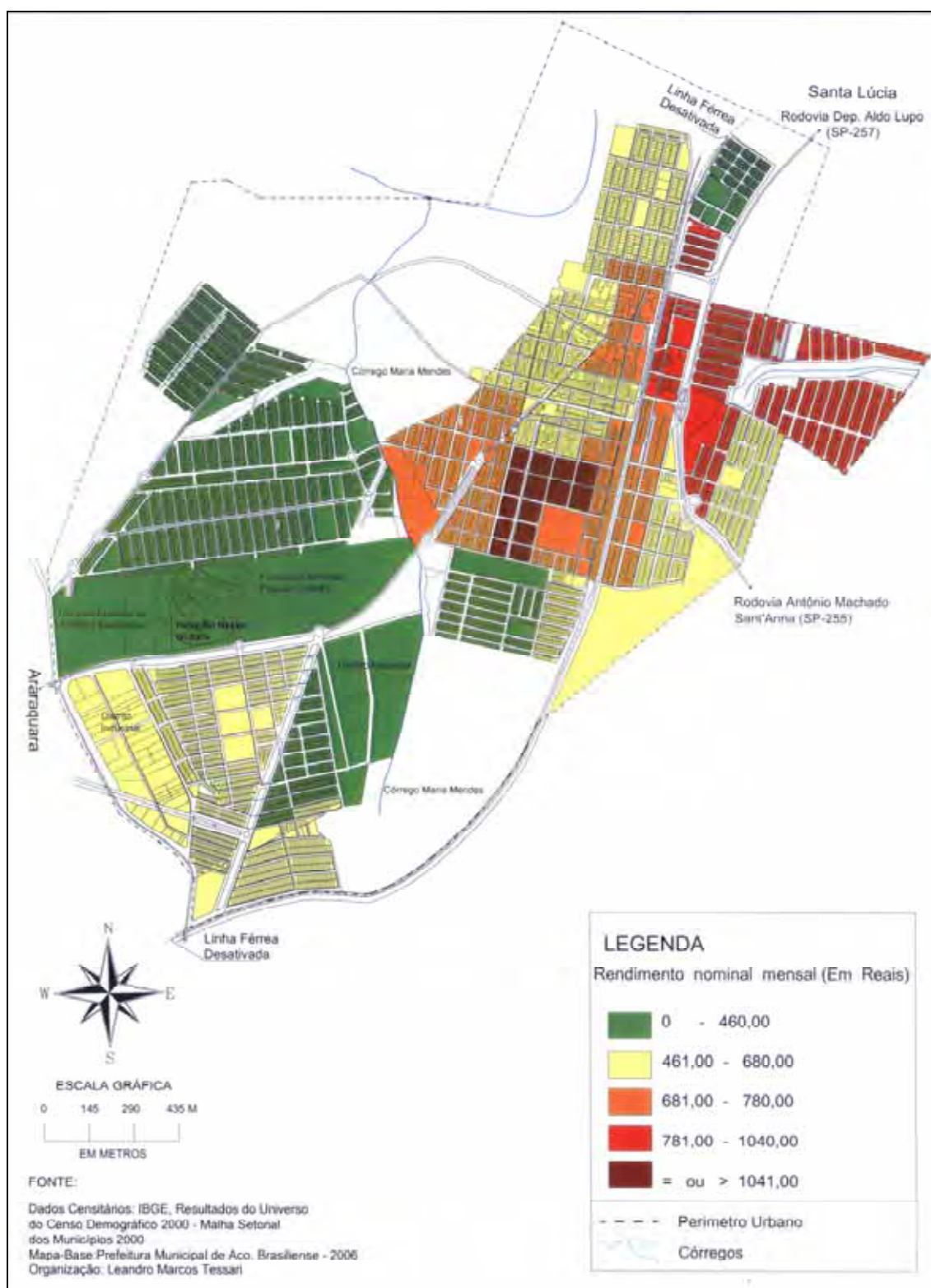


Figura 20 - Rendimento Nominal Médio Mensal, Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes em América Brasileira (Em Reais)

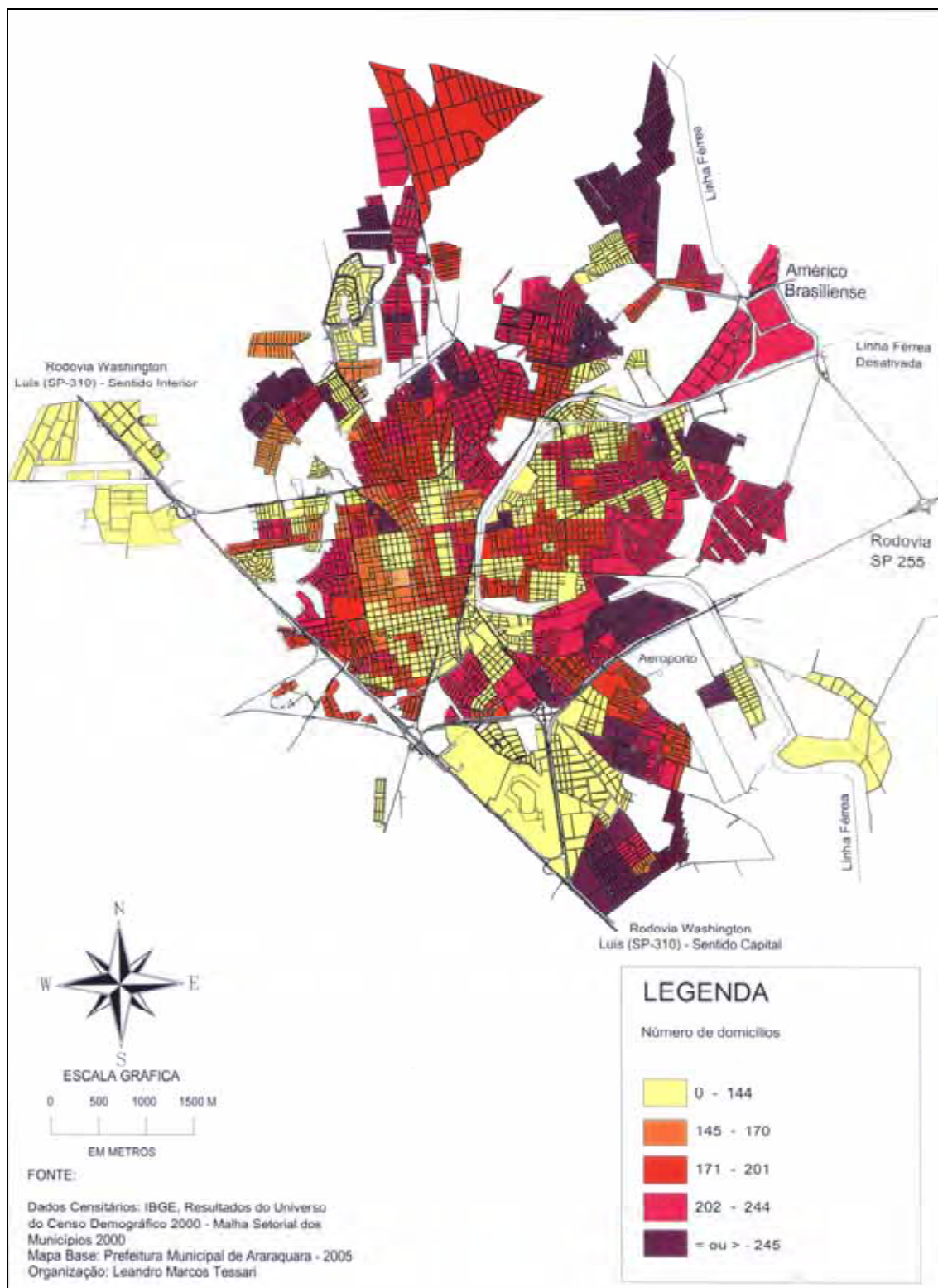


Figura 21 - Domicílios Particulares Próprios em Aquisição para Araraquara

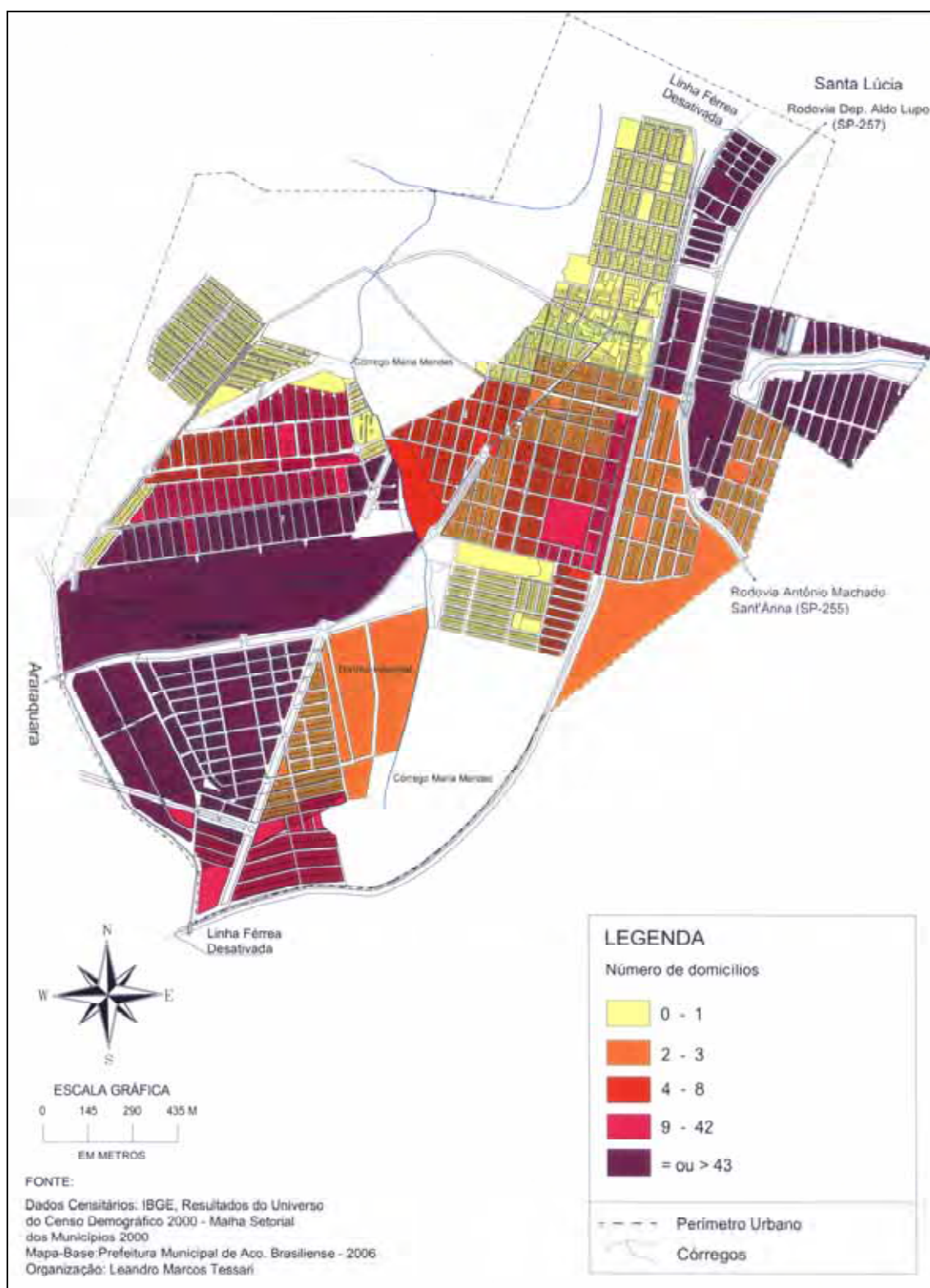


Figura 22 - Domicílios Particulares Próprios em Aquisição para Américo Brasiliense

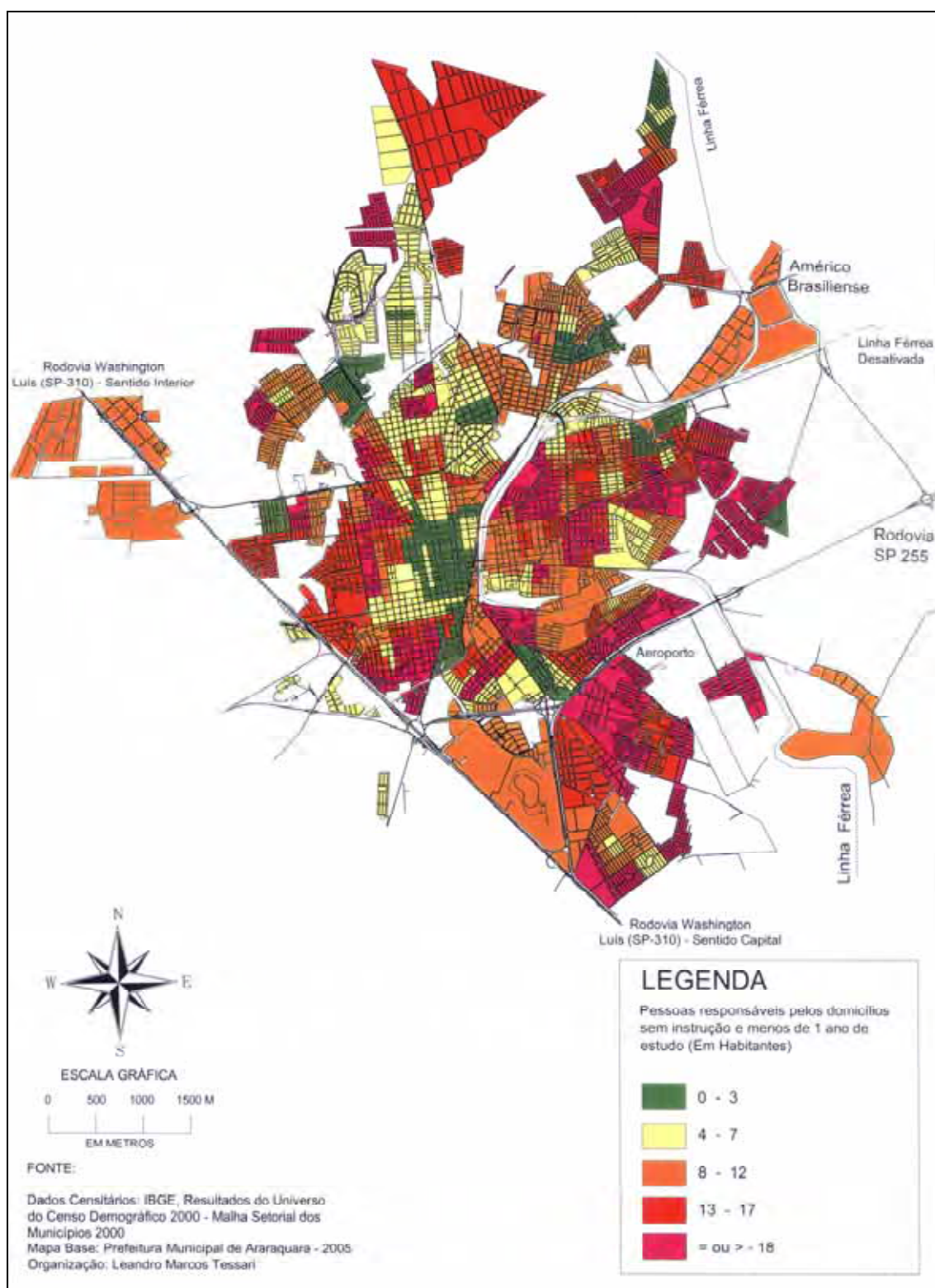


Figura 23 - Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes, sem instrução e menos de 1 ano de estudo em Araraquara

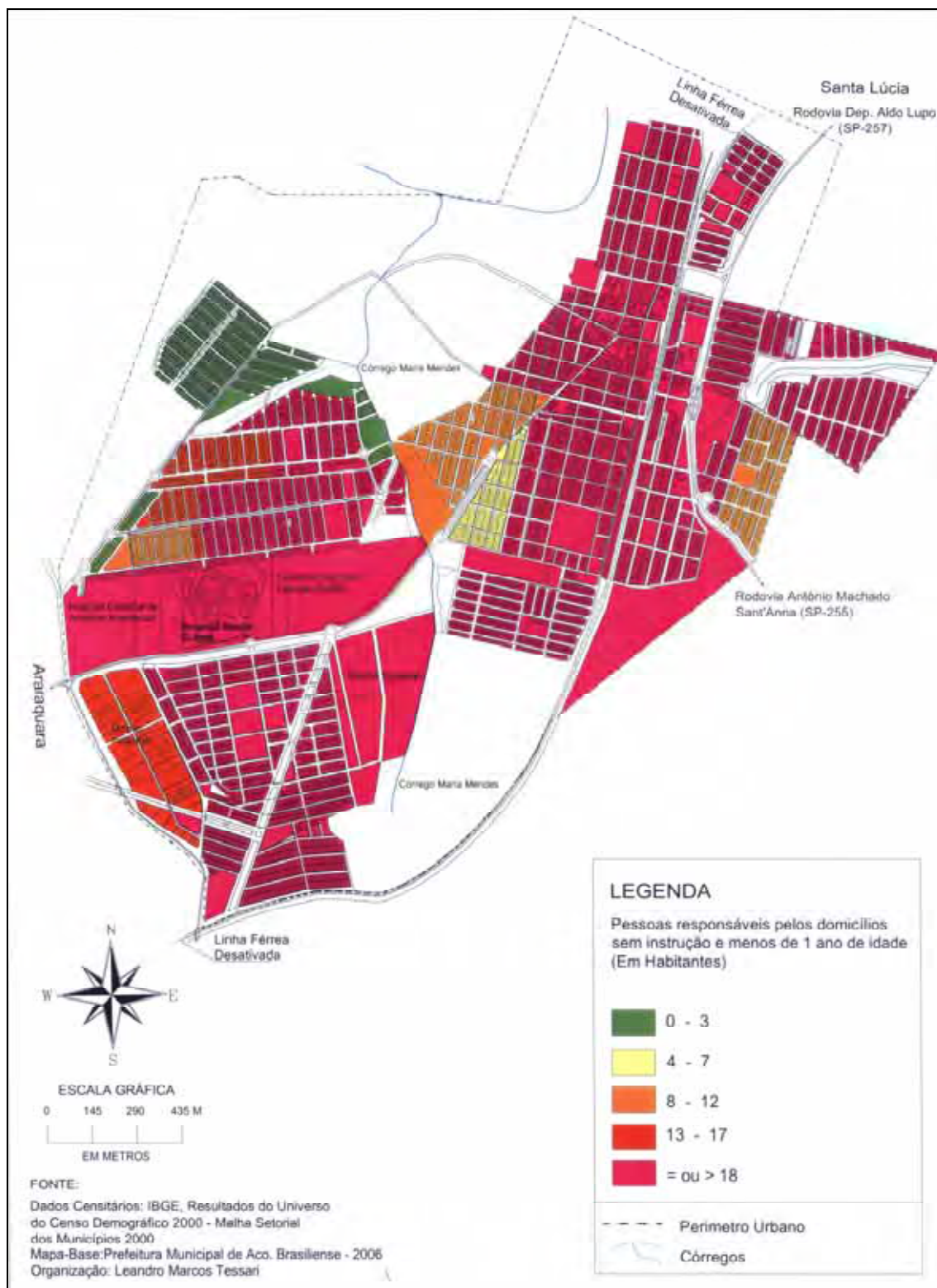


Figura 24 - Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes, sem instrução e menos de 1 ano de estudo em América Brasileira

Os serviços de limpeza pública, o destino do lixo coletado, por domicílio em cada setor censitário contribuem para análise dos padrões de qualidade vida e promoção da saúde pública. A cidade de Américo Brasiliense possui atendimento de coleta de lixo, sendo realizados em dias alternados em cada um dos bairros. O descarte do lixo coletado em Américo Brasiliense ocorre no aterro sanitário no município vizinho de Araraquara que, além de receber os detritos das duas cidades mencionadas, recebe também o lixo coletado nos municípios de Santa Lúcia e Rincão. Segundo informações coletadas, o aterro sanitário de Araraquara está na sua capacidade máxima, sendo lacrado por determinação do Ministério Público, o que levaria as administrações públicas envolvidas agirem imediatamente. Dois caminhos estão sendo tomados, em um primeiro momento, de caráter emergencial, a contratação de empresa que fará o transbordo do lixo para outro aterro. Uma das possibilidades é que os quatro municípios depositem o lixo no aterro particular de Guataparã, a cerca de 50 km de Araraquara. O segundo momento é a consolidação de um consórcio regional de municípios para a construção de um aterro sanitário, com recursos repassados pela FUNASA⁵² para o setor de saneamento básico.

Por outro lado, os custos operacionais da coleta de lixo em Araraquara, não é resultado da falta ou precariedade da coleta de lixo urbano, mas pelo excesso de áreas vazias que foram sendo produzidas no decorrer da evolução do tecido urbano dessa cidade. As figuras 25 e 26 apresentam de forma espacial esse processo e no caso de específico, em Araraquara os vazios urbanos promovem um gasto público desnecessário levando serviços de infraestrutura, no caso coleta de lixo, à áreas dispersas e com baixo índice de ocupação populacional (figura 14).

⁵² Ligada ao Ministério da Saúde, a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) dispõe de um orçamento anual de R\$ 1,1 bilhão, que pode ser aplicado em projetos municipais de saneamento.

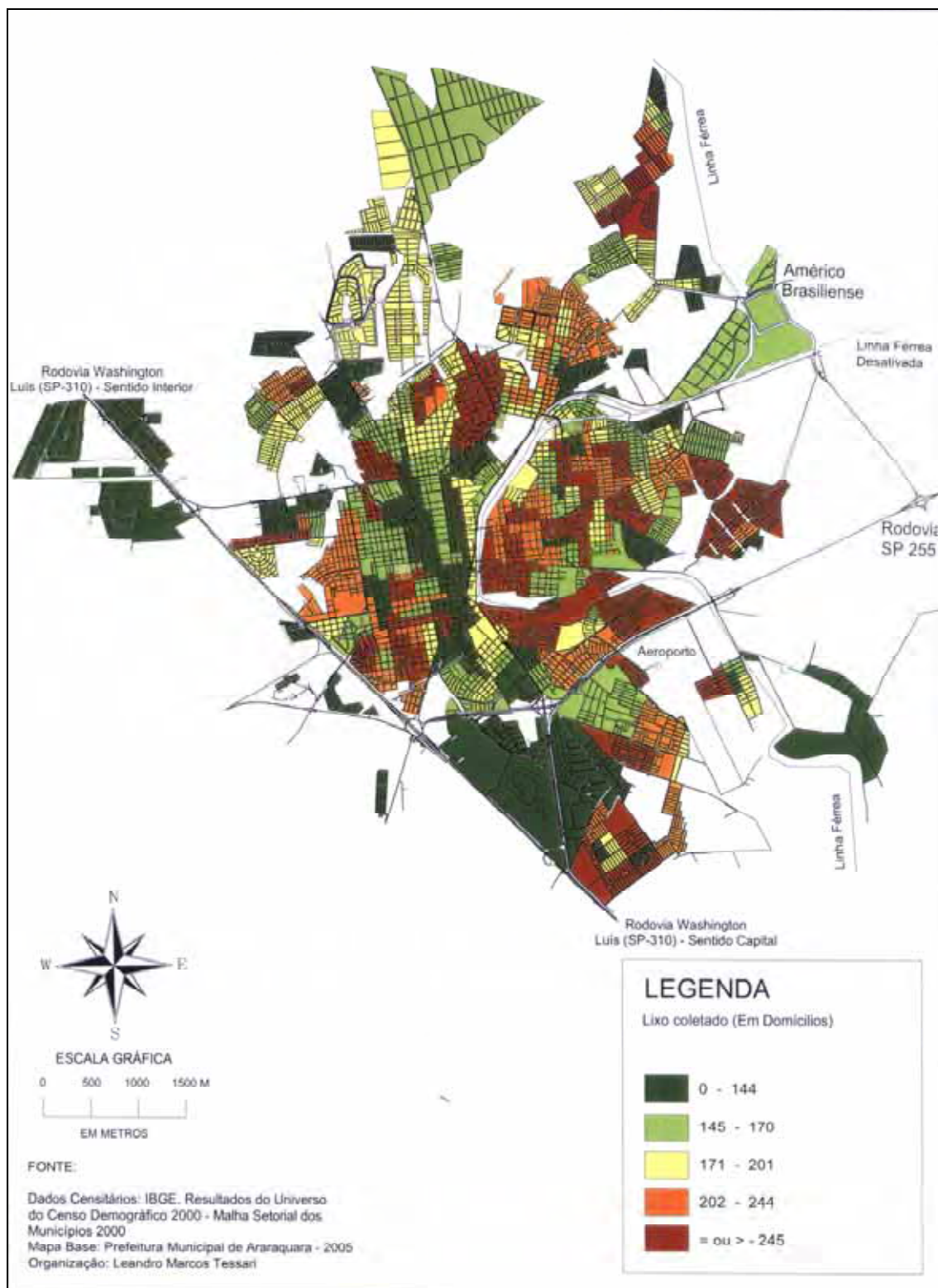


Figura 25 – Coleta de lixo em Araraquara

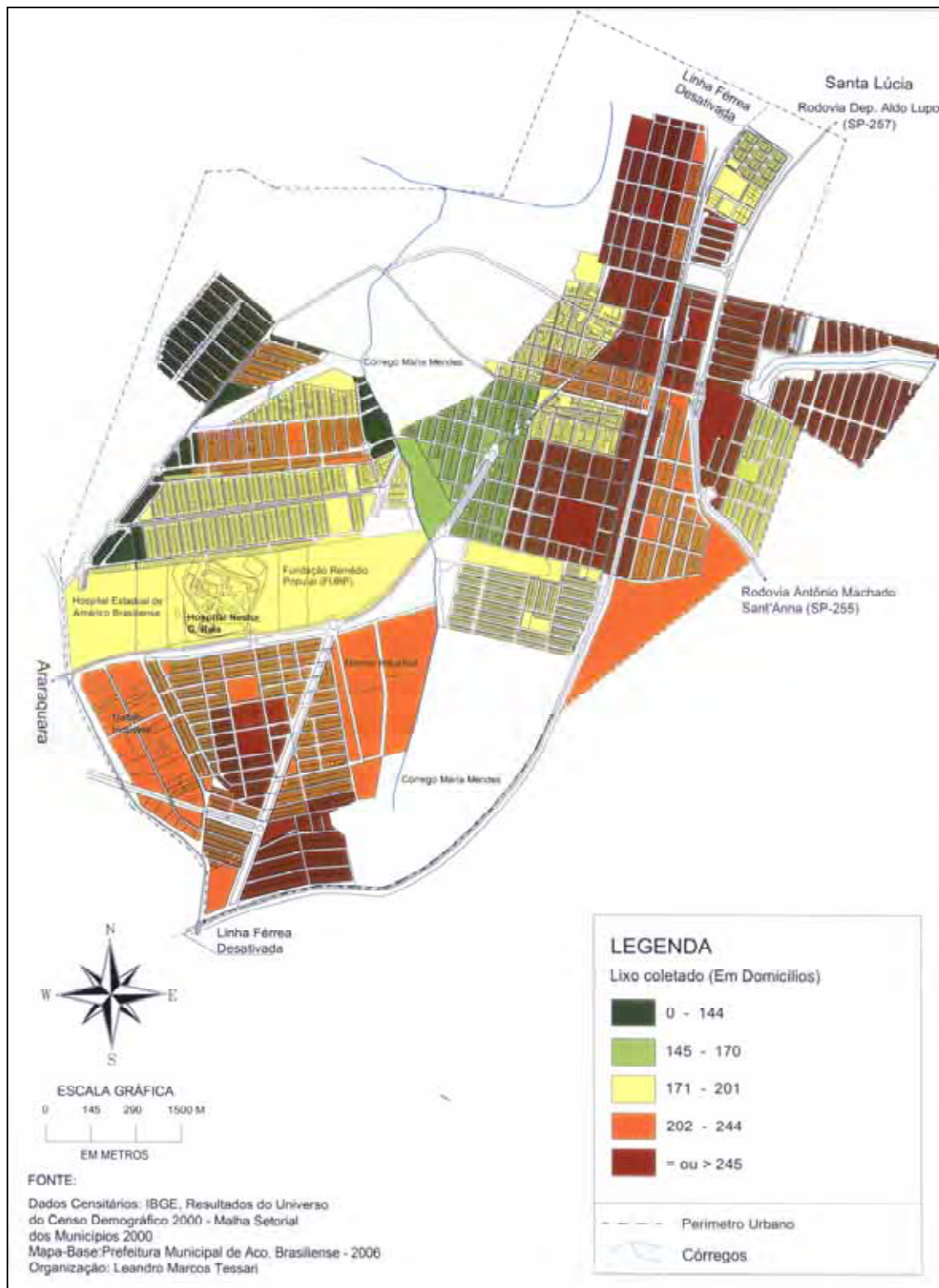


Figura 26 – Coleta de lixo Américo Brasiliense

Essas situações destacadas colocam uma série de desafios para a promoção da gestão urbana voltada à aglomeração urbana, cidade-região, de Araraquara e Américo Brasiliense, priorizando a solução das dificuldades sociais a fim de promover um incremento no ganho financeiro para ambas as cidades. Comungamos das idéias de SOARES (2006) que a integração da cidade-região passa por um grande desafio, seja no aspecto institucional por força da legislação maior, que não prevê uma coalisão, para não usar concentração de poderes ou a criação de uma unidade de gestão autônoma que atenda e contribua para a gestão urbano-regional, como também nos aspectos; “políticos, econômicos, sociais e ambientais” (SOARES, 2006, p. 361).

Assim,

[...] a montagem de um sistema de planejamento para a aglomeração, *conurbação grifo meu Araraquara-Américo Brasiliense*, exigirá esforços e recursos com os quais os seus municípios dificilmente poderão arcar sem a participação das demais esferas de governo e , até mesmo, de canais de financiamento disponíveis nos organismos internacionais. (SOARES, 2006, p. 362).

A mudança, isto é, uma ruptura no paradigma do ato de administrar áreas conurbadas como se fossem isoladas, deve passar inicialmente para uma mudança de cunho territorial, entendendo o conjunto como um todo. Ações pontuais não contemplam a dimensão do problema, apenas prolonga avolumando-se às dificuldades complexas. Nesse contexto, faz-se necessário trazer à baila uma análise há muito tempo marginalizada na geografia brasileira, o aspecto da região debatida por KAYSER, Bernard et al em 1980, quando destaca a reflexão do também francês Pierre Carrère, página 282 “[...] a região é sempre o instrumento ou o âmbito de dominação”. Assim sendo, a geografia urbana brasileira deve debruçar-se sobre essa perspectiva, criando condições para o estabelecimento de debates acadêmicos para a materialização de um sistema de “governo e políticas de rede” (SOARES, 2006, p. 361) às cidades-regiões que estão se consolidando em diferentes espaços com realidades diversas no contexto das regiões brasileiras.

Posteriormente, ao se verificar os dados que contribuem à análise e comprovação da real integração inter-intra urbana, social, econômica de

Araraquara e Américo Brasiliense, salienta-se a dificuldade de compreensão das relações espaciais verificadas em estudos desenvolvidos por economistas e geógrafos. Recentemente, duas pesquisas publicadas procurando estudar a rede urbana brasileira e paulista, sendo a primeira desenvolvida em parceria entre IPEA, IBGE e UNICAMP, intitulada *Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira* e a segunda a tese de Livre-Docência da Maria Encarnação Beltrão Spósito (2004), fazem uma análise limitada a respeito da Aglomeração Urbana Não-Metropolitana de São Carlos e Araraquara. Nas duas pesquisas, os autores desconsideram a existência dos municípios de Américo Brasiliense, ligação direta com Araraquara, e Ibaté, cidade dormitório integrado a São Carlos.

No campo do embasamento teórico as pesquisas são bem fundamentadas e articuladas quanto às discussões, métodos e metodologias, mas ficam apenas restritas ao gabinete e à coletânea na academia, pois no contexto real das discussões e contribuições para o planejamento e gestão das aglomerações não-metropolitanas, cometem equívocos e não respondem às reais necessidades dos estudos com base na dinâmica urbana pautados nos aspectos socioespaciais, econômicos, e políticos.

Segundo o estudo produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (IPEA/Nesur/IBGE, 1999), três critérios são estabelecidos para a compreensão e análise da integração da rede urbana em uma aglomeração urbana, seja em qualquer escala do processo de urbanização. Assim, tem-se

os critérios geográficos constituem no tamanho da cidade central (ou cidades centrais) e na densidade demográfica do núcleo e do seu entorno; os critérios relativos à estruturação referem-se ao caráter urbano das atividades econômicas desempenhadas pela população e os critérios de integração referem-se ao deslocamento diário de população entre o(s) núcleo(s) e a periferia da aglomeração. (IPEA/NESUR/IBGE, 1999, p.34)

Por outro lado, ao traçar as bases fundamentais para o desenvolvimento do estudo o IPEA/NESUR/IBGE estabelecem ajustes para se incorporar com clareza definitiva os aspectos da aglomeração urbana. Sendo que

a inclusão de municípios situados no entorno de algumas aglomerações, que, embora não preencham os critérios

estabelecidos, podem ser incorporados ao conjunto da aglomeração, considerando o princípio de integração. [...]. No que diz respeito à classificação das aglomerações urbanas [...] levou-se em consideração: a centralidade; a existência de processos de conurbação e/ou de intensa inter-relação e integração de atividades e funções. (IPEA/NESUR/IBGE, 1999, p.35)

Os aspectos apresentados na pesquisa desenvolvidos pelo IPEA/NESUR/IBGE para a formação da aglomeração urbana, em especial entre São Carlos e Araraquara, mostram-se bastante vagos, pois levam em consideração aspectos numéricos e não as relações intraurbanas e os deslocamentos e integração entre os núcleos, contrariando os princípios norteadores propostos, inicialmente, na pesquisa. A proposta para a formação da aglomeração urbana não-metropolitana de São Carlos/Araraquara, embasa-se somente nas relações entre os dois municípios, o que não se apresenta como verdadeira. A aglomeração não-metropolitana de São Carlos/Araraquara somente pode ser constituída a partir do instante em que houver a consideração da integração dos municípios de Américo Brasiliense e Ibaté, ligação direta com Araraquara e São Carlos, respectivamente.

A título de ilustração a figura 27, fornece elementos cartográficos ao entendimento da aglomeração urbana não-metropolitana de São Carlos/Araraquara. Entretanto, fez-se necessário produzir alterações no modelo adotado pelo IPEA/NESUR/IBGE, pois a base territorial, fornecida pelo IBGE (1991), estava desatualizada, tendo em vista a emancipação político-administrativa do distrito de Motuca em 1990 de Araraquara.

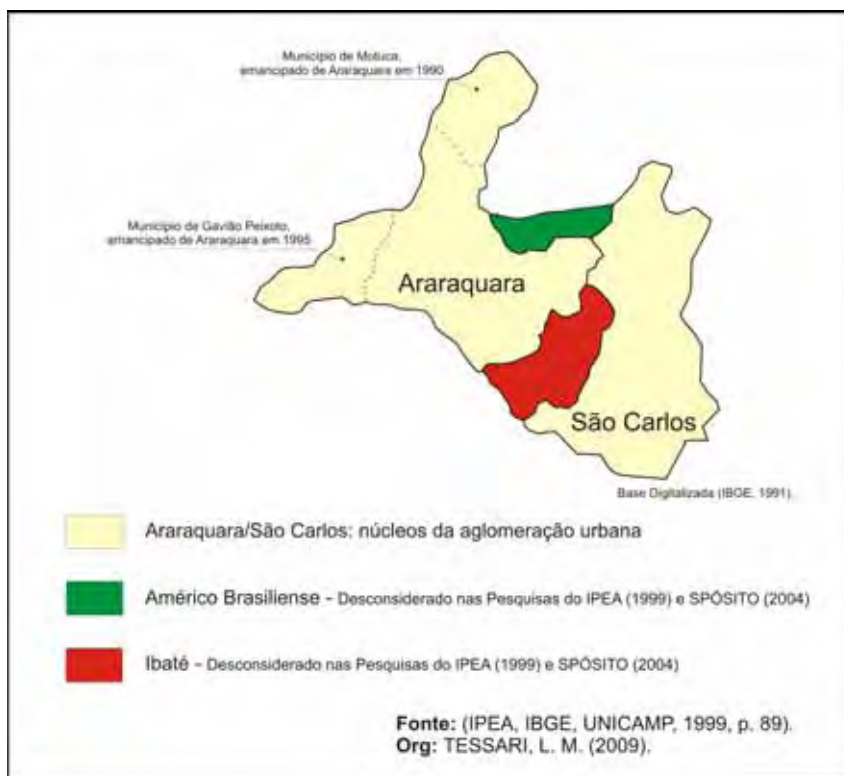


Figura 27 - Análise Produzida Pelo IPEA (1999), seguida por SPÓSITO (2004) a respeito da Aglomeração Não-Metropolitana de São Carlos-Araraquara.

Já o estudo de SPÓSITO (2004) poderia ter proporcionado uma análise mais completa e atualizada da dinâmica urbana presente no que intitula de aglomeração urbana não-metropolitana de São Carlos/Araraquara, tendo em vista a evolução dos dados, bem como o fortalecimento dos laços de integração no entorno regional da aglomeração urbana. Acrescenta ainda que

a aglomeração não-metropolitana de Araraquara/São Carlos é composta por um pequeno número de núcleos urbanos, [...] o que se nota é um comando das aglomerações orientado por relações de complementaridade, mas também de competição, entre as duas cidades mais importantes que as compõem. Os dados demográficos ajudam a entender como estão se estruturando essa aglomeração. Em primeiro lugar, destacamos o fato de ser composta por núcleos urbanos de apenas dois municípios. Em segundo lugar, as distâncias entre eles ainda são significativas e a aglomeração, do ponto de vista morfológico, não se constituíram. No caso de Araraquara / São Carlos, o crescimento de São Carlos vem se destacando nos últimos vinte anos e as duas cidades se equiparam demograficamente, o que justifica a denominação da aglomeração. (SPÓSITO, 2004, p. 155).

Novamente, percebe-se uma perda no foco do entorno regional e, conseqüentemente, uma análise restrita e pouco detalhada na riqueza das

integrações urbanas e geográficas. No entanto, a única diferenciação que há entre o trabalho produzido pelo IPEA/NESUR/IBGE (1999) e SPÓSITO (2004) ocorre apenas na alteração do layout da base cartográfica (imagens de satélites), excluindo as cidades no entorno a Araraquara e São Carlos, sendo que a integração da proposta de aglomeração urbana não-metropolitana da autora deveria ocorrer passando pelos municípios de Américo Brasiliense e Ibaté.

5. CONCLUSÕES

A expansão do tecido urbano de Araraquara e Américo Brasiliense, favorecendo o processo de conurbação, teve início a partir da década de 1990, resultado de uma somatória de fenômenos produzidos em décadas anteriores, em especial o processo de interiorização do crescimento urbano-industrial, o deslocamento populacional e às práticas dos poderes públicos locais, a serviço do capital imobiliário e dos empreendedores que operam esse sistema. O acelerado aumento da população urbana, nas áreas de estudo, tem sido acompanhado por um grande aumento na demanda de áreas urbanas, voltadas ao uso residencial, comercial ou industrial. Essas demandas, inicialmente, indicaram um acelerado crescimento urbano em Araraquara, o que na prática espacial urbana, resultou na produção excessiva de vazios urbanos, elevando os custos de operação dos serviços públicos, infraestrutura do município.

Por outro lado, a prática de atração populacional, inicialmente presente em Araraquara, pelo poder público de Américo Brasiliense, resultou na melhor de suas receitas com base no Fundo de Participação dos Municípios, porém, esses repasses têm sido destinados a atender necessidades de despesas correntes do poder público municipal. Assim, nota-se que os índices de desenvolvimento humano do município é bastante insatisfatório e, estando localizado em umas das regiões mais ricas do estado de São Paulo. Elevado índice de analfabetismo, analfabetos funcionais que desempenham funções em serviços com muito trabalho e pouco rendimento, faz dessa cidade um bolsão de pobreza, como sendo um transbordamento da periferia de Araraquara que se institucionalizou territorialmente por força dos interesses do capital imobiliário e pela subserviência do poder público em prol do sistema de acumulação capitalista local.

O processo de conurbação parece não existir perante os olhos dos poderes públicos, na busca de soluções integradas e eficientes para os municípios de Araraquara e Américo Brasiliense. Cada município possui seu plano de ação sobre seu espaço, esquecendo-se de que o desenvolvimento urbano/ambiental deve estar atrelado de maneira conjunta com as práticas adotadas pelos vizinhos. A única proposta corresponde a um conjunto de leis

presente no Plano Diretor de Araraquara, mas que até o presente momento não se consolidou em ações práticas ou até mesmo em políticas públicas integradas frente às reais necessidades da população presente em ambas cidades em discussão. Esse planejamento cidade-região, voltado para as áreas conurbadas, deve atender aos anseios dos municípios envolvidos, com políticas de ações que consolidem a unidade e práticas comuns.

Assim, uma plena política de desenvolvimento urbano deve observar os efeitos regionais do processo de desenvolvimento. Deve-se procurar somar e atuar de forma integrada, do contrário abra-se espaço para a produção de uma verdadeira “colcha de retalhos” de ações. Enfraquece a unidade e propicia uma exploração concorrente dos espaços e das cidades conurbadas, com ações difusas em que os únicos beneficiados serão os agentes que provem uma não unidade espacial. Outro aspecto que deve ser destacado quanto a necessidade de se pensar e atuar a respeito da consolidação do planejamento urbano, para as áreas conurbadas ou em processo de conurbação, é pensar a teoria e a prática, fundamentadas na coletividade regional. As ações dos poderes públicos envolvidos devem ser norteadas pela efetivação do planejamento à aglomeração urbana plena, resultando em uma mudança social positiva e que possa levar à construção de um espaço urbano que não negiem o direito de pertencimento e uso da cidade pelos indivíduo, bem como parcelas da coletividade.

Na construção do planejamento da cidade-região, as áreas urbanas devem compreender inicialmente que as cidades não são formadas apenas por seus elementos materiais, que não se constrói uma cidade apenas com a pedra e o tijolo. As formas de organização interna das cidades, isto é, a forma como se produz, o uso que dá aos materiais, o nível de desmaterialização de suas atividades e de sua contribuição para a conservação dos recursos naturais são de fundamental importância.

6. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, R. H. P. L. **Capital comercial, agricultura e indústria têxtil**. São Paulo: Hucitec, 1983.

ALMEIDA, E. P. de **A metropolização –** periferação brasileira no período técnico-científico-informacional. 2000. 189f. Dissertação (Mestrado em geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVEZ-MAZZOTTI, A. J.; GEWANOSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e Perspectiva do Papel das Cidades Médias no Planejamento Urbano e Regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. 393p.

AZZONI, C. R. **Indústrias e Reversão da Polarização no Brasil**. São Paulo: FIPE/USP, 1986.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991. 201p.

BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. **Estrangeiros em São Paulo: dados demográficos**. Campinas: [s/d]. CD-Rom.

BRAGA; R. Cidades Médias e Aglomerações Urbanas no Estado de São Paulo: Novas Estratégias de Gestão Territorial. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, 2005.

BRAGA, R. Região e Gestão Metropolitana no Final do Século XX: uma análise do caso paulista (limitações e avanços). In: **Anais do VI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Presidente Prudente: AGB, 1999.

_____; TESSARI, L. M. A instalação de um Complexo Industrial em Cidade de Pequeno Porte: o caso do Polo Aeroespacial de Gavião Peixoto – S.P. **VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Recife: AGB, 2003.

_____; CARVALHO, P. F. de (Org.). **Estatuto da cidade: política e cidadania**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP / IGCE, 2000. 114p.

BRUNO, E. S. (Org.). **São Paulo: terra e povo**. Porto Alegre: Globo, 1967.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Queros, 1977.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras.** São Paulo: Estudos Econômicos, IPE/USP, (2), MAI-AGO 1985.

_____. **O processo de interiorização da indústria paulista.** São Paulo: Fundação SEADE, vol.1-3, 1988.

Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil/Organizado por IPEA/ UNICAMP.IE.NESUR/IBGE. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999. (Coleção Pesquisas 3).

CARLOS. A. F.A. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

_____. (Org.). **Ensaio de geografia Contemporânea.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas Urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2005.

CINTRÃO, L.M. G.155f. 2004. **Os vazios urbanos na estruturação da cidade de Araraquara.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

_____. 110f. 1995. **A Estrutura de Produção da cidade:** processo, função e forma. Estudo de caso – Araraquara – S.P. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia, São Carlos.

CLARK, David. **Introdução a Geografia Urbana.** Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: Difel, 1985. 286p.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (2008) Atualizado em 30/01/2008 site: <http://www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp>

CHARVAT, M. Ostrava conurbation – planning and reality. **Sbornik Ceske geografiche Spolecnosti**, n. 97, v. 02, 1992, p. 88-96.

COLTRINARI, L. O Sítio da Conurbação Guaratinguetá – Aparecida. **Geografia Urbana**, São Paulo, n.14, p. 01-19, 1974.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

_____. **Trajetórias Geográficas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 302p.

_____. **Região e Organização Espacial.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 94p.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas S.A, 1985.

DÉZERT, B. Metropolisation et exurbanisation. **Bulletin de l'Association des Géographes Français**. Paris, n.2, p.133-138, 1991.

ESPAÑA, E. D. **La agricultura em espacios periurbanos en el municipio de Alboraya**. Valencia: universidad de Valencia, 1991.

FAISOL, S.; MOREIRA, L. L.; FERREIRA, M. L. O processo de urbanização brasileiro: uma contribuição à formação de uma política de desenvolvimento urbano/regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 40, n.02, p. 01-16, abr./jun. 1987.

FALCOSKI, L. A. N. Plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Araraquara: instrumentos urbanísticos inovadores e agenda para uma cidade sustentável. In: BUENO, L. M. de M.; CYMBALISTA, R. **Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 123-170.

FREYRE, G. **Rurbanização: que é?** Recife: Massan, 1982. 153p.

GODARD, O. Le Développement et le Dévenir des Villes. Bonnes Intentions et Fausses Bonnes Idées. **Futuribles**, p. 215-242, 1996.

GEDDES, P. **Cidades em evolução**. Tradução de Maria José Ferreira de Castilho. Campinas: Papirus, 1994. 274p.

GEORGE, P. Aire metropolitaine, conurbation ou region industrielle? le cas de São Paulo. **Geografia das Indústrias**. São Paulo, n.2, p.01-16, 1969.

GOMES, R. C.; SILVA, A. B.; SILVA, V. P. política habitacional e urbanização no Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v.07, n. 146, 2003.

GONÇALVES, Maria Flora. **As Engrenagens da Locomotiva: Ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GUIDO, V. C. **Conurbación La Serena-Coquimbo**. La Serena, Chile: Universidad de La Serena, Facultad de Humanidades, 1995. p.277.

Hall, P. **Urban and regional planning**. London; New York: Routledge, 2002. p.237.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006. 251p.

_____. **Justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980. 292p.

ISERN, J. M.; IBARZ, J. V. Los procesos de desconcentración urbana em lãs ciudades medias españolas. **Revista Ería**. Barcelona, n.57, p. 57-70, 2002.

KOWARIK, L. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 40, p. 105-113, 1997.

LACAZE, J.P. **Os métodos do urbanismo**. 2. ed. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2001

LEFEVRE, H. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.

_____. **O pensamento Marxista e a Cidade**. Póvoa de Varzim: Ulisséia, 1972. 173p.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 35-44.

_____. Mudanças na Metrópole de São Paulo (Brasil) e Transformações Industriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.12, p. 27-42, 1998.

LEMOS, Mauro B., SANTOS, F.; CROCCO, M. Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B.(Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.171-205.

LIMA, A. de **Vazios urbanos e dimensões de sustentabilidade**: uma nova proposta conceitual para um inventário fundiário. 2002. 154f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

_____. Ocupação de Vazios Urbanos na cidade de Araraquara: uma proposta de gestão urbana. (Trabalho de Graduação Interdisciplinar). Universidade Estadual Paulista – Campus de Bauru, 1995.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 337 p.

LOURENÇO, J. M. **Expansão urbana**: gestão de planos-processos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. 450p.

LOWEN, C. L. 174f. 1990. **Favelas**: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – P.R. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP.

MALTA CAMPOS, Cândido. **Cidades Brasileiras**: seu controle ou caos. São Paulo: Nobel, 1989.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. A Produção da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. **2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982**

MARQUES, E. C.; BICHIR, R. M. Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia de São Paulo. **Espaço & Debates**, São Paulo, n.42, p.09-31, 2001.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.p.246 – 259.

MARX, M. **Cidade no Brasil**: terra de quem? São Paulo: Nobel/ EDUSP, 1991.

MERENNE, E. Villes du monde: bibliographie recente em langue française à l'usage des enseignants. **Bulletin de la Société Géographique de Liège**, Liège, n.26, p. 87-92, 1990.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: BIPA, 1946.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392p.

MONTECINOS, Egon. Los estudios de descentralización en América Latina: una revisión sobre el estado actual de la temática. **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. 31, n.93, p.74-88, agos. 2005.

MOREIRA, G. L.; TREVIZAN, S. D. P. O processo de (re)produção do espaço urbano e as transformações território-ambientais: um estudo de caso. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, n. 03, v.02, p. 78-90, dez. 2005. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>

MOTA, A. A.; MENDES, C. M. Considerações sobre as estratégias e ações dos promotores imobiliários na produção do espaço urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n.18, v.35, p.123-130, dez.2006.

MUNFORD, L. **A cidade na história**. Tradução de Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. v. 01.

MURRAY, A. L. Potteries: continuity and change a staffordshire conurbation. **Planning the Conurbation**. ed. A.D.M. Phillips, 1993, p.213-221.

NEGRI, B. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985. In: TARTAGLIA, J.C.; OLIVEIRA, O.L de (Org.). *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*: Edunesp, 1988. p. 11-38.

OLIVEIRA, M.C.F.A. **Mercantilização e urbanização em São Paulo**. Campinas: Unicamp/NEPO, 1988. 64p.

ORLANDO, Ricardo S.; MÜLLER, Geraldo. **O local frente à globalização: o planejamento estratégico via inserção competitiva e o desenvolvimento local sustentável**. In: MENDES, Auro A.; LOMBARDO, Magda A. (Org.). *Paisagens Geográficas e Desenvolvimento Territorial*. Rio Claro: Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2005. p. 387-405.

OROPEZA, C. F. Conurbacion Valera-Trujillo: una metodologia para la evaluacion geomorfologica de la estabilidad relativa de sus terrenos. **Revista Geográfica Venezolona**, Caracas, v.29, p.05-64, 1988.

PONOSSIAN, N. **“Salto de Itu”**: uma proposta de conurbação. 1994. Trabalho de Graduação Interdisciplinar (Especialização em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, G. A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 03, p.35-51, jan/ jun. 2001.

PROST, B. Du rural au peri-urbain: conflit de territoire et requalification de l'espace. **Revue de Géographie de Lyon**, Lyon, v.66, n.02, p. 96-102, 1991.

RIANI, R. T. **A localização como fator de qualidade de vida urbana: estudo sobre o bairro Jardim Tulipas no vetor oeste de Jundiaí/SP**. 2003. 101f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Geografia) Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

RIBEIRO, L. C. de Q.; LAGO, L. C. **Reestruturação nas Grandes Cidades Brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. Artigo obtido no site: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/reestruturacao_cidades.pdf IPPUR – UFRJ, Rio de Janeiro, p. 01 – 19, 1994.

RODRIGUES, A. M. **A produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998. 104p.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RODRIGUES, F. 211f. 2005. **Por onde vão as “brisas suaves” do sertão paulista?** – população e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas:** ensinando sobre o urbano e a região. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1998. 174p.

ROSA, L. R. **Das Estatísticas à vivência:** uma análise da sincronia entre o campo e cidade, rural e urbano em Araraquara-SP. 2005. 81f. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara. 2005.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 99-104.

SANCHEZ, F. O urbano no mundo da mercadoria. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 410-412.

SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 345p.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. 176p.

_____. **O espaço do cidadão.** 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002. 142p.

_____. **Espaço e Método.** 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. 89p.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006. 384p.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, R. C. B dos Campinas como polo tecnológico na reestruturação do espaço urbano regional. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 204-211.

_____. O sentido da cidade no final do século XX: In: SPÓSITO, M. E. B. **Urbanização e Cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp – Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2001. p. 489-499.

SOARES, P. R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil. In: SPÓSITO, E. S. ; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). Cidades médias: produção do espaço. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 347-364.

SERRA, G. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel -Edusp, 1991.

SERRA, G. G. Rodovias , conurbação e dispersão urbana. **Documentos em Síntese**, São Paulo, v.2, n.6, p.5-7, jul. 1993.

SINGER, P. O uso do solo urbano na Economia Capitalista. In: MARICATTO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

SMOLKA, M. A. O capital incorporador e seus movimentos de valorização. **Cadernos do IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, n.01, v.03, p. 47-77, 1987.

_____. O nexu urbano-imobiliário e a política habitacional: repensando as alternativas. **Cadernos do IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, n.03. (Ed. Especial), p. 09-23, 1989.

SOUZA, M. A. A. de Estudo sobre a cidade no espaço regional e nacional: teoria e método. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. p.101-128.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560p.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192p.

SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). Cidades médias: produção do espaço. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 376p.

SPÓSITO, E. S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaço em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 632p.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre novas formas espaciais. In: CARLOS, A. F. A. et. al. (Org.). **O Espaço no Fim do Século**: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 83-99.

_____. 508f. 2004. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre-Docência). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2004.

SUGAI, M. I. **Segregação Silenciosa**: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. 2002. 259f, v.01. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 295-298.

_____. **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: UNESP – Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2001.

_____. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TARTAGLIA, J. C. **Agricultura e Urbanização em São Paulo**. 1993. 294f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

TESSARI, L. M. O Fenômeno da Conurbação em Cidades Médias do Interior Paulista: o caso de Araraquara In: VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, 2007, Niterói - RJ. **Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE**. Niterói - RJ: EDUFF, 2007.

_____; BRAGA, R. Segregação e periferização urbana em cidades pequenas: o caso de Gavião Peixoto-sp. **Geoambiente On-line**, v. 10, p. 214-231, 2008.

_____; ANDRADE, R. F. A relação entre o poder público, a qualidade de vida e a gestão de áreas verdes: o caso de Pirassununga – SP. **Anais do IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Manaus - AM: UFAM, 2005. CD/ROOM, p. 01-09.

VALE, A. R. do **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 211f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

VASCONCELOS, Luiz Antonio Teixeira. **Desenvolvimento econômico e urbanização nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/Unicamp, 1992.

VITTE, C. de C. S. Inovações e permanências na gestão de cidades e na gestão do desenvolvimento local no Brasil. Novas contradições, novos conteúdos? In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 232-243.

VILLAÇA, F. **O espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2. Ed. 2001.

_____. As Ilusões do Plano Diretor. Divulgado pela Internet, 2004. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.org.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em 17/03/2009.

_____. “Dilemas do Plano Diretor”. In: O município no século XXI , São Paulo, CEPAM & CORREIOS, 1999, p.237/248.

WACKMAN, G. Dynamique metropolitaine et periferie en europe de langue allemand. **Bulletin de l'Association des Géographes Français**. Paris, n.2, p.171-176, 1991.

West Midland Group **Conurbation, a planning survey of Birmingham and the Black Country**. London: Architectural Press, 1948. 288 p.

